



RELATÓRIO DE GESTÃO

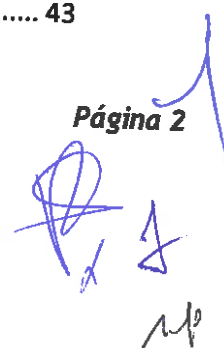


2017

Município de Mira 0070-304 Mira • Tel: 231 480 550 • Fax: 231 458 185 • geral@cm-mira.pt • www.cm-mira.pt

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. Enquadramento global.....	4
1.2. Nota Introdutória	6
2. RECURSOS HUMANOS	9
2.3.1. Distribuição dos Efetivos por Tipo de Vínculo (2009 a 2017).....	10
2.3.2. Distribuição dos Efetivos segundo a Estrutura Profissional	11
2.3.4. Distribuição dos Efetivos segundo Escalão Etário	15
2.4. Absentismo.....	19
2.4.1. Repartição Global do Tipo de Ausência	19
2.5. Movimentos / Alteração de Situação de Pessoal (2017)	22
2.7. Trabalho Noturno e Extraordinário.....	26
2.8. Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho.....	27
2.9. Relações Profissionais	31
2.10. Disciplina	31
2.11. Eleitos.....	32
2.12. Gabinetes de Apoio Pessoal.....	32
2.13. Dirigentes e Equiparados	32
2.14. Encargos com o Pessoal	33
2.14.1. Total de Encargos com o Pessoal.....	33
2.14.2. Suplementos Remuneratórios	34
2.14.3. Prestações Sociais	35
2.14.4. Benefícios Sociais	36
2.15. Indicadores.....	37
3. RELATÓRIO FINANCEIRO.....	38
3.1. Análise Patrimonial	38
3.1.1. Evolução do Ativo	39
3.1.2. Evolução dos Fundos Próprios	42
3.1.3. Análise do Passivo.....	43



3.1.4. Análise da Demonstração de Resultados	46
3.1.5. Limite da Dívida Total	52
3.2. Análise Orçamental	53
3.2.1. Evolução do Orçamento.....	55
3.2.2. Evolução, estrutura e execução da Receita Total	57
3.2.3. Evolução, estrutura e execução da Receita Corrente.....	59
3.2.4. Evolução, estrutura e execução da Receita de Capital	65
3.2.5. Evolução da Despesa Total	67
3.2.6. Evolução da Despesa Corrente	68
3.2.7. Evolução da Despesa de Capital	70
3.2.8. Indicadores de Natureza Orçamental	72
4. EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	75
5. ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL.....	83
5.1. Administração Geral	83
5.2. Proteção Civil	86
5.3. Planeamento e Ordenamento	90
5.4. Serviço de Veterinário Municipal.....	93
5.5. Ensino Não Superior.....	95
5.6. Ação Social	96
5.7. Requalificação e Valorização do Território	97
5.8. Resíduos Sólidos.....	97
5.9. Proteção Meio ambiente e Conservação da Natureza	97
5.10. Cultura / Desporto, Recreio e Lazer	101
5.11. Turismo	102
6. CONCLUSÃO.....	103
7. NOTAS AO BALANÇO DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	105



1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento global

Nos termos da alínea i) do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, propõe-se que a Câmara aprove os Documentos de Prestação de Contas (DPC) do Ano de 2016, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro.

Os DPC (Documentos de Prestação de Contas) são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção, alterada pela resolução n.º 6/2013-2ªSecção, e da Resolução n.º44/2015, publicada no Diário da República, 2ª Serie, n.º 231, de 25 de Novembro, nos termos do artigo 51.º, alínea m) e 52.º da Lei 98/97, de 26 de Agosto, na redação dada pela lei n.º 20/2015, de 9 de Março e das Instruções n.º 01/2001 - 2.ª S - Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no DR, 2ª Serie de 21 de Novembro de 2013.

Em conformidade com esta Resolução, resultam para o Município de Mira, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte:

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

N.º / DESIGNAÇÃO / CÓDIGO POCAL / GRUPO 1

- 1 • Balanço 5 X
- 2 • Demonstração de resultados 6 X
- 3 • Plano plurianual de investimentos 7.1 X
- 4 • Orçamento (Resumo) 7.2 X
- 5 • Orçamento 7.2 X
- 6 • Controlo orçamental da despesa 7.3.1 X
- 7 • Controlo orçamental da receita 7.3.2 X
- 8 • Execução do Plano Plurianual de Investimentos 7.4 X
- 9 • Fluxos de caixa 7.5 X
- 10 • Contas de ordem 7.5 X
- 11 • Operações de tesouraria 7.6 X
- 12 • Caracterização da entidade 8.1 X
- 13 • Notas ao balanço e à demonstração de resultados 8.2 X
- 14 • Modificações do orçamento - receita 8.3.1.1 X
- 15 • Modificações do orçamento - despesa 8.3.1.2 X
- 16 • Modificações ao Plano plurianual de investimentos 8.3.2
- 17 • Contratação administrativa - Situação dos contratos 8.3.3 X
- 18 • Transferências correntes - despesa 8.3.4.1 X
- 19 • Transferências de capital - despesa 8.3.4.2 X

Relatório de Gestão - 2017

- 20 • Subsídios concedidos 8.3.4.3 X
- 21 • Transferências correntes - receita 8.3.4.4 X
- 22 • Transferências de capital - receita 8.3.4.5 X
- 23 • Subsídios obtidos 8.3.4.6 X
- 24 • Activos de rendimento fixo 8.3.5.1 X
- 25 • Activos de rendimento variável 8.3.5.2 X
- 26 • Empréstimos 8.3.6.1 X
- 27 • Outras dívidas a terceiros 8.3.6.2 X
- 28 • Relatório de gestão 13 X
- 29 • Guia de remessa X
- 30 • Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta X
- 31 • Norma de controlo interno e suas alterações 2.9 X
- 32 • Resumo Diário de Tesouraria 12.2.9 X
- 33 • Síntese das reconciliações bancárias X
- 34 • Mapa de Fundos de Maneio X
- 35 • Relação de emolumentos notariais e custas de execuções Fiscais X
- 36 • Relação de acumulação de funções X
- 37 • Relação nominal de responsáveis X

A partir de 2011, a Prestação de Contas por Via Eletrónica tornou-se obrigatória nos termos da resolução nº 27/2009 publicada no Diário da República, 2ª Série – Nº 240 de 14 de Dezembro de 2009 (Resolução nº 2/09 – 2ª S – Prestação de Contas de Contas por Via Eletrónica).

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), apresenta-se o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2016, que constitui um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 - 2.ª Secção - Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.

1.2. Nota Introdutória

O relatório de gestão apresenta-se como o primeiro volume que compõe a prestação de contas do Município de Mira, do ano de 2017.

Os princípios contabilísticos subjacentes à elaboração da prestação de contas anual são os previstos no POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações.

Ao longo deste documento, será apresentada uma análise da situação económica e financeira do Município de Mira a 31 de dezembro de 2017, centrada nas áreas patrimonial, orçamental e de resultados, reportando os níveis de endividamento, de equilíbrio conjuntural e estrutural.

A análise que será efetuada à atividade desenvolvida ao longo de 2017 não poderá deixar de ter em consideração contexto económico e social em que esta se desenrolou.

Relativamente à Zona Euro, e tendo por base os mais recentes dados divulgados pelo Eurostat e pela Comissão Europeia nas suas previsões de Inverno, verificamos que a União Europeia não registava um crescimento económico (2,5%) tão expressivo desde 2007, isto é, desde o eclodir da crise financeira.

Já no que concerne a Portugal, e tendo por base os últimos dados divulgados pelo INE (Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4.º Trimestre de 2017 e ano 2017), em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) português registou um crescimento de 2,7%, sendo, portanto 1,1% superior ao valor registado em 2016 e o valor mais elevado desde o ano 2000.

Para este resultado foi determinante o contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um comportamento idêntico ao registado em 2016.

Já no que concerne ao mercado de trabalho a situação melhorou ligeiramente, isto é, assistimos a um aumento do emprego e a uma redução dos níveis de desemprego. Em 2017 a taxa de desemprego situou-se nos 8,9%, o que representa uma diminuição de 2,2 pontos percentuais em relação a 2016.

Relativamente ao Município de Mira, o ano transato foi marcado de forma bastante expressiva pelos incêndios ocorridos no dia 15 de Outubro de 2017. Perante este grave acontecimento que afetou um conjunto bastante significativo de pessoas e empresas, o Município de Mira teria obrigatoriamente de se constituir como elemento catalisador do enorme movimento que se gerou para, de forma empenhada e proactiva, mitigar os danos causados por tão trágico acontecimento, criando condições favoráveis para a reposição das condições de vida e trabalho das populações.

Neste contexto torna-se ainda mais de vital importância tirar o máximo partido das oportunidades proporcionadas pelos avisos de abertura de concurso do Portugal 2020. Importa referir que têm vindo a ser abertos avisos específicos que visam não só a reposição da capacidade produtiva diretamente afetada

pelos incêndios, mas também que proporcionem a implementação de novas iniciativas empresarias que permitam alavancar a capacidade de recuperação do tecido económico e social dos Concelhos afetados.

Assim, nos últimos meses o Município de Mira tem desenvolvido um conjunto alargado de iniciativas tendentes a, no mais curto espaço de tempo, repor as condições de vida e trabalho das populações afetadas pelos incêndios e, simultaneamente, criação das melhores condições para a instalação de novas iniciativas empresarias e associativas.

Assim, ao longo de 2017, o Município de Mira fez um esforço orçamental para, não deixando de continuar a apoiar de forma regular as diversas Instituições do Concelho de Mira e de efetuar as intervenções que já se encontravam definidas no seu Plano Plurianual de Investimento, fazer um conjunto de investimentos e apoios sociais que, neste contexto, se afiguravam como indispensáveis. Neste contexto, importa referir que, no último trimestre de 2017, todos os serviços camarários canalizaram os seus esforços e recursos para a ajuda próxima às populações, situação que, como seria de esperar, veio a colocar uma pressão adicional sobre a execução do orçamento camarário. Num quadro de grande urgência social o Município não poderia deixar de fazer todos os esforços financeiros para satisfazer as necessidades prementes dos munícipes, instituições e empresas do Concelho.

Importa ainda referir que o Município continua a trabalhar no sentido de melhorar de forma significativa a rede de água e saneamento do Concelho. Para tal, para além dos normais investimentos de manutenção da rede, o Município encontra-se a estudar soluções que permitam melhorar significativamente a qualidade do serviço de água e saneamento prestados aos seus cidadãos.

Neste contexto, a execução do orçamento de 2017 foi ainda mais um exercício de grande exigência e responsabilidade, pelo que os resultados alcançados só foram possíveis tendo em conta o esforço, dedicação e compreensão de todos os “parceiros” da autarquia, nomeadamente, dos seus colaboradores, das Juntas de Freguesia, das diversas Instituições Sociais do Concelho e dos empresários mirenses.

Mesmo tendo em conta este cenário adverso, no contexto municipal, o exercício de 2017 ficou marcado pela obtenção de um resultado positivo de 936 mil euros, o que se torna mais significativo tendo em conta que é o melhor resultado alcançado desde 2009.

Num contexto de estabilização do volume da receita líquida cobrada (+0,022%), só uma boa orçamentação e uma execução rigorosa do orçamento e plano de atividades do município permitiram que, apesar deste contexto de retração das receitas, fosse possível chegar ao final do exercício económico com uma taxa de execução ainda assim de 75,91%.

Importa lembrar que, no âmbito das medidas tomadas para mitigar os efeitos do flagelo dos incêndios, o Município tomou algumas medidas que, apesar de inteiramente justas, afetaram negativamente a execução da receita (Ex: isenção do pagamento do volume de água consumida pelos munícipes no período dos incêndios).

No que ao endividamento diz respeito, será importante referir que, mesmo com as alterações de critério introduzidas pelo novo Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), o Município de Mira continua a possuir uma margem de endividamento bastante significativa (aproximadamente 9 Milhões de Euros).

De salientar que o Município continua a cumprir com a regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais) e conseguiu também chegar ao final do exercício económico de 2017 sem pagamentos em atraso (Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro).

Importa salientar a redução verificada no valor das despesas correntes do Município (-555 Mil euros), nomeadamente das despesas com o pessoal (-4,6%), o que, conjugado com a receita corrente cobrada, permitiu gerar, em termos líquidos, uma poupança de 878 mil euros, importante para aumentar a capacidade do Município canalizar recursos para a componente de capital da despesa, isto é, para a alocação ao investimento. De referir que, desde 2013, o Município de Mira reduziu em 22 efetivos o seu n.º total de trabalhadores.

Relativamente à execução orçamental da despesa, poderemos constatar que, no final do ano esta se situou nos 75,82%, tendo a Execução das GOP se situado nos 58,72%.

Apesar das limitações impostas e das condicionantes da política nacional, foram executados importantes projetos/ações que contribuíram para a elevação da qualidade de vida e do desenvolvimento do Concelho.

Continuamos a apostar numa política de rigor, transparência e sustentabilidade, pilares que norteiam a gestão autárquica e são imagem de marca do Município de Mira.

Continuamos a apostar numa estratégia de desenvolvimento local integrada, sustentada e solidária que defenda os interesses da população, que pugne pela promoção e pelo prestígio do Município, dando um contributo determinante para o desenvolvimento e progresso de Mira.



2. RECURSOS HUMANOS

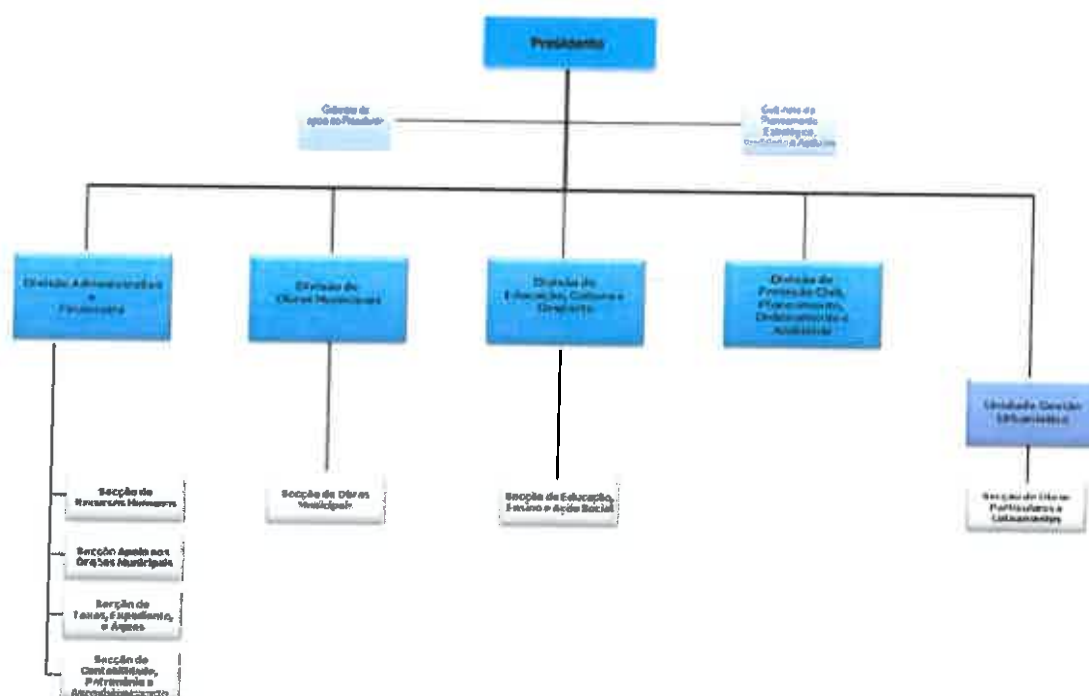
No presente capítulo iremos proceder à análise dos principais indicadores de gestão de recursos humanos utilizando para tal um conjunto de quadros e gráficos que fazem parte do Balanço Social do Município de Mira.

2.1. Introdução

O presente documento constitui o Balanço Social do Município de Mira, com referência a 31 de Dezembro de 2017.

O Balanço Social aglutina um conjunto de informação que permite a observação da política de gestão dos recursos humanos de uma organização mas também a forma como esta procurou alcançar os seus objetivos estratégicos.

2.2. Organigrama



2.3. Estrutura

2.3.1. Distribuição dos Efetivos por Tipo de Vínculo (2009 a 2017)

Em 31 de Dezembro de 2017, encontravam-se em exercício de funções neste Município 195 trabalhadores, o que representa um decréscimo de oito efetivos face a igual período de 2016 (-3,9%).

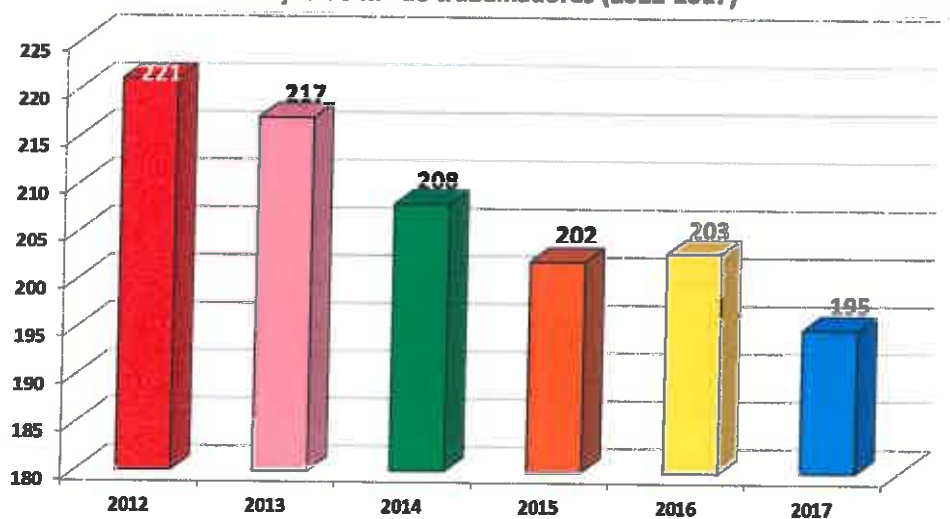
Através do quadro n.º 1 podemos analisar qual tem sido a evolução do n.º de efetivos ao longo dos últimos seis anos e verificamos que existiu uma redução de 11,76% do n.º de efetivos.

Quadro n.º1
Distribuição dos Efetivos por Tipo de Vínculo (2012 a 2017)

EVOLUÇÃO ANUAL	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 17/16	
							Valor	%
Comissão de Serviço	6	7	7	7	7	5	-2	-28,6%
CTFP a termo resolutivo certo	2	1	1	1	0	0	0	0,0%
CTFP a termo resolutivo incerto	7	7	7	7	7	5	-2	-28,6%
CTFP por tempo indeterminado	204	201	193	187	189	185	-4	-2,1%
OUTRA	2	1	0	0	0	0	0	0,0%
TOTAL GERAL	221	217	208	202	203	195	-8	-3,9%

Fonte: SIIAL

Gráfico n.º1
Evolução do n.º de trabalhadores (2012-2017)



[Assinatura manuscrita]
MP

Através da análise do gráfico n.º 2 podemos concluir que o vínculo laboral de maior relevância continua a ser o Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, representando 94,87%, seguindo-se a Comissão de Serviço e os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Tempo Resolutivo Incerto que, cada um, representam 2,56% dos efetivos.



2.3.2. Distribuição dos Efetivos segundo a Estrutura Profissional

O quadro n.º 2 apresenta a distribuição de efetivos por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género.

Quadro n.º2

Distribuição dos Efetivos por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
Comissão de Serviço	H	0	2	0	0	0	0	0	1	3
	M	0	2	0	0	0	0	0	0	2
	T	0	4	0	0	0	0	0	1	5
CTFP a termo resolutivo certo	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CTFP a termo resolutivo Incerto	H	0	0	0	0	5	0	0	0	5
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	5	0	0	0	5
CTFP por tempo Indeterminado	H	0	0	7	11	41	0	1	4	64
	M	0	0	22	32	66	0	1	0	121
	T	0	0	29	43	107	0	2	4	185
Outra	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	H	0	2	7	11	46	0	1	5	72
	M	0	2	22	32	66	0	1	0	123
	T	0	4	29	43	112	0	2	5	195

Fonte: SIIAL

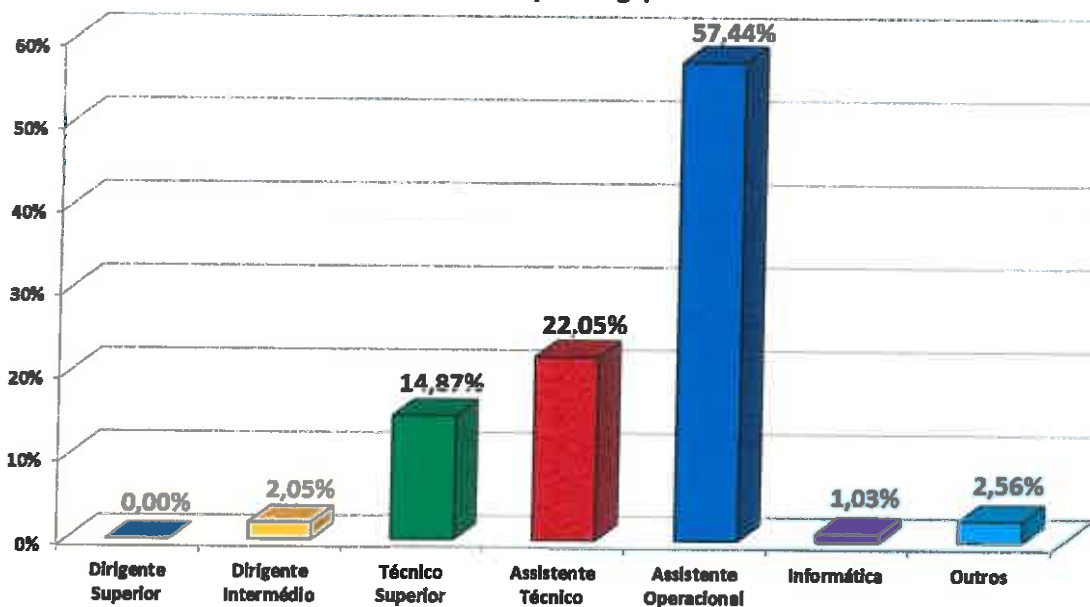
Pela análise do conteúdo do quadro n.º 2 podemos constatar que os Cargos/Carreiras que mais contribuem para o número total de efetivos são, respetivamente, o de Assistente Operacional (57,44%) e o de Assistente Técnico (22,05%) que, em conjunto, respondem por cerca de 80% do total de trabalhadores do Município de Mira.

Quadro n.º3
Distribuição dos Efetivos por cargo/carreira – Evolução 2016-2017

ANO/CARGO OU CARREIRA		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
2016	H	0	2	7	12	50	0	1	6	78
	M	0	2	22	33	66	0	1	1	125
	T	0	4	29	45	116	0	2	7	203
2017	H	0	2	7	11	46	0	1	5	72
	M	0	2	22	32	66	0	1	0	123
	T	0	4	29	43	112	0	2	5	195
Variação 2016/2017	H	0	0	0	-1	-4	0	0	-1	-6
	M	0	0	0	-1	0	0	0	-1	-2
	T	0	0	0	-2	-4	0	0	-2	-8

Fonte: SIIAL

Gráfico n.º3
Peso Relativo por Cargo/Carreira



Em 31 de Dezembro de 2017, o n.º total de prestadores de serviços (singulares) era de quatro.

[Assinatura manuscrita]

2.3.3. Distribuição dos Efetivos segundo a Antiguidade

O quadro que se segue efetua uma análise da evolução do n.º total de trabalhadores segundo o nível de antiguidade e género.

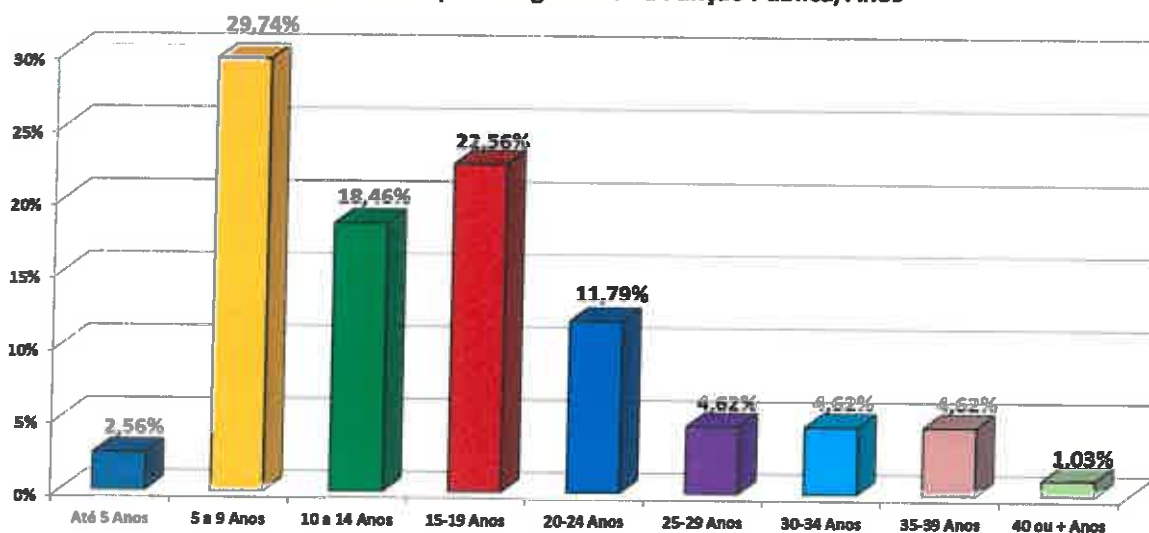
Quadro n.º4
Distribuição dos Efetivos segundo o nível de antiguidade e género (2016-2017)

ANO / ANTIGUIDADE		Até 5 Anos	5 a 9 Anos	10 a 14 Anos	15-19 Anos	20-24 Anos	25-29 Anos	30-34 Anos	35-39 Anos	40 ou + Anos	TOTAL GERAL
2016	H	6	18	10	12	12	6	10	3	1	78
	M	3	44	29	25	13	6	0	4	1	125
	T	9	62	39	37	25	12	10	7	2	203
2017	H	3	15	11	14	10	5	8	5	1	72
	M	2	43	25	30	13	4	1	4	1	123
	T	5	58	36	44	23	9	9	9	2	195
Variação 2016/2017	H	-3	-3	1	2	-2	-1	-2	2	0	-6
	M	-1	-1	-4	5	0	-2	1	0	0	-2
	T	-4	-4	-3	7	-2	-3	-1	2	0	-8

Fonte: SIIAL

Durante o ano de 2017, os níveis de antiguidade "Até 5 Anos", "10 a 14 anos" e "20 a 24 anos" foram os que sofreram maior redução do número de trabalhadores, respetivamente com (-4), (-4) e (-3). Por sua vez, os níveis de antiguidade "15 a 19 anos" e "35 a 39 anos" sofreram, respetivamente, um aumento de trabalhadores de (+7) e (+2) efetivos.

Gráfico n.º4
Peso Relativo por Antiguidade na Função Pública/Anos



[Assinatura manuscrita]

Quadro n.º5

Distribuição dos Efetivos por Cargo/Carreira segundo o nível de Antiguidade e Género

Trabalhadores por cargo / carreira segundo o nível de antiguidade e género		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
Até 5 Anos	H	0	0	1	0	1	0	0	1	3
	M	0	0	1	0	0	0	1	0	2
	T	0	0	2	0	1	0	1	1	5
5-9 Anos	H	0	0	3	3	7	0	1	1	15
	M	0	0	12	2	29	0	0	0	43
	T	0	0	15	5	36	0	1	1	58
10-14 Anos	H	0	0	2	1	7	0	0	1	11
	M	0	0	3	15	7	0	0	0	25
	T	0	0	5	16	14	0	0	1	36
15-19 Anos	H	0	1	1	3	9	0	0	0	14
	M	0	2	4	3	21	0	0	0	30
	T	0	3	5	6	30	0	0	0	44
20-24 Anos	H	0	0	0	2	7	0	0	1	10
	M	0	0	2	6	5	0	0	0	13
	T	0	0	2	8	12	0	0	1	23
25-29 Anos	H	0	1	0	1	3	0	0	0	5
	M	0	0	0	2	2	0	0	0	4
	T	0	1	0	3	5	0	0	0	9
30-34 Anos	H	0	0	0	0	7	0	0	1	8
	M	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	1	7	0	0	1	9
35-39 Anos	H	0	0	0	1	4	0	0	0	5
	M	0	0	0	3	1	0	0	0	4
	T	0	0	0	4	5	0	0	0	9
40 ou + Anos	H	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	T	0	0	0	0	2	0	0	0	2
TOTAL GERAL	H	0	2	7	11	46	0	1	5	72
	M	0	2	22	32	66	0	1	0	123
	T	0	4	29	43	112	0	2	5	195

Fonte: SIAL

2.3.4. Distribuição dos Efetivos segundo Escalão Etário

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos trabalhadores segundo o escalão etário que se verificava em 31 de Dezembro de 2017 e compara-a com os valores apurados no final de 2016.

Quadro n.º6
Distribuição dos Efetivos por Ano/Antiguidade - Evolução 2016-2017

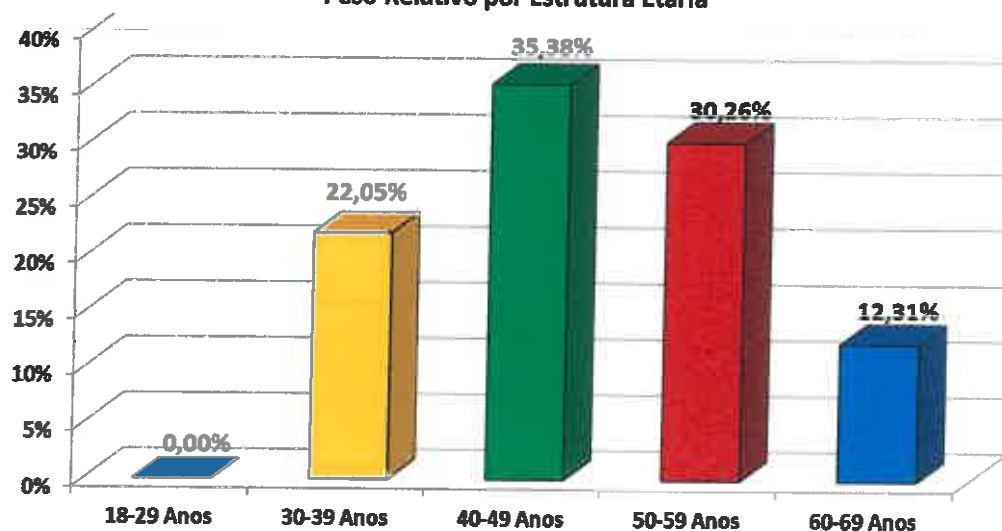
ANO / ANTIGUIDADE		18-29 Anos	30-39 Anos	40-49 Anos	50-59 Anos	60-69 Anos	TOTAL GERAL
2016	H	1	11	27	28	11	78
	M	1	38	47	25	14	125
	T	2	49	74	53	25	203
2017	H	0	11	22	28	11	72
	M	0	32	47	31	13	123
	T	0	43	69	59	24	195
Variação 2016/2017	H	-1	0	-5	0	0	-6
	M	-1	-6	0	6	-1	-2
	T	-2	-6	-5	6	-1	-8

Fonte: SIIAL

Em 2017, verificou-se uma diminuição maior na faixa etária "30 a 39 anos" (-6) sendo que, em contrapartida a faixa etária "50 a 59 anos" foi a que registou o maior aumento (+6).

Tal como se poderá verificar pela análise do gráfico n.º 5 seguinte, as faixas etárias que agregam mais trabalhadores são, respetivamente, a de "40 a 49 anos" (35,38%) e a de "50 a 59 anos" (30,26%).

Gráfico n.º5
Peso Relativo por Estrutura Etária



[Assinatura manuscrita]

Através do quadro n.º 7 podemos efetuar uma análise mais pormenorizada da distribuição dos efetivos do Município de Mira por cargo/carreira, segundo a sua faixa etária e género.

Quadro n.º7

Distribuição dos Efetivos por Cargo/Carreira segundo o Escalão Etário e Género

Trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
Menos de 20 Anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20-24 Anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25-29 Anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30-34 Anos	H	0	0	0	1	3	0	0	0	4
	M	0	0	1	2	4	0	0	0	7
	T	0	0	1	3	7	0	0	0	11
35-39 Anos	H	0	0	1	1	1	0	1	3	7
	M	0	0	6	8	10	0	1	0	25
	T	0	0	7	9	11	0	2	3	32
40-44 Anos	H	0	0	4	2	2	0	0	0	8
	M	0	0	10	7	10	0	0	0	27
	T	0	0	14	9	12	0	0	0	35
45-49 Anos	H	0	1	1	3	9	0	0	0	14
	M	0	1	3	4	12	0	0	0	20
	T	0	2	4	7	21	0	0	0	34
50-54 Anos	H	0	0	0	2	6	0	0	2	10
	M	0	1	1	3	13	0	0	0	18
	T	0	1	1	5	19	0	0	2	28
55-59 Anos	H	0	1	1	1	15	0	0	0	18
	M	0	0	1	6	6	0	0	0	13
	T	0	1	2	7	21	0	0	0	31
60-64 Anos	H	0	0	0	1	7	0	0	0	8
	M	0	0	0	1	9	0	0	0	10
	T	0	0	0	2	16	0	0	0	18
65-69 Anos	H	0	0	0	0	3	0	0	0	3
	M	0	0	0	1	2	0	0	0	3
	T	0	0	0	1	5	0	0	0	6
70 ou mais anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	H	0	2	7	11	46	0	1	5	72
	M	0	2	22	32	66	0	1	0	123
	T	0	4	29	43	112	0	2	5	195

Fonte: SIIAL

2.3.5. Distribuição dos Efetivos segundo as Habilitações Literárias

Através do quadro n.º 8 podemos verificar a evolução da distribuição do n.º de efetivos por nível de escolaridade.

Quadro n.º8

Distribuição dos efetivos segundo as Habilitações Literárias (2016-2017)

ANO / NÍVEL ESCOLARIDADE		4 Anos ou Menos	6º Ano	9º Ano	11º Ano	12º Ano	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado / Doutor.	TOTAL GERAL
2016	H	14	9	11	0	29	0	14	1	78
	M	10	10	11	1	55	1	35	2	125
	T	24	19	22	1	84	1	49	3	203
2017	H	12	8	11	0	28	0	12	1	72
	M	10	10	11	1	53	1	35	2	123
	T	22	18	22	1	81	1	47	3	195
Variação 2016/2017	H	-2	-1	0	0	-1	0	-2	0	-6
	M	0	0	0	0	-2	0	0	0	-2
	T	-2	-1	0	0	-3	0	-2	0	-8

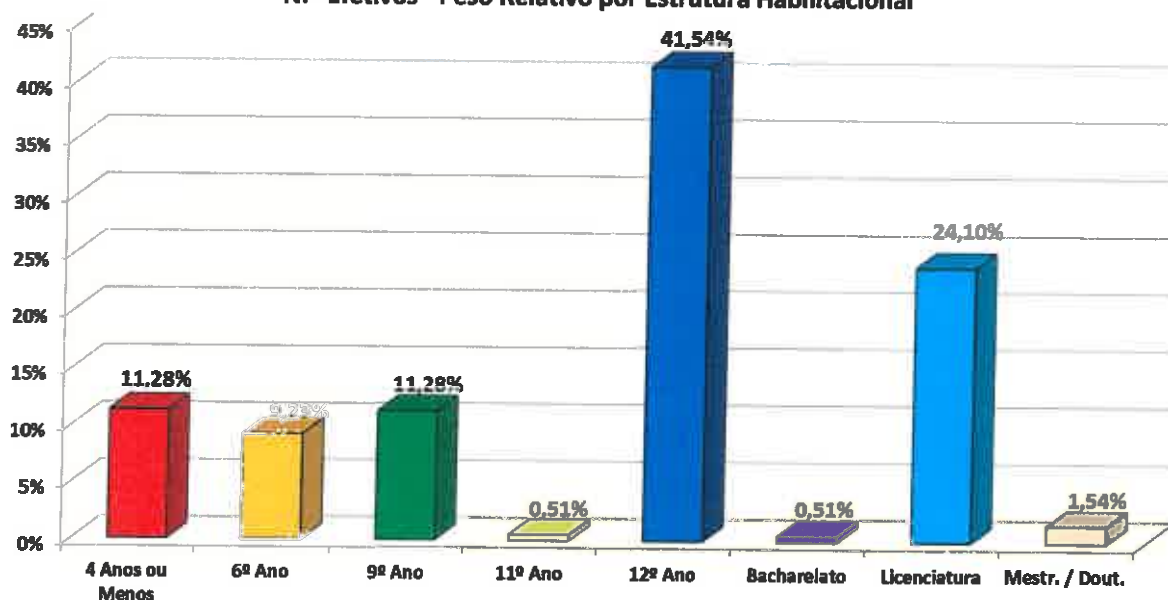
Fonte: SIIAL

Como se poderá verificar, a diminuição de efetivos verificada em 2017 registou-se no nível habilitacional "12.º Ano" (-3), "4 Anos ou Menos" (-2), "Licenciatura" (-2) e "6.º Ano" (-1).

Assim, tal como poderá ser confirmado pela análise do gráfico n.º 6, da totalidade de trabalhadores do Município, 73,85% detêm habilitações literárias iguais ou inferiores ao 12.º Ano e 24,10% têm habilitações ao nível da licenciatura.

Gráfico n.º6

N.º Efetivos - Peso Relativo por Estrutura Habilitacional



[Assinatura manuscrita]

2.3.6. Distribuição dos Efetivos Estrangeiros por Cargo/Carreira segundo a nacionalidade e género

Tal como se poderá verificar pela análise do quadro n.º 9, no final de 2017, não havia registo de qualquer trabalhador estrangeiro a trabalhar no Município de Mira.

Quadro n.º9
Trabalhadores Estrangeiros por Cargo/Carreira

Trabalhadores estrangeiros por cargo / carreira segundo a nacionalidade e género		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
União Europeia	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CPLP	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIJAL

2.3.7. Distribuição dos Efetivos portadores de deficiência por cargo/carreira segundo escalão etário e género.

No final de 2017 exerciam funções no Município de Mira três trabalhadores que, por motivo da sua deficiência, beneficiavam de redução fiscal, distinguindo-se por cargo/carreira segundo escalão etário e género conforme o quadro n.º 10:

Quadro n.º10
Efetivos portadores de deficiência por cargo/carreira

Trabalhadores portadores de deficiência por cargo / carreira segundo o escalão etário e género		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
55-59	H	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	2	0	0	0	0	2
60-64	H	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL GERAL	H	0	0	0	1	1	0	0	0	2
	M	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	2	1	0	0	0	3

Fonte: SIJAL

2.4. Absentismo

2.4.1. Repartição Global do Tipo de Ausência

Em 2017, referente ao total de trabalhadores registaram-se 9.124 dias de ausência consequência dos diversos tipos de faltas, férias, licenças parentais, entre outras, cuja distribuição se apresenta nos termos do quadro n.º 11.

Quadro n.º 11
N.º dias Ausência por Tipologia

Tipo de Ausência	2016		2017		Variação 2016/2017	
	N.º	Peso (%)	N.º	Peso (%)	N.º	% Var
Doença	2 754	29,6%	3 306	36,2%	552	20,0%
Por acidente em serviço ou doença profissional	172	1,8%	217	2,4%	45	26,2%
Injustificadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Casamento	30	0,3%	30	0,3%	0	0,0%
Proteção na parentalidade	1 217	13,1%	597	6,5%	-620	-50,9%
Trabalhador-Estudante	24	0,3%	9	0,1%	-15	-62,5%
Falecimento de Familiar	34	0,4%	28	0,3%	-6	-17,6%
Assistência a Familiares	61	0,7%	61	0,7%	0	0,0%
Por conta do período de férias	4 705	50,6%	4 562	50,0%	-143	-3,0%
Outras	307	3,3%	314	3,4%	7	2,3%
TOTAL	9 304	100%	9 124	100%	-180	-1,93%

Da análise do quadro n.º 11 conclui-se que, comparativamente com o ano anterior, em 2017, registaram-se menos 180 dias de ausência ao serviço. Sem considerar as ausências ao serviço “Por Conta do período de férias”, o tipo de faltas que mais contribuíram para o n.º de dias de ausência aos serviços foram “Doença”, representando cerca de 36,2% do total de ausências ao serviço, seguido da “Proteção na parentalidade” que representou cerca de 6,5% do total de ausências ao serviço.

Através da análise do quadro n.º 12 podemos constatar que os grupos profissionais que mais ausências registaram foram o de “Assistente Operacional” com 5.789 faltas, ou seja, 63,45% do número total de ausências registadas em 2017, seguindo-se os Assistentes Técnicos com 1.691 ausências (18,53%) e os Técnicos Superiores com 1.277 dias (14%) de ausências ao serviço.

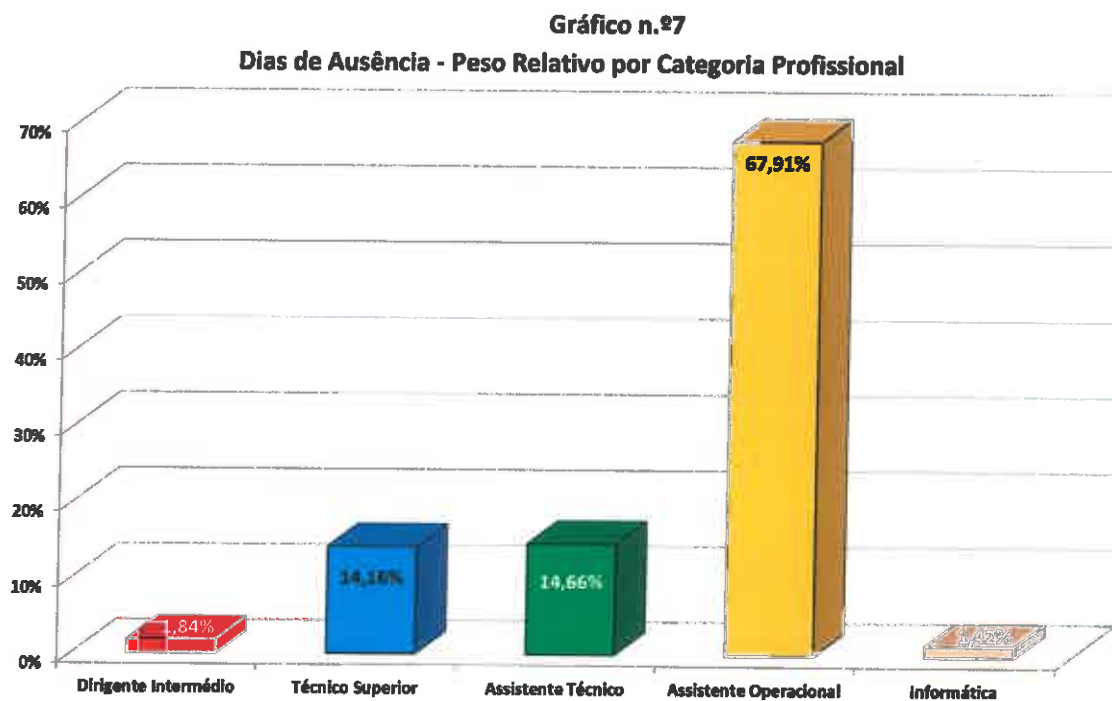


Quadro n.º12
Dias de Ausência por Cargo/Carreira segundo o Motivo e Género

Dias de ausência ao trabalho durante o ano por cargo / carreira segundo o motivo da ausência e género		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
Casamento	H	0	0	0	15	0	0	0	0	15
	M	0	0	0	0	15	0	0	0	15
	T	0	0	0	15	15	0	0	0	30
Proteção na parentalidade	H	0	0	0	55	0	0	46	0	101
	M	0	0	483	0	13	0	0	0	496
	T	0	0	483	55	13	0	46	0	597
Falecimento de familiar	H	0	0	0	0	4	0	0	0	4
	M	0	0	5	14	5	0	0	0	24
	T	0	0	5	14	9	0	0	0	28
Doença	H	0	0	30	49	1952	0	0	0	2 031
	M	0	17	40	456	761	0	1	0	1 275
	T	0	17	70	505	2 713	0	1	0	3 306
Por acidente em serviço ou doença profissional	H	0	0	0	0	39	0	0	0	39
	M	0	66	0	0	112	0	0	0	178
	T	0	66	0	0	151	0	0	0	217
Assistência a familiares	H	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	M	0	0	17	0	36	0	7	0	60
	T	0	0	17	0	36	0	8	0	61
Trabalhador-estudante	H	0	0	0	0	0	0	9	0	9
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	9	0	9
Por conta do período de férias	H	0	36	161	278	1 094	0	19	107	1 695
	M	0	24	470	744	1 597	0	23	9	2 867
	T	0	60	631	1 022	2 691	0	42	116	4 562
Com perda de vencimento	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cumprimento de pena disciplinar	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Greve	H	0	0	0	1	4	0	0	0	5
	M	0	0	1	5	23	0	0	0	29
	T	0	0	1	6	27	0	0	0	34
Injustificadas	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H	0	0	19	36	49	0	1	0	105
	M	0	1	51	38	85	0	0	0	175
	T	0	1	70	74	134	0	1	0	280
TOTAL GERAL	H	0	36	210	434	3 142	0	76	107	4 005
	M	0	108	1 067	1 257	2 647	0	31	9	5 119
	T	0	144	1 277	1 691	5 789	0	107	116	9 124

Fonte: SIAL

Se expurgarmos do n.º de dias de ausência aqueles que correspondem ao período de férias, o peso relativo de cada categoria profissional no total de dias de ausência seria o seguinte:



2.5. Movimentos / Alteração de Situação de Pessoal (2017)

Em 2017 ocorreram as seguintes movimentações de pessoal:

a) Registaram-se 6 entradas de pessoal:

Quadro n.º13
Trabalhadores Admitidos e Regressados Durante o Ano por Motivo

Trabalhadores admitidos e regressados durante o ano		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
Procedimento concursal	H	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	T	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Cedência de interesse público	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mobilidade Interna a órgãos ou serviços	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Regresso de licença	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissão de serviço	H	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<i>Fonte: SIJAI</i>										
CEAGP/CEAGPA	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações	H	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	T	0	0	0	0	2	0	0	0	2
TOTAL GERAL	H	0	0	0	1	1	0	0	1	3
	M	0	0	1	1	1	0	0	0	3
	T	0	0	1	2	2	0	0	1	6

b) Verificaram-se 9 saídas:

Quadro n.º14

Saídas de Trabalhadores por Cargo/Carreira segundo o Motivo e Género

Saídas de trabalhadores por cargo/carreira segundo o motivo de saída por género		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
Caducidade	H	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Revogação (mútuo acordo)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resolução ou Exoneração (Iniciativa do empregador)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resolução, Denúncia ou Exoneração (Iniciativa do trabalhador)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sanção disciplinar	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conclusão sem sucesso do período experimental	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fim da situação de mobilidade interna	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fim da situação de cedência de interesse público	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Morte	H	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Reforma/aposentação	H	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	M	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	1	1	0	0	0	2
Limite de idade	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cessação da comissão de serviço	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H	0	0	0	0	4	0	0	2	6
	M	0	0	1	0	1	0	0	1	3
	T	0	0	1	0	5	0	0	3	9
TOTAL GERAL	H	0	0	0	2	5	0	0	2	9
	M	0	0	1	2	1	0	0	1	5
	T	0	0	1	4	6	0	0	3	14

Fonte: SIAL

Conforme se pode verificar pela análise do quadro n.º15, no final de 2017, existiam 32 postos de trabalho previstos no mapa de pessoal que não se encontravam preenchidos.

Quadro n.º15
Postos de Trabalho Previstos e Não Ocupados por Cargo/Carreira

Postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano por cargo / carreira	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
Não abertura de procedimento concursal	0	1	7	3	15	0	1	0	27
Impugnação do procedimento concursal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falta de aprovação do órgão executivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal improcedente	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal em desenvolvimento	0	0	0	0	5	0	0	0	5
TOTAL GERAL	0	1	7	3	20	0	1	0	32

Fonte: SIAL

Durante o ano de 2017, quatro trabalhadores do Município viram a sua situação alterada mediante a realização de dois procedimentos concursais e através de duas consolidações de mobilidade na categoria.

Quadro n.º16
Mudanças de Situação por Cargo/Carreira segundo o motivo e Género

Mudanças de situação dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o motivo e género		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal	H	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	T	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Consolidação da mobilidade na categoria (3)	H	0	0	1	0	0	0	0	1	2
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	1	0	0	0	0	1	2
Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestonária (regra) (2)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestonária (exceção) (2)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	H	0	0	1	1	0	0	0	1	3
	M	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	T	0	0	2	1	0	0	0	1	4

(1) e (2) - Artigos 156.º, 157.º e 158.º da LGTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/6;

(3) - Artigo 99.º da LGTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/6;

Fonte: SIAL

2.6. Formação Profissional

Em 2017 os trabalhadores do Município de Mira participaram em 36 ações de formação de acordo com a tipologia descrita no quadro n.º 17.

Quadro n.º17

Ações de Formação Profissional por Tipo e duração da ação

Ações de formação profissional por tipo segundo a duração da ação	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais	TOTAL
Internas	5	0	0	0	5
Externas	30	1	0	0	31
TOTAL	35	1	0	0	36

Fonte: SIJAL

As ações de formação foram frequentadas por 138 trabalhadores, tendo sido a categoria profissional de "Técnico Superior" aquela que maior n.º de participações registou (55), tal como pode ser confirmado pela análise do quadro n.º 18:

Quadro n.º18

Participantes em Ações de Formação por Cargo/Carreira Segundo Tipo Ação

Participantes em ações de formação profissional por cargo / carreira segundo o tipo de ação	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
Internas	0	4	19	17	9	0	1	2	52
Externas	0	18	36	21	10	0	0	1	86
TOTAL	0	22	55	38	19	0	1	3	138

Fonte: SIJAL

As ações supra referidas corresponderam 985 horas de formação, o que representa um crescimento de 192% face ao valor alcançado em 2016 (337) e cuja distribuição por Cargo / Carreira se apresenta no quadro n.º 19.

Quadro n.º19

Horas dispendidas em ações de formação por Cargo/Carreira segundo Tipo Ação

horas dispendidas em ações de formação profissional por cargo / carreira segundo o tipo de ação	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais- Téc. Sup.	Carreiras Gerais Ass. Técnico	Carreiras Gerais Ass. Oper.	Bombeiros	Informática	Outros	TOTAL GERAL
Internas	0	12	57	51	27	0	3	6	156
Externas	0	168	333	239	82	0	0	7	829
TOTAL	0	180	390	290	109	0	3	13	985

Fonte: SIJAL

Por último, de referir que, em 2017, a despesa total com formação profissional foi de 5.541,72€, o que acaba por ser um valor em tudo idêntico ao verificado em 2016 (5.732,25€).

2.7. Trabalho Noturno e Extraordinário

À semelhança do verificado em 2014, 2015 e 2016, no ano de 2017, não se efetuaram horas de trabalho noturno, normal e extraordinário. Já no que diz respeito ao trabalho extraordinário, diurno e noturno, foram registadas 32 horas de trabalho extraordinário Diurno, o que representa um decréscimo de 56,16% face a igual período de 2016.

Quadro n.º20

Horas de Trabalho Extraordinário, diurno e noturno – Evolução (2016-2017)

Horas de trabalho extraordinário, diurno e noturno		2016	2017
Extraordinário Diurno	H	0	0
	M	73	32
	T	73	32
Extraordinário Nocturno	H	0	0
	M	0	0
	T	0	0
TOTAL GERAL	H	0	0
	M	73	32
	T	73	32

Fonte: SIAL

Já no que diz respeito ao trabalho extraordinário em dias de descanso semanal e feriados foram efetuadas 242 horas de trabalho, o que representa uma redução de 15,38% face ao verificado em 2016 e de 25,54% face a 2015 (325 Horas).

Quadro n.º21

Horas Extra em dias de Descanso Semanal e Feriados – Evolução (2016-2017)

Horas Extraord. em dias de descanso semanal e feriados		2016	2017
Descanso semanal obrigatório	H	12	0
	M	125	99
	T	137	99
Descanso semanal complementar	H	0	0
	M	122	112
	T	122	112
Feriados	H	0	0
	M	27	31
	T	27	31
TOTAL GERAL	H	12	0
	M	274	242
	T	286	242

Fonte: SIAL

2.8. Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho

No decorrer do ano de 2017, registaram-se 8 acidentes de trabalho no local de trabalho, conforme se comprova pela análise do quadro n.º 22.

Quadro n.º22

Acidentes de Trabalho e dias de trabalho perdidos com baixa por Género

Acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por género (No local de trabalho)		Total	1 a 3 dias de Baixa	4 a 30 dias de Baixa	Superior a 30 dias de Baixa	Mortais
Número total de acidentes	H	2				0
	M	6				0
	T	8	0	0	0	0
Número de acidentes com baixa	H	2	0	1	1	
	M	6	0	4	2	
	T	8	0	5	3	
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	H	58	0	19	39	
	M	179	0	58	121	
	T	237	0	77	160	
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	H	113	0	79	34	
	M	291	0	25	266	
	T	404	0	104	300	

Nota: O Nº total de acidentes refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais.

Fonte: SIAL

No entanto não se registou qualquer acidente de trabalho in itinere.

Quadro n.º23

Acidentes de trabalho e dias de trabalho perdidos com baixa por género (In itinere)

Acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por género (In itinere)		Total	1 a 3 dias de Baixa	4 a 30 dias de Baixa	Superior a 30 dias de Baixa	Mortais
Número total de acidentes	H	0				0
	M	0				0
	T	0				0
Número de acidentes com baixa	H	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	H	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	H	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	

Nota: O Nº total de acidentes refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais.

Fonte: SIAL

Durante o ano de 2017 não foi registado qualquer caso de incapacidade permanente parcial por motivo de acidente de trabalho, nem qualquer situação de doença profissional.

Quadro n.º24

N.º de Casos de Incapacidade declarados no Ano

Casos de incapacidade declarados durante o ano relativamente aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho	TOTAL
Casos de incapacidade permanente absoluta	0
Casos de incapacidade permanente parcial	0
Casos de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	0
Casos de incapacidade temporária e parcial	0
TOTAL GERAL	0

Fonte: SIHAL

Quadro n.º25

Contagem das Situações de Doença Profissional no Ano

Contagem das Situações de Doença Profissional durante o Ano	N.º de Casos	Dias de Ausência
Doenças provocadas por agentes químicos	0	0
Doenças do aparelho respiratório	0	0
Doenças Cutâneas e outras	0	0
Doenças provocadas por agentes físicos	0	0
Doenças infecciosas e parasitárias	0	0
TOTAL GERAL	0	0

Fonte: SIHAL

No que concerne a atividades de medicina no trabalho, ao longo de 2017, foram efetuados 153 exames médicos e 153, tendo sido efetuada uma despesa total de 1.733,90€.

Quadro n.º26

Atividades de Medicina no Trabalho

Atividades de medicina no trabalho e respetivos encargos	N.º	TOTAL (€)
Total dos exames médicos efetuados (a)	153	0,00 €
Exames de admissão (b)	0	0,00 €
Exames periódicos (c)	153	0,00 €
Exames ocasionais e complementares (d)	0	0,00 €
Exames de cessação de funções (e)	0	0,00 €
Despesas com medicina no trabalho		1 733,90 €
Visitas aos postos de trabalho	0	

Nota: (a) = (b) + (c) + (d) + (e)

Fonte: SIHAL

No ano de 2017 não se verificou nenhuma ação de reintegração, conforme se comprova pela análise do quadro n.º27.

Quadro n.º27
Trabalhadores sujeitos a ações de Reintegração Profissional

Trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença incapacitante	TOTAL
Alteração das funções exercidas	0
Formação Profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de horário de trabalho	0
Mobilidade Interna	0
TOTAL	0

Fonte: SIIAL

Durante o ano 2017 foram realizadas 5 ações de formação e sensibilização em matéria de higiene e segurança no trabalho.

Quadro n.º28
Ações de Formação e Sensibilização em matéria de Segurança Trabalho

Ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho	TOTAL
Ações realizadas durante o ano	5

Fonte: SIIAL

Pela leitura do quadro n.º 29 podemos constatar que, no âmbito da prevenção de acidentes e doenças profissionais, durante o ano de 2017 efetuaram-se um conjunto de aquisições de Equipamentos de Proteção que, no total, representaram um investimento superior a 19 mil euros.

Quadro n.º 29
Custos com Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	VALOR (€)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	0,00 €
Equipamentos de proteção (b)	19 360,41 €
Formação em prevenção de riscos (c)	0,00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	0,00 €
TOTAL	19 360,41 €

Notas:

a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização/modificação dos espaços de trabalho;

b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos;

c) Encargos na formação, informação e consulta

d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos fatores de risco

Fonte: SIIAL



2.9. Relações Profissionais

A 31 de Dezembro de 2017, de entre o total de trabalhadores do Município, 105 encontravam-se sindicalizados, pertencendo 75 ao STAL, 25 ao SINTAP, 4 ao STFPC - Sindicato Trabalhadores Funções Publicas e Sociais Centro e 1 ao STFP - Sindicato Trabalhadores da Função Pública.

Pela análise do quadro n.º 30 podemos constatar que, relativamente ao mesmo período de 2016, o número de trabalhadores sindicalizados aumentou em 2 efetivos.

Quadro n.º30
N.º Trabalhadores Sindicalizados – Evolução (2014-2017)

RELAÇÕES PROFISSIONAIS	2014	2015	2016	2017	VAR
N.º de trabalhadores sindicalizados	103	101	103	105	2
N.º de elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0	0	0	0	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0	0	0	0	0

Fonte: SIAL

2.10. Disciplina

Tal como poderá ser verificado pela análise do quadro n.º 31, durante o ano de 2017, foi instaurado um processo disciplinar.

Quadro n.º 31
N.º Processos Disciplinares

DISCIPLINA	TOTAL
Processos transitados do ano anterior	0
Processos instaurados durante o ano	1
Processos transitados para o ano seguinte	0
Processos decididos – arquivados	0
Processos decididos – repreensão escrita	0
Processos decididos – multa	0
Processos decididos – suspensão	0
Processos decididos – desped. por fato imputável ao trabalhador	0
Processos decididos – cessação da comissão de serviço	0

2.11. Eleitos

No final de 2017 a distribuição dos eleitos locais apresentava-se de acordo com o quadro n.º 32.

Quadro n.º 32

Eleitos Locais

ELEITOS LOCAIS	Regime permanência - tempo inteiro - câmara municipal - presidente e vereadores	Regime permanência - meio tempo - câmara municipal - vereadores	Regime não permanência - câmara municipal	Regime não permanência - assembleia municipal
N.º Eleitos	4	1	2	25

Fonte: SIAL

2.12. Gabinetes de Apoio Pessoal

Já no que se refere aos Gabinetes de Apoio pessoal sua distribuição é a que consta do quadro n.º 33.

Quadro n.º 33

Gabinetes de Apoio Pessoal

GABINETES DE APOIO PESSOAL	Do mapa de pessoal do município	De outra entidade pública, com vínculo à Administração Pública	Sem vínculo à Administração Pública	TOTAL
Chefe de Gabinete	0	0	0	0
Adjuntos	0	0	1	1
Secretários	0	0	0	0
TOTAL	0	0	1	1

Fonte: SIAL

2.13. Dirigentes e Equiparados

Quanto ao n.º de dirigentes ou equiparados existentes no Município de Mira podemos constatar que estavam previstos 5 cargos, no entanto, a 31 de dezembro de 2017, só 4 desses mesmos lugares se encontravam providos.

Quadro n.º 34

Dirigentes e Equiparados

Dirigentes e equiparados	Dirigente superior (diretor municipal/diretor delegado)	Dirigente intermédio de 1.º grau (diretor de departamento municipal/diretor delegado)	Dirigente intermédio de 2.º grau (chefe de divisão municipal)	Dirigente intermédio de 3.º grau ou inferior	Chefe de equipa multidisciplinar (equiparado a diretor de departamento Municipal)	Chefe de equipa multidisciplinar (equiparado a chefe de divisão municipal)	TOTAL
N.º de cargos previstos em regulamento municipal	0	0	4	0	0	1	5
N.º de cargos providos em 31/12	0	0	4	0	0	0	4

Fonte: SIAL

2.14. Encargos com o Pessoal

2.14.1. Total de Encargos com o Pessoal

Em 2017 registou-se um total de 2.465.370,06€ de "Encargos com Pessoal", o que significa uma diminuição de 2,52% face a igual período de 206. Através do quadro n.º 35 podemos analisar a distribuição desses mesmos encargos com o pessoal.

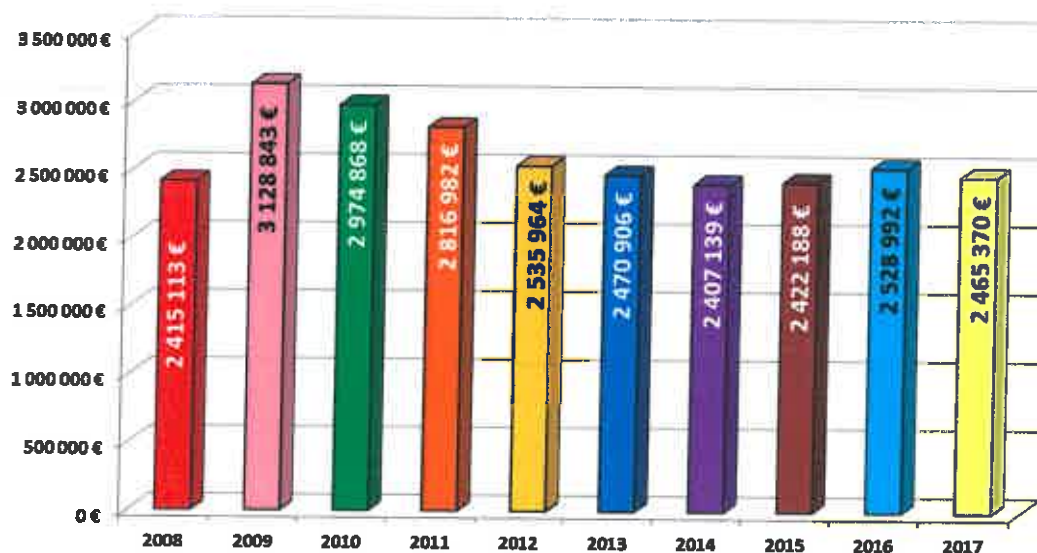
Quadro n.º 35
Total dos Encargos com Pessoal por Rubrica (2014-2017)

TOTAL DOS ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO	VALOR (€)			
	2014	2015	2016	2017
Remunerações Base	1 927 336,62 €	1 950 489,49 €	2 040 754,38 €	1 926 001,94 €
Suplementos Remuneratórios	22 144,66 €	39 550,55 €	45 599,21 €	39 334,86 €
Prémios de Desempenho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prestações Sociais	239 813,91 €	221 927,97 €	216 629,52 €	212 939,21 €
Outros encargos com pessoal	217 844,14 €	210 220,30 €	226 008,95 €	287 094,05 €
TOTAL GERAL	2 407 139,33 €	2 422 188,31 €	2 528 992,06 €	2 465 370,06 €

Notas: Remuneração base inclui os subsídios de férias e de Natal

Fonte: SIAL

Gráfico n.º 8
Encargos com o Pessoal – Evolução (2008-2017)



[Handwritten signature and initials]

2.14.2. Suplementos Remuneratórios

A análise do quadro n.º 36 permite verificar que, durante o ano de 2017, o Município de Mira suportou 39.334,86€ de encargos com suplementos remuneratórios, o que representa uma diminuição de 13,7% face a 2016. Este decréscimo ficou a dever-se a uma diminuição bastante significativa no montante pago a título de abonos para falhas.

Quadro n.º 36
Suplementos Remuneratórios – Evolução (2014-2017)

SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS	VALOR (€)			
	2014	2015	2016	2017
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	214,34 €	301,27 €	290,86 €	133,23 €
Trabalho normal nocturno	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	1 487,78 €	1 571,91 €	1 260,54 €	1 037,68 €
Disponibilidade permanente	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Risco, penosidade e insalubridade	2 625,53 €	2 208,60 €	2 208,60 €	2 208,60 €
Fixação na periferia	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalho por turnos	3 971,33 €	20 811,55 €	16 810,16 €	15 266,84 €
Abono para falhas	3 186,49 €	3 683,09 €	14 290,75 €	10 072,92 €
Participação em reuniões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ajudas de custo	1 867,09 €	2 153,67 €	1 587,58 €	1 265,67 €
Representação	8 792,10 €	8 820,46 €	9 150,72 €	9 349,92 €
Secretariado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros suplementos remuneratórios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL GERAL	22 144,66 €	39 550,55 €	45 599,21 €	39 334,86 €

2.14.3. Prestações Sociais

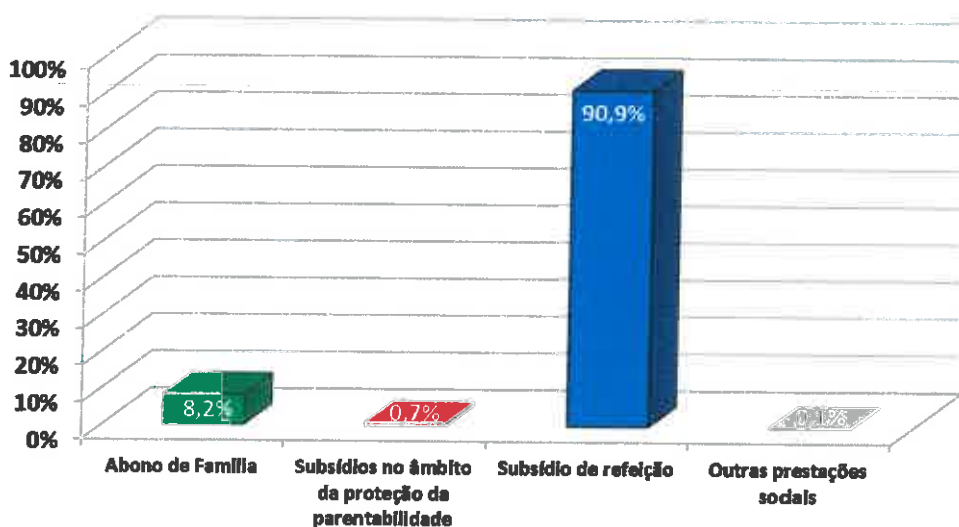
Já no que diz respeito ao montante suportado pelo Município a título de Prestações Sociais, de acordo com a análise do quadro n.º 37, constata-se que o seu montante diminuiu para 212.939,21€, sendo o subsídio de refeição aquele que maior peso tem na estrutura desta tipologia de despesa com o pessoal (90,87%).

Quadro n.º 37
Prestações Sociais – Evolução (2014-2017)

PRESTAÇÕES SOCIAIS	VALOR (€)			
	2014	2015	2016	2017
Abono de Família	19 964,80 €	20 455,05 €	21 087,89 €	17 429,10 €
Subsídios no âmbito da proteção da parentabilidade	27 195,25 €	7 952,25 €	6 410,52 €	1 546,52 €
Subsídio de educação especial	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio mensal vitalício	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de refeição	192 653,86 €	193 520,67 €	189 131,11 €	193 504,51 €
Subsídio de funeral	0,00 €	0,00 €	0,00 €	213,86 €
Subsídio por morte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Benefícios Sociais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras prestações sociais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	245,22 €
TOTAL GERAL	239 813,91 €	221 927,97 €	216 629,52 €	212 939,21 €

Fonte: SIAL

Gráfico n.º9
Prestações Sociais – Tipologias – Peso Relativo



[Assinatura manuscrita]

2.14.4. Benefícios Sociais

Em 2017 não foram registados encargos com benefícios sociais conforme se poderá constatar pela análise do quadro n.º 38.

Quadro n.º 38
Encargos com Benefícios Sociais

BENEFÍCIOS DE APOIO SOCIAL	VALOR (€)
Grupos desportivos / casa de pessoal	0,00 €
Refeitórios	0,00 €
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	0,00 €
Colónias de férias	0,00 €
Subsídio de estudos	0,00 €
Apoio socioeconómico	0,00 €
Outros benefícios sociais	0,00 €
TOTAL GERAL	0,00 €

Fonte: SIAL



2.15. Indicadores

Em suma, após apuramento dos dados do balanço social relativo ao ano de 2017, obteve-se o seguinte painel de indicadores de gestão (quadro n.º 39), onde se pode verificar a percentagem dos rácios de gestão obtidos.

Quadro n.º 39

Indicadores de Gestão de Recursos Humanos

PAINEL DE INDICADORES DE GESTÃO		
Rácio	Fórmula	Cálculos
Índice de enquadramento	$(\text{Total de efetivos} - \text{Dirigentes}) \div \text{Dirigentes}$	47,75
Leque etário	Trabalhador mais velho – Trabalhador mais novo	39,00
Taxa de envelhecimento	$\Sigma \text{ efetivos idade} \geq 55 \div \text{Total de efetivos} \times 100$	28%
Taxa de Feminização	$\Sigma \text{ efetivos do sexo feminino} \div \text{Total de efetivos} \times 100$	63%
Taxa de Masculinização	$\Sigma \text{ efetivos do sexo masculino} \div \text{Total de efetivos} \times 100$	37%
Índice de tecnicidade (com dirigentes)	$\text{Dirigentes} + \text{Técnicos Superiores} \div \text{Total de efetivos} \times 100$	17%
Índice de tecnicidade (sentido lato)	$\text{Técnicos Superiores} \div \text{Total de efetivos} \times 100$	15%
Taxa de formação superior	$\text{Total dos efetivos com Mestrado} + \text{Lic.} + \text{Pós-Graduação} + \text{Bacharelato ou Curso Médio} \div \text{Total de efetivos} \times 100$	26%
Taxa de escolaridade ≤ 6 anos	$\Sigma \text{ efetivos com escolaridade} \leq 6 \text{ anos} \div \text{Total de efetivos} \times 100$	21%
Taxa de escolaridade = 9 anos	$\Sigma \text{ efetivos com escolaridade} = 9 \text{ anos} \div \text{Total de efetivos} \times 100$	11%
Taxa de escolaridade = 12 anos	$\Sigma \text{ efetivos com escolaridade} = 12 \text{ anos} \div \text{Total de efetivos} \times 100$	42%
Índice de admissões	$N.º \text{ Total de Admissões} \div \text{Total de efetivos} \times 100$	3%
Índice de saídas	$N.º \text{ Total de saídas} \div \text{Total de efetivos} \times 100$	7%
Taxa de absentismo (250 dias úteis em 2017 - 22 dias de férias = 228 dias úteis)	$\text{Total de dias de ausência} \div N.º \text{ de efetivos} \times \text{Dias trabalháveis do ano (retirados 25 dias de férias)} \times 100$	21%
Taxa de absentismo (250 dias úteis em 2017)	$\text{Total de dias de ausência} \div N.º \text{ de efetivos} \times \text{Dias trabalháveis do ano} \times 100$	19%
Taxa de absentismo (250 dias úteis em 2017)	$\text{Total de dias de ausência (sem contar as ausências por conta de férias)} \div N.º \text{ de efetivos} \times \text{Dias trabalháveis do ano} \times 100$	9%

3. RELATÓRIO FINANCEIRO

3.1. Análise Patrimonial

Tal como se verifica pela análise do quadro n.º 40, no final do exercício económico de 2017, o Ativo Líquido do Município de Mira cifrava-se nos 115.193.032,53€ o que representa um aumento de 2% comparativamente com o período homólogo de 2016.

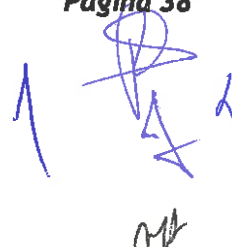
Quadro n.º 40
Estrutura dos Balanços

ESTRUTURA DE BALANÇOS	2013	2014	2015	2016	2017
	AL	AL	AL	AL	AL
ATIVO	112 213 622,33 €	113 362 952,20 €	113 600 047,19 €	112 535 842,43 €	115 193 032,53 €
Fundos Próprios	99 260 787,55 €	100 709 633,58 €	101 103 500,97 €	100 323 870,83 €	103 198 439,74 €
Passivo	12 952 834,78 €	12 653 318,62 €	12 496 546,22 €	12 211 971,60 €	11 994 592,79 €
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	112 213 622,33 €	113 362 952,20 €	113 600 047,19 €	112 535 842,43 €	115 193 032,53 €

Já no que concerne aos *Fundos Próprios* do Município, a análise do quadro permite concluir que, no final de 2017, registava-se um valor 2,8 Milhões de Euros superior a igual período de 2016, o que não poderá deixar de se considerar um bom indicador do desempenho económico do Município.

No mesmo período, o passivo da autarquia atingiu os 11.994.592,79€, inferior em 217.378,81€ face a igual período de 2016. Para este valor contribuíram decisivamente as reduções verificadas nas *Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo* (-199.256,84€) e no valor das *Provisões para Riscos e Encargos* (-748.140,79€).

Importa salientar que, desde 2013, o valor do Passivo Total do Município já diminuiu 958.241,99€.



3.1.1. Evolução do Ativo

Pela análise do quadro n.º 41, podemos constatar que, a 31 de dezembro de 2017, o ativo líquido da Autarquia totalizava 115.193.032,53€, um crescimento de 2,36% (+2.657.190,10€) face ao valor apurado no final de 2016.

Quadro n.º 41
Estrutura do Ativo (2013-2017)

ESTRUTURA DO ATIVO	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
	AL	AL	AL	AL	AL	VALOR	%
Imobilizado	110 903 677,75 €	112 421 132,04 €	112 708 257,48 €	111 788 579,88 €	112 127 772,58 €	339 192,70 €	
Bens de domínio público	13 499 022,95 €	13 272 991,02 €	13 954 800,55 €	16 183 578,50 €	16 932 811,56 €	749 233,06 €	4,6%
Imobilizações Incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Imobilizações Corpóreas	97 292 919,80 €	97 420 675,64 €	97 025 991,55 €	93 877 536,00 €	93 322 828,40 €	-554 707,60 €	-0,6%
Investimentos Financeiros	111 735,00 €	1 727 465,38 €	1 727 465,38 €	1 727 465,38 €	1 872 132,62 €	144 667,24 €	8,4%
Circulante	1 300 897,24 €	933 891,26 €	884 388,91 €	736 967,15 €	764 148,95 €	27 181,80 €	
Existências	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	133 228,20 €	166 884,98 €	200 256,94 €	301 503,12 €	340 998,27 €	39 495,15 €	13,1%
Titulos negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1 167 669,04 €	767 006,28 €	684 131,97 €	435 464,03 €	423 150,68 €	-12 313,35 €	-2,8%
Acréscimos e Diferimentos	9 047,34 €	7 928,90 €	7 400,80 €	10 295,40 €	2 301 111,00 €	2 290 815,60 €	
TOTAL ATIVO	112 213 622,33 €	113 362 952,20 €	113 600 047,19 €	112 535 842,43 €	115 193 032,53 €		

No que concerne ao peso relativo de cada uma das componentes do ativo, verifica-se que o *Imobilizado* é o que maior preponderância tem na estrutura do ativo do Município, representando, no final do ano, cerca de 97,34% do total do ativo líquido. De entre as diversas componentes do *Imobilizado*, a rubrica de "*Terrenos e Recursos Naturais*" é a que maior valor registava no final de 2017 (77.392.189,83€).

O imobilizado líquido (imobilizado deduzido das amortizações, reintegrações e provisões) do Município apresentou um crescimento de 2,36% (+2.657.190,10€).

Comparando os diferentes valores do ativo registados no final de 2016 e 2017, verifica-se que o crescimento verificado no ativo líquido ficou dever-se ao aumento bastante significativo dos Bens do Domínio Público (+749.233,06€), mais concretamente, o crescimento verificado na *Outras Construções e Infra-Estruturas* (+305.585,47€) e nas *Imobilizações em Curso* (+444.115,66€). Este facto é um indicador

do volume de novos projetos de investimento cuja execução se está agora a iniciar no âmbito do quadro comunitário de apoio – Portugal 2020.

Para além disso será ainda de destacar o aumento verificado no valor dos Investimentos Financeiros (+144.667,24€) e que se fica a dever ao facto dos resultados positivos que têm sido obtidos pela AIBAP – Associação da Incubadora Beira Atlântico Parque, ter permitido um ajustamento positivo do valor da participação que o Município detém na referida associação, registo esse efetuado de acordo com o que define o Plano Oficial de Contabilidade da Autarquias Locais (POCAL).

O valor registado em *Acréscimos de Proveitos* (2.290.387,41€) diz respeito ao cumprimento do princípio da especialização do exercício, isto é, no âmbito da certificação legal de contas efetuada no ano transato, o Revisor Oficial de Contas do Município alertou para o facto de ser necessário passar a fazer refletir no próprio ano a receita que apenas é cobrada no ano seguinte. Assim, no caso do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que apesar de dizer respeito a 2017 apenas é cobrado aos Municípios em 2018, a boa prática contabilística preconiza que essa receita seja refletida nas contas de 2017, cumprindo dessa forma o supra referido princípio da especialização.

Assim, no estrito cumprimento das recomendações efetuadas pelo ROC, na presente prestação de contas foram efetuados lançamentos de reconhecimento dos proveitos de IMI e IRS mas que apenas serão “pagos/transferidos” para o Município em 2018.

As dívidas de terceiros a curto prazo ascendem em termos líquidos a 340.998,27€ representando um acréscimo de 39.495,15€ face ao ano anterior.

Quadro n.º 42
Dívidas de Terceiros – Curto Prazo (2013-2017)

DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
	AL	AL	AL	AL	AL	VALOR	%
Clientes, c/c	57 146,42 €	61 688,95 €	71 292,91 €	117 902,47 €	128 223,08 €	10 320,61 €	8,8%
Contribuintes, c/c	40 243,76 €	46 639,98 €	53 164,22 €	87 461,66 €	94 663,38 €	7 201,72 €	8,2%
Estado e outros entes públicos	34 933,14 €	57 651,17 €	74 894,93 €	95 234,11 €	117 148,58 €	21 914,47 €	23,0%
Outros devedores	642,70 €	642,70 €	642,70 €	642,70 €	963,23 €	320,53 €	49,9%
Devedores de Operações Tesouraria	262,18 €	262,18 €	262,18 €	262,18 €	0,00 €	-262,18 €	-100,0%
TOTAL ATIVO	133 228,20 €	166 884,98 €	200 256,94 €	301 503,12 €	340 998,27 €		

A rubrica “Clientes c/c” inclui as dívidas resultantes, por exemplo, do abastecimento de água (aproximadamente 103 mil euros) e da utilização do parque de campismo (12.438,75€).

Já os 87.461,66€ registados em "Contribuintes c/c" dizem respeito, em grande parte, a dívidas resultantes de "Taxas - Lixo" (64.851,15€) e "Esgotos-Taxas de Conservação" (13.731,46€).

O valor registado em "Estado e outros entes públicos" (117.148,58€) diz respeito exclusivamente a IVA a recuperar resultante do apuramento normal.

Os depósitos bancários e caixa, no final de 2017, totalizavam 423 mil euros, o que é um valor em tudo idêntico ao registado no final de 2016 (435.464,03€).

Os custos diferidos no valor de 10.723,59€ dizem respeito ao valor dos seguros pagos em 2017 mas que, em parte, se reportam a 2018.



3.1.2. Evolução dos Fundos Próprios

Tal como se poderá constatar pela análise do quadro n.º 43, no final de 2017, os fundos próprios do Município de Mira totalizavam 103.198.439,74€, o que representa um crescimento de 2,87% face a igual período de 2016.

Quadro n.º 43
Fundos Próprios (2013-2017)

FUNDOS PRÓPRIOS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
	AL	AL	AL	AL	AL	VALOR	%
Património	90 083 413,49 €	90 083 413,49 €	90 083 413,49 €	90 083 413,49 €	90 083 413,49 €	0,00 €	0,00%
Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00 €	1 119 111,14 €	1 119 111,14 €	1 119 111,14 €	1 164 020,46 €	44 909,32 €	4,01%
Reservas de reavaliação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Reservas	10 920 502,89 €	10 920 502,89 €	11 250 237,78 €	11 644 105,17 €	11 644 105,17 €	0,00 €	0,00%
Reservas legais	10 920 502,89 €	10 920 502,89 €	11 250 237,78 €	11 644 105,17 €	11 644 105,17 €	0,00 €	0,00%
Resultado transitados	0,00 €	-1 743 128,83 €	-1 743 128,83 €	-1 743 128,83 €	-629 268,27 €	1 113 860,56 €	-63,90%
Resultado líquido do exercício	-1 743 128,83 €	329 734,89 €	393 867,39 €	-779 630,14 €	936 168,89 €	1 715 799,03 €	-220,08%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	99 260 787,55 €	100 709 633,58 €	101 103 500,97 €	100 323 870,83 €	103 198 439,74 €		

A diferença verificada entre o valor apurado em 2017 vs 2016, advém da melhoria bastante significativa registada no valor do *Resultado Líquido do Exercício* que passou de um valor negativo de 779.630,14€ em 2016, para um valor positivo de 936.168,89€ em 2017 e de um aumento do valor registado em *Ajustamento de partes de capital em empresas* (+44.909,32€) e que resulta do ajustamento verificado no valor da participação da AIBAP.

3.1.3. Análise do Passivo

O quadro n.º 44 apresenta a evolução que as diferentes rubricas do passivo tiveram ao longo do período compreendido entre 2013 e 2017.

Quadro n.º 44
Estrutura do Passivo (2013-2017)

PASSIVO	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
	AL	AL	AL	AL	AL	VALOR	%
Provisões para riscos e encargos	1 501 742,37 €	1 654 047,74 €	1 654 047,74 €	1 528 140,79 €	780 000,00 €	-746 140,79 €	-48,96%
Provisões Cobrança Duvidosa	89 433,89 €	96 604,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	1 721 594,62 €	1 167 432,78 €	969 676,32 €	770 936,08 €	571 679,24 €	-199 256,84 €	-25,85%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1 998 091,75 €	2 270 882,57 €	2 516 872,07 €	2 387 192,52 €	3 070 434,51 €	683 241,99 €	28,62%
Acréscimos e diferimentos	7 641 972,15 €	7 464 351,01 €	7 355 950,09 €	7 525 702,21 €	7 572 479,04 €	46 776,83 €	0,62%
TOTAL PASSIVO	12 952 834,78 €	12 653 318,62 €	12 496 546,22 €	12 211 971,60 €	11 994 592,79 €	-217 378,81 €	-1,78%

Da sua análise podemos concluir que no final de 2017, o valor do passivo total do Município de Mira atingiu o valor de 11.994.592,79€, diminuindo 1,78% (-217.378,81€) face a igual período de 2016.

Se fizermos uma análise da evolução do passivo total de 2013 a 2017 constatamos que, desde 2013, já foi possível reduzir em, aproximadamente, um milhão de euros o valor do passivo total do Município.

De entre as diversas componentes do passivo será importante destacar a redução verificada no valor da *Dívida a Terceiros – Médio e Longo Prazo* (-25,85%), valor que ainda se torna mais expressivo se considerarmos que, desde 2013, o Município de Mira já reduziu 1.149.915,38€ a sua dívida de Médio e Longo Prazo. A este ritmo de amortização dos empréstimos bancários, no final do atual mandato autárquico, o Município poderá ficar apenas com cerca de 32 mil euros de dívida de médio e longo prazo.

No mesmo sentido verificou-se uma redução bastante significativa do valor das *Provisões para riscos e encargos*, mas concretamente para *processos judiciais em curso*. A diminuição verificada resulta da anulação da provisão que em anos anteriores tinha sido constituída pelo facto de existir um processo de insolvência da AIBAP. Assim, uma vez que foi possível evitar a insolvência da Associação e, dessa forma salvar um importante património municipal, como é o edifício da incubadora de empresas, e tal como é preconizado pelos ROC, já não existe fundamento para a manutenção da referida provisão, pelo que foi efetuado o competente lançamento contabilístico de anulação do seu valor.



O aumento verificado na *Dívida de a terceiros – Curto Prazo* é, praticamente na sua totalidade, justificado pelo aumento das rubricas *Fornecedores de Imobilizado, c/c* (+330.272,72€) e *Factor's* (+199.560,16€), ou seja, estamos a falar de rubricas que dizem respeito a investimento efetuado pelo Município de Mira, nomeadamente, no âmbito de projetos co-financiados pelo Portugal 2020. Assim, importa lembrar que uma parte significativa destes valores em dívida têm associada receita consignada que, ao longo de 2018, irá ser transferida para o Município e permitirá liquidar os valores em apreço.

Quadro n.º 45
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo (2013-2017)

DIVIDA A TERCEIROS - CURTO PRAZO	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
	AL	AL	AL	AL	AL	VALOR	%
Fornecedores, c/c	476 918,79 €	530 464,78 €	1 036 690,12 €	1 022 899,40 €	1 203 008,65 €	180 109,25 €	17,61%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	608 747,43 €	732 257,60 €	527 637,91 €	574 373,93 €	904 646,65 €	330 272,72 €	57,50%
Estado e outros entes públicos	52 291,15 €	60 347,57 €	51 800,61 €	107 785,27 €	90 191,34 €	-17 593,93 €	-16,32%
Administração autárquica	23,23 €	46,44 €	0,00 €	13 959,57 €	19 961,53 €	6 001,96 €	43,00%
Outros credores	860 111,15 €	933 958,73 €	779 457,34 €	668 174,35 €	653 066,18 €	-15 108,17 €	-2,26%
Factor'S	0,00 €	13 807,45 €	121 286,09 €	0,00 €	199 560,16 €	199 560,16 €	0,00%
TOTAL	1 998 091,75 €	2 270 882,57 €	2 516 872,07 €	2 387 192,52 €	3 070 434,51 €	683 241,99 €	28,62%

A título exemplificativo podemos referir que, de entre os valores que se encontravam em dívida no final do ano na conta *Fornecedores de Imobilizado, c/c*, tínhamos 123.329,95€ referentes ao Projeto de Regeneração da Vala da Corga (P2020), 144.247,93€ que dizem respeito à Recuperação / Conservação da Escola Básica de Mira (P2020) e 128.505,29€ que dizem respeito ao acordo que o Município teve de celebrar com a Entidade Construções Júlio Lopes para colocar termo o processo de 2008 relativo à construção da variante sul do concelho.

Importa neste momento relembrar que no âmbito do acordo celebrado para pôr termo à ação judicial que a empresa supra referida moveu contra o Município de Mira, entre Trabalhos a mais que ainda não se encontravam faturados e Juros de Mora a que a empresa tinha direito pelo não cumprimento dos prazos de pagamento das faturas entretanto emitidas, foi necessário assumir mais 314.478,94€ de dívida que, como se referiu anteriormente, teve a sua origem no projeto de Construção da Variante Sul do Concelho (2008).

No passivo do Município, a rubrica cujo peso relativo é relevante continua a ser os *Acréscimos e diferimentos* que, no final de 2017, atingiram os 7,5 milhões de euros. Deste montante, 6,48% (aproximadamente 490 mil euros) correspondem a acréscimos de custos, que irão dar origem a valores a pagar em 2018, e os restantes 93,52% dizem respeito a proveitos diferidos (7,08 milhões de euros).

O valor registado em acréscimos de custos diz respeito a custos incorridos em 2017, mas cuja exigibilidade/pagamento apenas ocorre em 2018, nomeadamente, remunerações (358.847,10)

No que concerne aos proveitos diferidos, correspondem à incorporação dos subsídios ao investimento cujos proveitos serão reconhecidos em anos futuros à medida da taxa de amortização dos investimentos objeto de subsidiação (Ex: FEDER).



3.1.4. Análise da Demonstração de Resultados

Conforme se poderá constatar pela análise do quadro n.º 46, no final de 2017, o Resultado Líquido do Exercício apurado foi de 936.168,89€ o que significa uma melhoria bastante significativa face ao resultado negativo que tinha sido alcançado em 2016 (-779.630,14€).

Para o resultado alcançado contribui decisivamente a melhoria registada nos resultados financeiros, que passaram de um valor negativo de -43.118,69€ para um valor positivo de 100.049,51€ e dos Resultados Extraordinários, que cresceram 1,5 milhões de euros.

Quadro n.º 46

Estrutura de Resultados (2013-2017)

ESTRUTURA DE RESULTADOS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
							VALOR	%
Resultados Operacionais (A)	624 445,60 €	- 1 029 654,45 €	- 176 031,70 €	- 141 354,65 €	- 1 071 588,03 €	- 1 021 861,03 €	49 727,00 €	-4,64%
Resultados Financeiros (B)	- 155 840,80 €	- 562 027,62 €	- 7 847,03 €	9 296,75 €	- 43 118,69 €	291,59 €	43 410,28 €	-100,68%
Resultados Correntes (C) = (A) + (B)	468 604,80 €	- 1 591 682,07 €	- 183 878,73 €	- 132 057,90 €	- 1 114 706,72 €	- 1 021 569,44 €	93 137,28 €	-8,36%
Resultados Extraordinários (D)	369 378,46 €	- 151 446,76 €	513 613,62 €	525 925,29 €	335 076,58 €	1 857 980,41 €	1 522 903,83 €	454,49%
Resultado Líquido do Exercício = (C) + (D)	837 983,26 €	- 1 743 128,83 €	329 734,89 €	393 867,39 €	- 779 630,14 €	836 410,97 €	1 616 041,11 €	

RESULTADOS OPERACIONAIS

No final de 2017 foi possível alcançar um resultado operacional de – 1.021.861,03€ o que representa uma ligeira melhoria (4,64%) face ao resultado alcançado em 2016.

Através do quadro n.º 47 podemos analisar a evolução que as diferentes componentes dos proveitos operacionais tiveram no período compreendido entre 2013-2017.

Quadro n.º 47

Proveitos Operacionais (2013-2017)

PROVEITOS OPERACIONAIS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
						VALOR	%
Vendas e Prestações de Serviços	1 390 388,93 €	1 437 961,44 €	1 509 540,24 €	1 700 439,22 €	1 558 052,01 €	-142 387,21 €	-8,37%
Vendas de Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Vendas de Produtos	501 477,99 €	498 019,39 €	514 800,03 €	538 587,83 €	494 948,16 €	-43 639,67 €	-8,10%
Prestações de Serviços	447 427,00 €	497 344,78 €	554 495,66 €	604 375,67 €	609 648,49 €	5 272,82 €	0,87%
Rendas e Alugueres	441 592,14 €	442 986,95 €	440 453,40 €	558 561,56 €	453 943,65 €	-104 617,91 €	-18,73%
(Reembolsos e Restituições)	-106,61 €	-381,73 €	-208,85 €	-817,36 €	-488,29 €	329,07 €	-40,26%
(Anulações)	-1,59 €	-7,95 €	0,00 €	-268,48 €	0,00 €	268,48 €	-100%
Impostos e Taxas	2 857 099,96 €	2 767 689,90 €	2 780 509,10 €	2 547 330,05 €	3 191 237,20 €	643 907,15 €	25,28%
Variação da Produção	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Transferências e Subsídios Obtidos	4 987 495,73 €	4 921 354,58 €	5 424 553,57 €	5 290 404,70 €	5 153 493,92 €	-136 910,78 €	-2,59%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS	9 234 984,62 €	9 127 005,92 €	9 714 602,91 €	9 538 173,97 €	9 902 783,13 €	364 609,16 €	3,82%

Na estrutura dos proveitos operacionais de registar o crescimento verificado no valor apurado de *Impostos e Taxas* (+643.907,15) e, em sentido inverso, a quebra verificada nas *Transferências e subsídios obtidos* (-136.910,78€) e nas *Rendas e Alugueres* (-104.617,91€).

De registar que continuam a ser as *Transferências e subsídios obtidos* que maior peso (52,04%) têm no total dos proveitos obtidos pelo Município, logo seguido dos *Impostos e Taxas* (32,23%).

De acordo com o quadro n.º 48, no exercício económico de 2017, os custos operacionais totalizaram 10,9 milhões de euros, o que representa um crescimento de 2,97% face ao registado em 2016.

Quadro n.º 48
Custos Operacionais (2013-2017)

CUSTOS OPERACIONAIS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
						VALOR	%
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Fornecimento e Serviços Externos	3 333 679,65 €	3 711 580,08 €	4 103 365,70 €	4 322 725,45 €	4 296 196,83 €	-26 528,62 €	-0,61%
Custos com o Pessoal	3 649 734,29 €	3 633 231,64 €	3 582 054,26 €	4 037 816,31 €	3 613 660,09 €	-424 156,22 €	-10,50%
Remunerações	2 930 014,74 €	2 790 894,72 €	2 795 615,90 €	3 129 483,08 €	2 797 359,81 €	-332 123,27 €	-10,61%
Encargos Sociais	719 719,55 €	842 336,92 €	786 438,36 €	908 333,23 €	816 300,28 €	-92 032,95 €	-10,13%
Transf./Subs. Correntes Concedidos e Presta	374 916,46 €	329 720,34 €	500 805,35 €	544 905,33 €	484 618,96 €	-60 286,37 €	-11,06%
Amortizações do Exercício	1 283 077,25 €	1 436 689,02 €	1 626 347,92 €	1 648 939,82 €	1 680 657,05 €	31 717,23 €	1,92%
Provisões do Exercício	1 591 176,26 €	159 476,00 €	0,00 €	0,00 €	780 000,00 €	780 000,00 €	#DIV/0!
Outros Custos e Perdas Operacionais	32 055,16 €	32 340,54 €	43 384,33 €	55 375,09 €	69 511,23 €	14 136,14 €	25,53%
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	10 264 639,07 €	9 303 037,62 €	9 855 957,56 €	10 609 762,00 €	10 924 644,16 €	314 882,16 €	2,97%

O aumento verificado nos custos operacionais ficou a dever-se em exclusivo ao registo de 780.000€ de provisões que dizem respeito ao acordo celebrado com a empresa Construções Júlio Lopes para colocar termos ao diferendo que existia em tribunal relativo à execução do contrato de empreitada de construção da variante sul do Concelho de Mira.

Estando ainda o acordo em fase execução / operacionalização, no ano em apreço, apenas por uma questão prudencial, optou-se por ainda fazer este registo de provisão apesar de, neste momento, o valor em dívida já ser inferior pois o Município já tem vindo a pagar prestações deste acordo.

Em sentido inverso, será de realçar a diminuição verificada nos *Custos com o Pessoal* (-10,50%) e nos *Fornecimentos e Serviços Externos* (-0,61%)

Quadro n.º 49
Resultados Operacionais (2013-2017)

RESULTADOS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
						VALOR	%
Resultados Operacionais	- 1 029 654,45 €	- 176 031,70 €	- 141 354,65 €	- 1 071 588,03 €	- 1 021 861,03 €	49 727,00 €	-4,64%

RESULTADOS FINANCEIROS

Tal como poderá verificar-se pela análise do quadro n.º 50, no ano de 2017, o *Proveitos e ganhos financeiros* ascenderam a 130.826,96€, o que corresponde a um crescimento de 109.145,26€ face a igual período de 2016.

Quadro n.º 50
Proveitos e Ganhos Financeiros (2013-2017)

PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
						VALOR	%
Juros Obtidos	300,37 €	441,00 €	35,41 €	3,88 €	0,00 €	-3,88 €	-100,0%
Ganhos em Entidades Participadas	6 869,89 €	5 368,85 €	10 042,48 €	15 766,82 €	17 448,01 €	1 681,19 €	10,7%
Rendimentos de Imóveis	4 796,42 €	5 318,15 €	16 871,16 €	5 911,00 €	13 621,03 €	7 710,03 €	130,4%
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99 757,92 €	99 757,92 €	0,0%
TOTAL	11 966,68 €	11 128,00 €	26 949,05 €	21 681,70 €	130 826,96 €	109 145,26 €	503,4%

Para este crescimento contribuiu decisivamente o aumento registado na rubrica *Outros proveitos e ganhos financeiros* (99.757,92€) que, tal como preconiza o POCAL, corresponde ao registo nas contas do Município da sua “participação” nos resultados apurados pela AIBAP no exercício económico de 2017.

Já no que concerne aos *Custos e perdas financeiros*, no exercício de 2017, atingiu-se um valor de 30.777,45€ que não poderá deixar de ser significativo pois representa uma diminuição superior a 50% e que se fica a dever, quase exclusivamente, pela redução verificada no montante de juros pagos pelo Município de Mira.

Quadro n.º 51
Custos e Perdas Financeiros (2013-2017)

CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
						VALOR	%
Juros Suportados	52 943,00 €	15 487,13 €	14 988,80 €	61 982,41 €	28 230,00 €	-33 752,41 €	-54,5%
Provisões para aplicações financeiras	517 508,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Outros Custos e perdas financeiros	3 543,30 €	3 487,90 €	2 663,50 €	2 817,98 €	2 547,45 €	-270,53 €	-9,6%
TOTAL	573 994,30 €	18 975,03 €	17 652,30 €	64 800,39 €	30 777,45 €	-34 022,94 €	-52,5%

Quadro n.º 52
Resultados Financeiros (2013-2017)

RESULTADOS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
						VALOR	%
Resultados Financeiros	-562 027,62 €	-7 847,03 €	9 296,75 €	-43 118,69 €	100 049,51 €	143 168,20 €	-332,0%

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

De acordo com os dados apresentados no quadro n.º 53, em 2017, 2.097.350,20€ de *Proveitos e Ganhos Extraordinários*.

Quadro n.º 53
Proveitos e Ganhos Extraordinários (2013-2017)

PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
						VALOR	%
Ganhos em Existências	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Ganhos em Imobilizações	50 958,16 €	37 286,81 €	113 220,78 €	26 919,39 €	90 615,30 €	63 695,91 €	236,6%
Benefícios de Penalidades Contratuais	16 546,86 €	14 881,10 €	15 723,43 €	10 576,04 €	8 310,68 €	-2 265,36 €	-21,4%
Reduções de amortizações e provisões	0,00 €	0,00 €	96 604,52 €	125 906,95 €	1 528 140,79 €	1 402 233,84 €	1113,7%
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	437 448,42 €	601 630,14 €	389 195,22 €	427 203,94 €	470 283,43 €	43 079,49 €	10,1%
TOTAL	504 953,44 €	653 798,05 €	614 743,95 €	590 606,32 €	2 097 350,20 €	1 506 743,88 €	255,1%

Das várias componentes dos Proveitos e Ganhos Extraordinários será importante destacar o valor apurado em *Reduções de amortizações e provisões* e que, tal como já foi referido no presente relatório de gestão, se justifica em grande medida pela anulação da *provisão para processos judiciais em curso* que existia para fazer face ao processo de insolvência da AIBAP que, neste momento, já foi encerrado, pelo que a respetiva provisão não tem razão para se manter.

Já no que concerne aos *Custos e Perdas Extraordinários* (quadro n.º 54), em 2017, verificou-se uma diminuição de 16.159,95€ face a igual período de 2016.

Quadro n.º 54
Custos e Perdas Extraordinários (2013-2017)

CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
						VALOR	%
Transferências de Capital Concedidas	608 867,65 €	82 564,95 €	61 048,07 €	111 502,26 €	181 282,62 €	69 780,36 €	62,6%
Dívidas Incobráveis	43,80 €	44,48 €	0,00 €	399,05 €	3 086,03 €	2 686,98 €	673,3%
Perdas em Existências	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Perdas em Imobilizações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31 466,40 €	4 477,20 €	-26 989,20 €	-85,8%
Multas e Penalidades	0,00 €	360,00 €	4 432,30 €	2 142,75 €	667,32 €	-1 475,43 €	-68,9%
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00 €	0,00 €	9 170,11 €	103 802,22 €	44 525,66 €	-59 276,56 €	-57,1%
Outros Custos e perdas extraordinários	47 488,75 €	57 215,00 €	14 168,18 €	6 217,06 €	5 330,96 €	-886,10 €	-14,3%
TOTAL	656 400,20 €	140 184,43 €	88 818,66 €	255 529,74 €	239 369,79 €	-16 159,95 €	-6,3%

Para este valor contribuíram os decréscimos verificados nas rubricas *Correções relativas a exercícios anteriores* (-59.276,56€) e *Perdas em Imobilizações* (-26.989,20€).

Assim, no final de 2017, foi possível apurar um resultado extraordinário de 1.857.980,41€ (quadro n.º 55), que representa um acréscimo de 454,5% face a igual período de 2016.

Quadro n.º 55
Resultados Extraordinários (2013-2017)

RESULTADOS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
						VALOR	%
Resultados Extraordinários	-151 446,76 €	513 613,62 €	525 925,29 €	335 076,58 €	1 857 980,41 €	1 522 903,83 €	454,5%

RESULTADO LÍQUIDO

Assim, na sequência do que atrás foi exposto, no final do ano de 2017, o resultado líquido do exercício apurado foi 936.168,89€, valor 1.715.799,03 superior ao verificado em 2016.

Quadro n.º 56
Resultados Líquido do Exercício (2013-2017)

ESTRUTURA DE RESULTADOS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	
						VALOR	%
Resultados Operacionais (A)	- 1 029 654,45 €	- 176 031,70 €	- 141 354,65 €	- 1 071 588,03 €	- 1 021 861,03 €	49 727,00 €	-4,64%
Resultados Financeiros (B)	- 562 027,62 €	- 7 847,03 €	9 296,75 €	- 43 118,69 €	100 049,51 €	143 168,20 €	-332,03%
Resultados Correntes (C) = (A) + (B)	- 1 591 682,07 €	- 183 878,73 €	- 132 057,90 €	- 1 114 706,72 €	- 921 811,52 €	192 895,20 €	-17,30%
Resultados Extraordinários (D)	- 151 446,76 €	513 613,62 €	525 925,29 €	335 076,58 €	1 857 980,41 €	1 522 903,83 €	454,49%
Resultado Líquido do Exercício = (C) + (D)	- 1 743 128,83 €	329 734,89 €	393 867,39 €	- 779 630,14 €	936 168,89 €	1 715 799,03 €	

3.1.5. Limite da Dívida Total

Em termos de endividamento, o artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, define que a dívida total do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A dívida total de operações do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

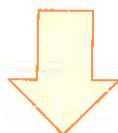
Quadro n.º 57
Limite da Dívida Total

	2014	2015	2016	2017	MÉDIA 2014-2016	MÉDIA 2015-2017
Receita Corrente Líquida Cobrada	8 741 165,99 €	9 121 543,59 €	9 155 769,76 €	9 269 235,99 €	9 006 159,78 €	9 182 183,11 €

LIMITE DE ENDIVIDAMENTO PARA 2017	13 509 239,67 €
LIMITE DE ENDIVIDAMENTO PARA 2018	13 773 274,67 €

Fonte: SIIAL

MARGEM ABSOLUTA (FINAL 2017) = 8.968.308€



O Município tem, aproximadamente, 9 Milhões de Euros de margem absoluta de endividamento. Isto significa que o Município está bastante longe do limiar máximo de dívida definido na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais).

3.2. Análise Orçamental

Esta fase do Relatório de Gestão pretende expressar, de forma sucinta, a evolução da situação orçamental numa ótica de caixa.

De referir que o controlo orçamental é um instrumento de gestão que deve ser complementado com outros indicadores, nomeadamente os Patrimoniais, visto que apenas relaciona os valores recebidos com os pagos.

A informação proveniente da informação contabilística e, em especial, do subsistema de contabilidade orçamental, não engloba a dimensão não financeira.

Durante a Gerência de 2017, foram efetuadas as seguintes modificações aos Documentos Previsionais – Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano:

- a) 1 Revisão ao Orçamento para incorporação do saldo de gerência do ano anterior;
- b) 28 Alterações Orçamentais, 27 das quais com repercussões nas Grandes Opções do Plano;

A comparação entre orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, permite concluir que a alteração ao orçamento da receita consubstanciou-se na inclusão do saldo de gerência que transitou do ano anterior (73.795,56€) para reforço de dotações de despesa corrente e de capital.

Quadro n.º 58
Orçamento Inicial

RECEITAS CORRENTES	Valor (€)	DESPESAS CORRENTES	Valor (€)
Impostos Diretos	2 880 000,00 €	Despesas com Pessoal	3 720 676,00 €
Impostos Indiretos	350 500,00 €	Aquisição de Bens e Serviços	5 680 475,11 €
Taxas, multas e outras Penalidades	728 200,00 €	Juros e outros encargos	90 000,00 €
Rendimentos de Propriedade	26 200,00 €	Transferências Correntes	563 099,17 €
Transferências Correntes	5 070 593,08 €	Outras Despesas Correntes	28 160,00 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	2 160 000,00 €		
Outras Receitas Correntes	75 000,00 €		
TOTAL RECEITAS CORRENTES	11 290 493,08 €	TOTAL DESPESAS CORRENTES	10 082 410,28 €

RECEITAS CAPITAL	Valor (€)	DESPESAS CAPITAL	Valor (€)
Venda de Bens de Investimento	338 842,00 €	Aquisição de Bens de Capital	2 863 111,18 €
Transferências de Capital	1 894 447,82 €	Transferências de Capital	337 311,00 €
Passivos Financeiros	- €	Activos Financeiros	70 946,00 €
		Passivos Financeiros	200 000,00 €
		Outras Despesas Capital	45 000,00 €
TOTAL RECEITAS CAPITAL	2 233 289,82 €	TOTAL DESPESAS CAPITAL	3 516 368,18 €

TOTAL RECEITAS	13 523 782,90 €	TOTAL DESPESAS	13 598 778,46 €
-----------------------	------------------------	-----------------------	------------------------

Quadro n.º 59
Orçamento Final

RECEITAS CORRENTES	Valor (€)
Impostos Diretos	2 880 000,00 €
Impostos Indiretos	350 500,00 €
Taxas, multas e outras Penalidades	728 200,00 €
Rendimentos de Propriedade	26 200,00 €
Transferências Correntes	5 070 593,08 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	2 160 000,00 €
Outras Receitas Correntes	75 000,00 €
TOTAL RECEITAS CORRENTES	11 290 493,08 €

DESPESAS CORRENTES	Valor (€)
Despesas com Pessoal	3 720 676,00 €
Aquisição de Bens e Serviços	5 680 475,11 €
Juros e outros encargos	90 000,00 €
Transferências Correntes	563 099,17 €
Outras Despesas Correntes	28 160,00 €
TOTAL DESPESAS CORRENTES	10 082 410,28 €

RECEITAS CAPITAL	Valor (€)
Venda de Bens de Investimento	338 842,00 €
Transferências de Capital	1 894 447,82 €
Passivos Financeiros	- €
TOTAL RECEITAS CAPITAL	2 233 289,82 €

DESPESAS CAPITAL	Valor (€)
Aquisição de Bens de Capital	2 863 111,18 €
Transferências de Capital	337 311,00 €
Activos Financeiros	70 946,00 €
Passivos Financeiros	200 000,00 €
Outras Despesas Capital	45 000,00 €
TOTAL DESPESAS CAPITAL	3 516 368,18 €

OUTRAS RECEITAS	Valor (€)
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 200,00 €
Saldo Gerência Anterior	73 795,56 €
TOTAL OUTRAS RECEITAS	74 995,56 €

TOTAL RECEITAS **13 598 778,46 €**

TOTAL DESPESAS **13 598 778,46 €**

[Handwritten signature]
mp.

3.2.1. Evolução do Orçamento

Os montantes que se apresentam no quadro n.º 60 evidenciam a evolução do valor dos orçamentos municipais nos últimos 6 anos.

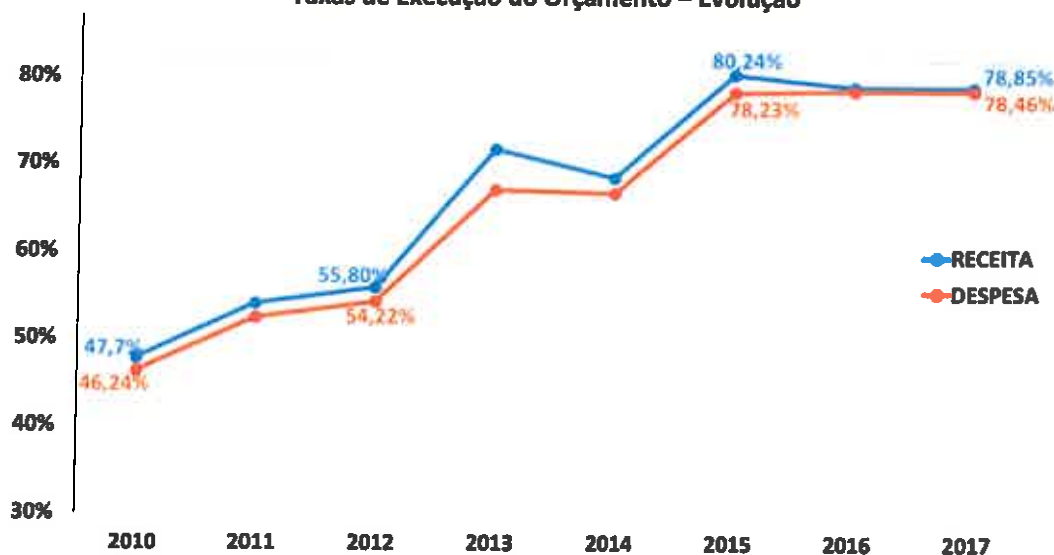
Quadro n.º 60
Evolução do Orçamento (2012-2016)

ANO	RECEITA			DESPESA		
	Orçamento Final	Execução	%Exec	Orçamento Final	Execução	%Exec
2012	19 555 722,74 €	10 912 308,02 €	55,80%	19 555 722,74 €	10 603 043,07 €	54,22%
2013	14 627 318,42 €	10 482 375,91 €	71,66%	14 627 318,42 €	9 799 885,48 €	67,00%
2014	15 154 953,76 €	10 369 639,94 €	68,42%	15 154 953,76 €	10 105 386,22 €	66,68%
2015	13 245 982,49 €	10 628 762,25 €	80,24%	13 245 982,49 €	10 362 531,22 €	78,23%
2016	13 087 587,41 €	10 320 131,22 €	78,85%	13 087 587,41 €	10 268 631,79 €	78,46%
2017	13 598 778,46 €	10 322 373,48 €	75,91%	13 598 778,46 €	10 310 475,35 €	75,82%

No final do exercício económico de 2017 foi possível atingir uma taxa execução da receita cobrada líquida de 75,91% e uma taxa de execução da despesa de 75,82%.

Pela análise do quadro n.º60 verificamos que os valores alcançados em 2017 são ligeiramente inferiores aos verificados em 2016, no entanto, são bastante superiores aos que se verificavam em 2012.

Gráfico n.º10
Taxas de Execução do Orçamento – Evolução



[Assinatura manuscrita]

No ano de 2017 a receita cobrada líquida (incluindo saldo de gerência) foi de 10.322.373,48€ e a despesa paga atingiu o valor de 10.310.385,29€.

Quadro n.º 61
Estrutura do Orçamento Final

Designação	RECEITA			DESPESA		
	Orçamento Final	Execução	%Exec	Orçamento Final	Execução	%Exec
Corrente	11 290 493,08 €	9 269 235,99 €	82,10%	10 082 410,28 €	8 391 217,21 €	83,23%
Capital	2 233 289,82 €	978 051,80 €	43,79%	3 516 368,18 €	1 919 168,08 €	54,58%
Outras	74 995,55 €	75 085,69 €	100,12%			
TOTAL	13 598 778,46 €	10 322 373,48 €	75,91%	13 598 778,46 €	10 310 385,29 €	75,82%

Pela análise do quadro n.º 61 podemos constatar que, em termos desagregados, foi a receita de capital que registou uma taxa de execução mais baixa (43,79%), a que não será alheio o facto de o Município ter um conjunto projetos de investimento com comparticipações comunitárias que, por razões alheias à sua vontade, tem tido uma ritmo de execução inferior ao inicialmente previsto.

A este respeito convém referir que tendo por base candidaturas já aprovadas / contratualizadas, no orçamento de 2017, o Município de Mira tinha previsto receber 1.506.995,82€ a título de "Estado-Participações comunitárias project.co-financiados", no entanto, apenas entraram nos cofres municipais 388.198,73€, ou seja, só se conseguiu atingir uma taxa de execução de 25,76%.

Assim, facilmente se concluiu que bastaria que a taxa de execução da receita proveniente das comparticipações comunitárias em projectos co-financiados tivesse sido cerca de 50% para que a taxa de execução global da receita tivesse atingido valores idênticos aos verificados em 2016.

3.2.2. Evolução, estrutura e execução da Receita Total

A receita cobrada líquida pelo Município em 2017 ascendeu a 10.322.373,48€, tendo sido possível atingir uma percentagem de 75,91% de execução face ao previsto em sede de orçamento.

Como se poderá constatar pela análise do quadro n.º 62, em termos desagregados, a execução da receita corrente cifrou-se em 82,10%, enquanto a receita de capital apenas atingiu um grau de execução de 43,79%.

Quadro n.º 62
Execução do Orçamento da Receita

RECEITA	Prevista (€)	Executada (€)	% Exec	Desvio (%)
Receita Corrente	11 290 493,08 €	9 269 235,99 €	82,10%	17,90%
Receita Capital	2 233 289,82 €	978 051,80 €	43,79%	56,21%
Outras Receitas	74 995,56 €	75 085,69 €	100,12%	-0,12%
TOTAL RECEITA	13 598 778,46 €	10 322 373,48 €	75,91%	24,09%

O gráfico n.º 11 traduz a estrutura da receita apurada no final de 2017 e, como tal, permite-nos constatar que as Receitas Correntes constituem a principal fonte de financiamento do Município (89,8% das receitas totais).



Pela análise do quadro n.º 63 podemos constatar que, no exercício económico de 2017, a poupança corrente, isto é, a diferença apurada entre a Receita Corrente e a Despesa Corrente, foi de 878.018,78€ o que representa um crescimento de 320% face ao valor apurado no final de 2016.

Este desempenho significa que, durante o exercício económico de 2017, o Município conseguiu aumentar o seu índice de poupança corrente o que lhe permitiu libertar meios para aplicar ao nível da despesa de capital (investimento).

Quadro n.º 63
Poupança Corrente – Evolução (2013-2017)

Unidade: Euros							
POUPANÇA CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	%Var.
Receita Corrente (1)	8 594 364,05 €	8 741 165,99 €	9 121 543,59 €	9 155 769,76 €	9 269 235,99 €	113 466,23 €	1,2%
Despesa Corrente (2)	7 919 622,36 €	7 800 425,09 €	7 880 225,28 €	8 947 176,41 €	8 391 217,21 €	- 555 959,20 €	-6,2%
POUPANÇA CORRENTE= (1)-(2)	674 741,69 €	940 740,90 €	1 241 318,31 €	208 593,35 €	878 018,78 €	669 425,43 €	320,9%



3.2.3. Evolução, estrutura e execução da Receita Corrente

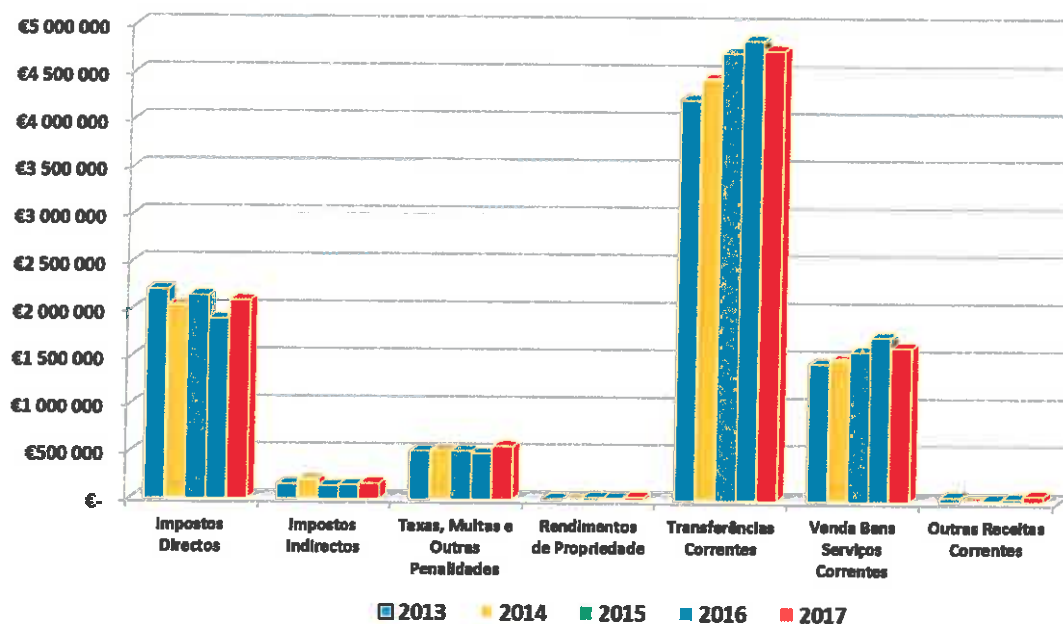
Da análise do quadro n.º 64 verifica-se que, globalmente, o nível de realização de receita corrente aumentou relativamente ao ano anterior (+113.466,23€), em parte justificada pelo aumento dos *Impostos Directos* (+194.728,46€) e das *Taxas, Multas e Outras Penalidades* (+77.361,32€).

Quadro n.º 64
Receitas Corrente – Evolução (2013-2017)

Unidade: Euros

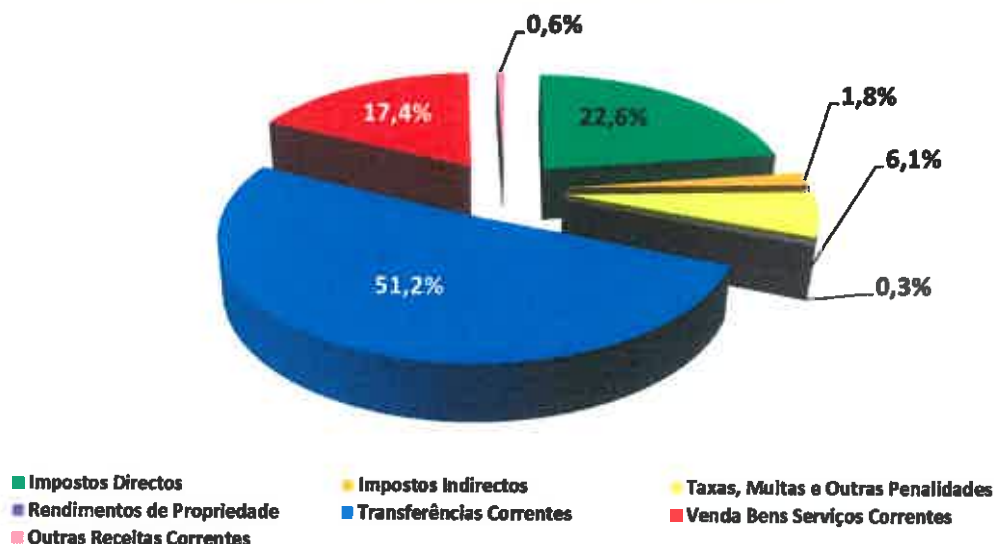
RECEITAS CORRENTES	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2016-2017	%Var.
Impostos Directos	2 203 245,99 €	2 044 023,76 €	2 142 268,32 €	1 897 319,16 €	2 092 047,62 €	194 728,46 €	10,26%
Impostos Indirectos	157 636,48 €	211 054,91 €	140 446,13 €	148 182,66 €	166 231,46 €	18 048,80 €	12,18%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	510 721,21 €	523 617,43 €	511 873,91 €	484 803,71 €	562 165,03 €	77 361,32 €	15,96%
Rendimentos de Propriedade	11 966,68 €	11 128,00 €	26 949,05 €	21 681,70 €	31 069,04 €	9 387,34 €	43,30%
Transferências Correntes	4 219 649,07 €	4 445 986,82 €	4 712 440,41 €	4 844 207,78 €	4 741 942,81 €	-102 264,97 €	-2,11%
Venda Bens Serviços Correntes	1 445 020,67 €	1 495 111,97 €	1 572 103,82 €	1 727 890,96 €	1 616 101,61 €	-111 789,35 €	-6,47%
Outras Receitas Correntes	46 123,95 €	10 243,10 €	15 461,95 €	31 683,79 €	59 678,42 €	27 994,63 €	88,36%
TOTAL	8 594 364,05 €	8 741 165,99 €	9 121 543,59 €	9 155 769,76 €	9 269 235,99 €	113 466,23 €	1,24%

Gráfico n.º12
Estrutura da Receita Corrente – Evolução



Podemos ainda assinalar que as componentes mais significativas da estrutura das receitas correntes são as Transferências Correntes, que representam 51,2%, os Impostos Directos que respondem por 22,6% e a Venda de Bens e Serviços que corresponde a 17,4% do total das receitas correntes arrecadadas.

Gráfico n.º13
Estrutura das Receitas Correntes – Peso Relativo



IMPOSTOS DIRETOS

Relativamente aos impostos directos de referir o aumento verificado na cobrança de Imposto Municipal sobre Transações de Imóveis (+44,23%) e de Imposto Municipal sobre Imóveis (+6,85%).

No que concerne à receita de IMT convém no entanto referir que o valor apurado apesar de ter subido é ainda inferior ao que tinha sido apurado em 2015 e 2013.

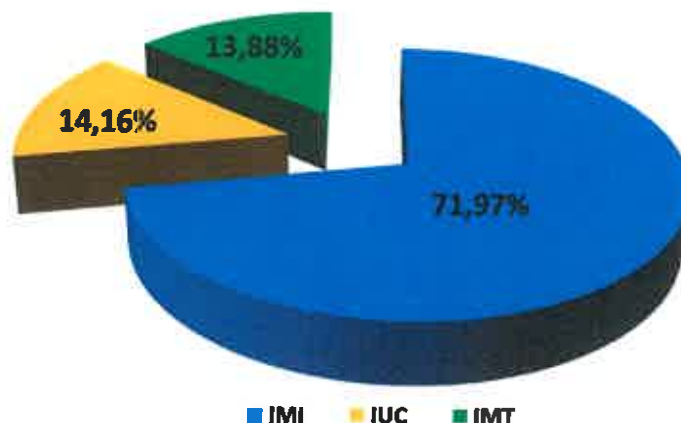
Quadro n.º 65
Impostos Directos – Evolução (2013-2017)

IMPOSTOS DIRECTOS	Unidade: Euros											
	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	Variação 2016-2017	%Var.
IMI	1 592 377,38 €	72,27%	1 518 695,28 €	74,30%	1 541 400,53 €	71,95%	1 409 028,35 €	74,26%	1 505 603,88 €	71,97%	96 576 €	6,85%
IUC	303 296,96 €	13,77%	284 276,09 €	13,91%	282 096,30 €	13,17%	287 020,31 €	15,13%	296 157,53 €	14,16%	9 137 €	3,18%
IMT	307 571,65 €	13,96%	241 052,39 €	11,79%	318 771,49 €	14,88%	201 270,50 €	10,61%	290 286,21 €	13,88%	89 016 €	44,23%
TOTAL	2 203 245,99 €	100%	2 044 023,76 €	100%	2 142 268,32 €	100%	1 897 319,16 €	100%	2 092 048 €	100%	194 728 €	10,26%

Tal como poderá ser verificado pela análise do gráfico n.º 14, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) continua a ter um peso relativo bastante expressivo no total de Impostos Directos cobrados pelo Município (71,97%).

[Assinatura manuscrita]

Gráfico n.º14
Estrutura dos Impostos Diretos – Peso Relativo



No global, os impostos diretos registaram um crescimento de 10,26% (194.728,46€) comparativamente com igual período de 2016.

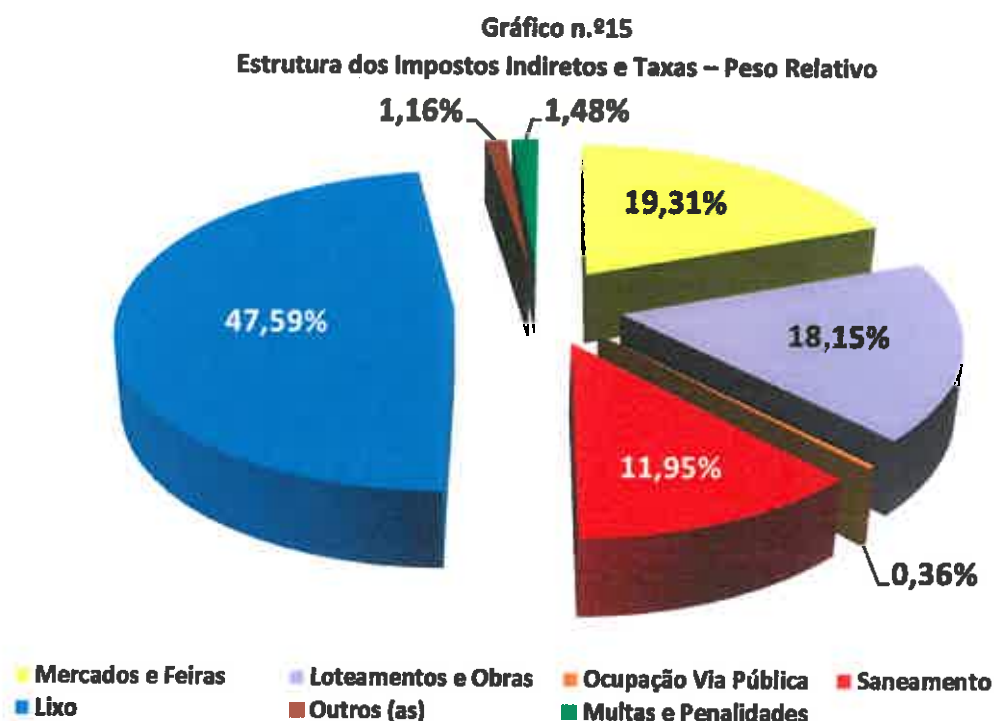
IMPOSTOS INDIRECTOS E TAXAS

Pela análise do quadro constata-se que os Impostos Indiretos e Taxas sofreram uma quebra de 11,19% (-70.821,34€) face a igual período de 2016. A diminuição resultou em grande parte da menor receita arrecadada na rubrica "Saneamento" (-44,21%) que, em termos absolutos, se cifrou em menos 49 mil euros e na rubrica "Lixo" (-13,77%) que se traduziu numa quebra de receita de, aproximadamente, 42 mil euros.

Quadro n.º 66
Impostos Indiretos e Taxas – Evolução (2013-2017)

IMPOSTOS INDIRECTOS E TAXAS	Unidade: Euros											
	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	Variação 2016-2017	%Var.
Mercados e Feiras	75 593,41 €	11,28%	89 420,46 €	12,17%	94 688,14 €	14,52%	79 281,09 €	12,52%	108 575,25 €	19,31%	29 294,16 €	36,95%
Loteamentos e Obras	128 098,04 €	19,11%	177 840,48 €	24,21%	76 266,54 €	11,69%	74 014,38 €	11,69%	102 008,95 €	18,15%	27 994,57 €	37,82%
Ocupação Via Pública	12 026,17 €	1,79%	11 975,35 €	1,63%	22 129,62 €	3,39%	19 862,76 €	3,14%	2 036,39 €	0,36%	- 17 826,37 €	-89,75%
Publicidade	6 213,94 €	0,93%	2 221,94 €	0,30%	5 051,73 €	0,77%	225,00 €	0,04%	- €	0,00%	- 225,00 €	-100%
Caça, Uso Porte Arma	159,86 €	0,02%	195,75 €	0,03%	117,94 €	0,02%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0%
Saneamento	98 752,21 €	14,73%	104 431,87 €	14,21%	104 549,40 €	16,03%	116 260,65 €	18,37%	67 186,17 €	11,95%	- 49 074,48 €	-42,21%
Lixo	307 977,51 €	45,94%	308 671,33 €	42,01%	267 063,97 €	40,94%	310 215,98 €	49,01%	267 511,79 €	47,59%	- 42 704,19 €	-13,77%
Outros (as)	25 024,44 €	3,73%	25 063,49 €	3,41%	66 764,03 €	10,23%	22 550,55 €	3,56%	6 535,80 €	1,16%	- 16 014,75 €	-71,02%
Multas e Penalidades	16 512,11 €	2,46%	14 851,67 €	2,02%	15 688,67 €	2,41%	10 575,96 €	1,67%	8 310,68 €	1,48%	- 2 265,28 €	-21,42%
TOTAL	670 957,68 €	100%	734 672,34 €	100%	652 320,04 €	100%	632 986,37 €	100%	562 165,03 €	100%	- 70 821,34 €	-11,19%

O gráfico seguinte permite verificar qual o peso relativo que cada componente desta rubrica tem no total arrecadado de Impostos Indiretos e Taxas.



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Como se poderá comprovar pela análise do Quadro n.º 67, as transferências correntes obtidas cifraram-se nos 4.741.942,81€, o que representa um ligeiro decréscimo face a 2016 (-2,11%).

Para este desempenho contribuiu decisivamente a diminuição verificada na rubrica “outras” (-227.966,80€). A rubrica “Outras Transferências” agrega as transferências provenientes do Programa de Educação Pré – Escolar, Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º CEB, Programa de Estágios Qualificação Emprego; Transportes Escolares; Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal e da Equipa de Sapadores Florestais; Transferência oriunda do Ministério de Educação para Pessoal Não Docente do 1º, 2º e 3º Ciclos no âmbito das novas competências para autarquias locais, entre outras.

Quadro n.º 67
Transferências Correntes – Evolução (2013-2017)

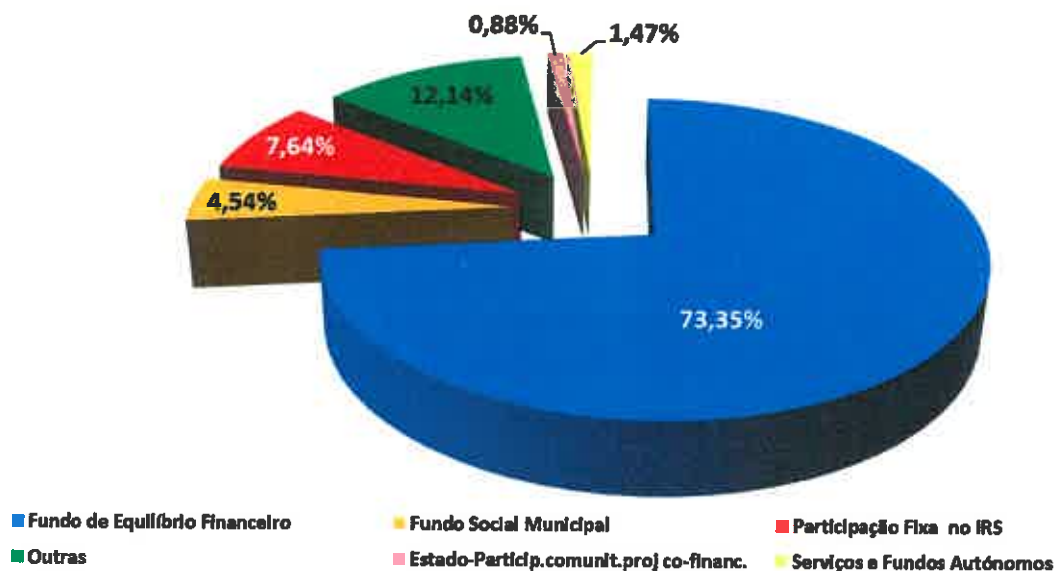
Transferências Correntes	2013		2014		2015		2016		2017		Unidade: Euros	
		%		%		%		%		%	Variação 2016-2017	%Var.
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 852 942,00 €	67,61%	3 196 148,00 €	71,89%	3 296 930,00 €	69,96%	3 350 095,00 €	69,16%	3 478 065,00 €	73,35%	127 970,00 €	3,82%
Fundo Social Municipal	184 009,00 €	4,36%	184 009,00 €	4,14%	215 106,00 €	4,56%	215 106,00 €	4,44%	215 106,00 €	4,54%	- €	0,00%
Participação Fixa no IRS	396 463,00 €	9,40%	297 179,00 €	6,68%	386 821,00 €	8,21%	380 092,00 €	7,85%	362 138,00 €	7,64%	- 17 954,00 €	-4,72%
Outras	786 235,07 €	18,63%	736 096,52 €	16,56%	730 072,93 €	15,49%	803 428,98 €	16,59%	575 462,18 €	12,14%	- 227 966,80 €	-28,37%
Estado-Particip.comunit.proj.co-financ.	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	41 530,34 €	0,88%	41 530,34 €	#DIV/0!
Serviços e Fundos Autónomos	- €	0,00%	32 554,30 €	0,73%	83 510,48 €	1,77%	95 485,80 €	1,97%	69 641,29 €	1,47%	- 25 844,51 €	-27,07%
TOTAL	4 219 649,07 €	100%	4 445 886,82 €	100%	4 712 440,41 €	100%	4 844 207,78 €	100%	4 741 942,81 €	100%	- 102 264,97 €	-2,11%

Em sentido inverso regista-se um aumento das verbas recebidas na rubrica *Fundo de Equilíbrio Financeiro* (+127.970,00€) e *Estado – Particip.comunit.proj.co-financ* (+41.530,34€).

No gráfico seguinte podemos avaliar o peso relativo que cada uma das fontes de receita tem no total de Transferências Correntes cobradas pelo Município de Mira:

Gráfico n.º16

Transferências Correntes – Peso Relativo



A componente mais significativa provém do Fundo de Equilíbrio Financeiro - FEF, que representa 73,35% das Transferências Correntes e que corresponde às verbas que, em conformidade com o que é definido em sede de Orçamento do Estado, são transferidas mensalmente pela DGAL para financiamento da atividade corrente da autarquia.

[Handwritten signature and initials]

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Como se verifica pela análise do quadro n.º 68, no que concerne à *Venda de Bens e Serviços Correntes* assistiu-se a uma quebra da receita comparativamente com o apurado em 2016 (-6,47%).

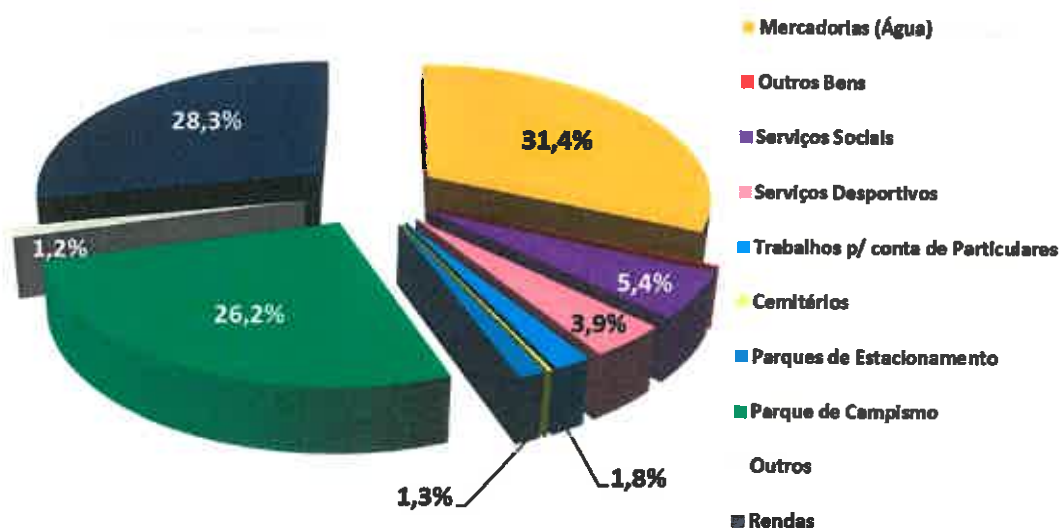
Para este decréscimo em muito contribuiu a diminuição registada na rubrica "*Rendas*" (-18,60%) e "*Mercadorias (Água)*".

Em sentido inverso será bastante importante salientar o crescimento da receita proveniente do Parque de Campismo (+8,05%), o que ainda se torna mais expressivo se verificarmos que, desde 2013, o crescimento acumulado já é superior a 60%. Este será por certo um indicador claro de que a estratégia adotada pelo Município de aposta no turismo está a surtir os seus efeitos.

Quadro n.º 68
Venda de Bens e Serviços Correntes – Evolução (2013-2017)

Venda de Bens e Serviços Correntes	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	Variação 2016-2017	%Var.
Mercadorias (Água)	525 868,93 €	36,4%	518 906,09 €	34,7%	531 668,59 €	33,8%	535 161,25 €	31,0%	508 227,32 €	31,4%	-26 933,93 €	-5,03%
Outros Bens	3 567,76 €	0,2%	3 900,08 €	0,3%	4 255,02 €	0,3%	2 079,89 €	0,1%	1 583,47 €	0,1%	-496,42 €	-23,87%
Serviços Sociais	98 502,73 €	6,8%	93 723,82 €	6,3%	74 023,22 €	4,7%	87 897,99 €	5,1%	87 840,28 €	5,4%	-57,71 €	-0,07%
Serviços Desportivos	48 868,36 €	3,4%	59 256,92 €	4,0%	63 219,21 €	4,0%	64 488,73 €	3,7%	63 467,58 €	3,9%	-1 021,15 €	-1,58%
Trabalhos p/ conta de Particulares	12 413,78 €	0,9%	37 288,30 €	2,5%	71 394,10 €	4,5%	37 798,20 €	2,2%	29 523,01 €	1,8%	-8 275,19 €	-21,89%
Cemitérios	4 352,00 €	0,3%	4 091,96 €	0,3%	4 321,00 €	0,3%	4 572,00 €	0,3%	3 654,00 €	0,2%	-918,00 €	-20,08%
Parques de Estacionamento	24 450,02 €	1,7%	21 995,88 €	1,5%	20 298,95 €	1,3%	23 038,16 €	1,3%	21 100,82 €	1,3%	-1 937,34 €	-8,41%
Parque de Campismo	263 732,51 €	18,3%	294 408,29 €	19,7%	340 351,32 €	21,6%	392 107,83 €	22,7%	423 678,77 €	26,2%	31 570,94 €	8,05%
Outros	20 739,15 €	1,4%	17 558,25 €	1,2%	21 009,63 €	1,3%	19 160,94 €	1,1%	19 875,57 €	1,2%	714,63 €	3,73%
Rendas	442 525,43 €	30,6%	443 982,38 €	29,7%	441 562,78 €	28,1%	561 585,97 €	32,5%	457 150,79 €	28,3%	-104 435,18 €	-18,60%
TOTAL	1 445 020,67 €	100%	1 495 111,97 €	100%	1 572 103,82 €	100%	1 727 890,96 €	100%	1 616 101,61 €	100%	-111 789,35 €	-6,47%

Gráfico n.º17
Venda de Bens e Serviços Correntes – Peso Relativo



3.2.4. Evolução, estrutura e execução da Receita de Capital

De acordo com o quadro n.º 69, no final de 2017, as receitas de capital ascenderam a 978.051,80€, o que, comparativamente com igual período de 2016, significa um aumento de 105.264,98€ (+12,1%).

Quadro n.º 69
Receitas de Capital – Evolução (2012-2016)

Unidade: Euros							
RECEITAS CAPITAL	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	%Var.
Venda de Bens Investimento	150 378,20 €	296 627,93 €	268 107,28 €	58 877,55 €	203 401,07 €	144 523,52 €	245,5%
Transferências de capital	1 400 425,72 €	622 698,26 €	958 435,89 €	813 909,27 €	774 650,73 €	-39 258,54 €	-4,8%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
Outras Receltas Capital	85,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%
TOTAL	1 550 889,44 €	919 326,19 €	1 226 543,17 €	872 786,82 €	978 051,80 €	105 264,98 €	12,1%

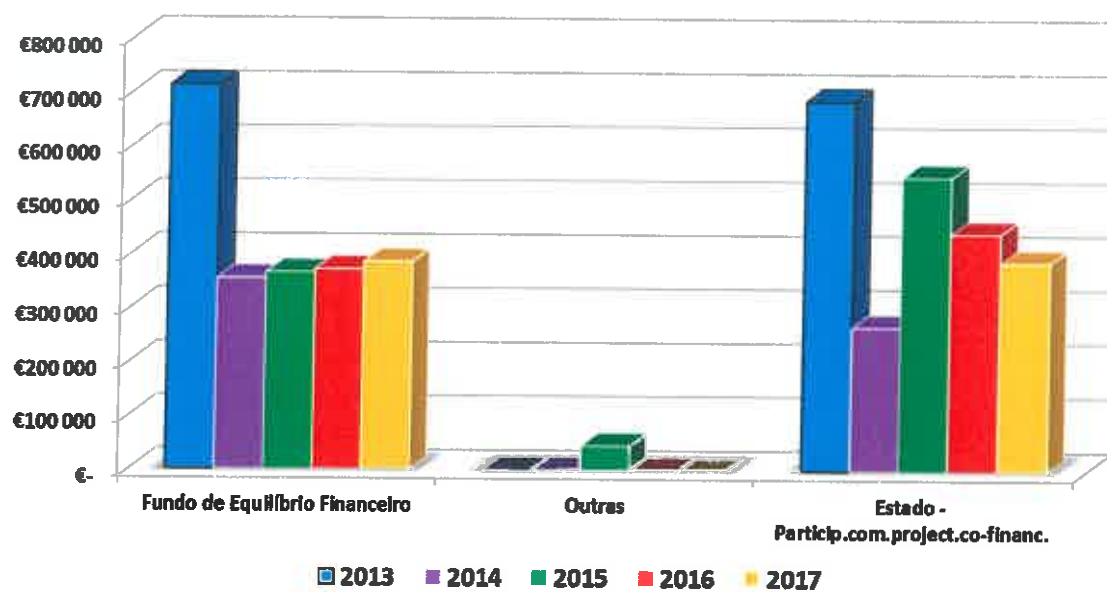
Em 2017, as transferências de capital representaram 79,2% do total das receitas de capital do Município de Mira, sendo que os restantes 20,8% dizem respeito à receita arrecadada com a Venda de Bens de Investimento.

O aumento verificado no total da receita de capital resulta, fundamentalmente, do crescimento da receita obtida com a venda de terrenos (+137.100€) da ligeira redução do valor recebido a título de transferências de capital (-39.258,54€), nomeadamente das transferências recebidas a título de participações em projetos co-financiados por fundos comunitários.

Quadro n.º 70
Transferências de Capital – Evolução (2013-2017)

Unidade: Euros							
Transferências de Capital	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	%Var.
Fundo de Equilíbrio Financeiro	713 236,00 €	355 127,00 €	366 326,00 €	372 233,00 €	386 452 €	14 219,00 €	3,8%
Outras	0,00 €	0,00 €	45 693,42 €	0,00 €	0 €	0,00 €	0,0%
Estado - Particip.com.project.co-financ.	687 189,72 €	267 571,28 €	546 416,47 €	441 676,27 €	388 199 €	-53 477,54 €	-12,1%
TOTAL	1 400 425,72 €	622 698,28 €	958 435,89 €	813 909,27 €	774 650,73 €	-39 258,54 €	-4,8%

Gráfico n.º18
Estrutura das Transferências de Capital – Evolução 2013-2017



No que respeita a passivos financeiros, o município a 31 de dezembro, não tinha qualquer linha de crédito ativa.

[Handwritten signatures and marks]

3.2.5. Evolução da Despesa Total

No exercício de 2017 a despesa total paga ascendeu a 10.310.475,35€, o que se traduziu numa taxa de execução de 75,82%.

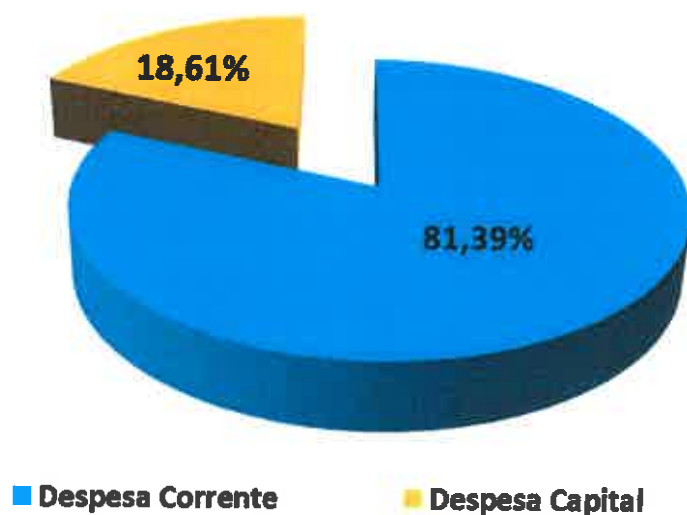
Quadro n.º 71
Execução da Despesa Total

Unidade: Euros

DESPESA	Prevista (€)	Executada (€)	Realização (%)	Desvio (%)
Despesa Corrente	10 082 410,28 €	8 391 307,21 €	83,23%	16,77%
Despesa Capital	3 516 368,18 €	1 919 168,14 €	54,58%	45,42%
TOTAL DESPESA	13 598 778,46 €	10 310 475,35 €	75,82%	24,18%

Através da análise do gráfico n.º 19 podemos constatar que, no exercício económico de 2017, a Despesa Corrente representou 81,39% do total da despesa paga pelo Município. De destacar que, comparativamente com 2016, a Despesa de Capital aumentou o seu peso relativo na estrutura de despesa do Município, passando de 12,87% para 18,61%.

Gráfico n.º 19
Estrutura da Despesa Total



3.2.6. Evolução da Despesa Corrente

Tendo por base dos dados constantes do quadro n.º 72, podemos concluir que, em 2017, a despesa corrente foi de 8.391.217,21€, o que significa uma diminuição de 6,2% face a igual período de 2016.

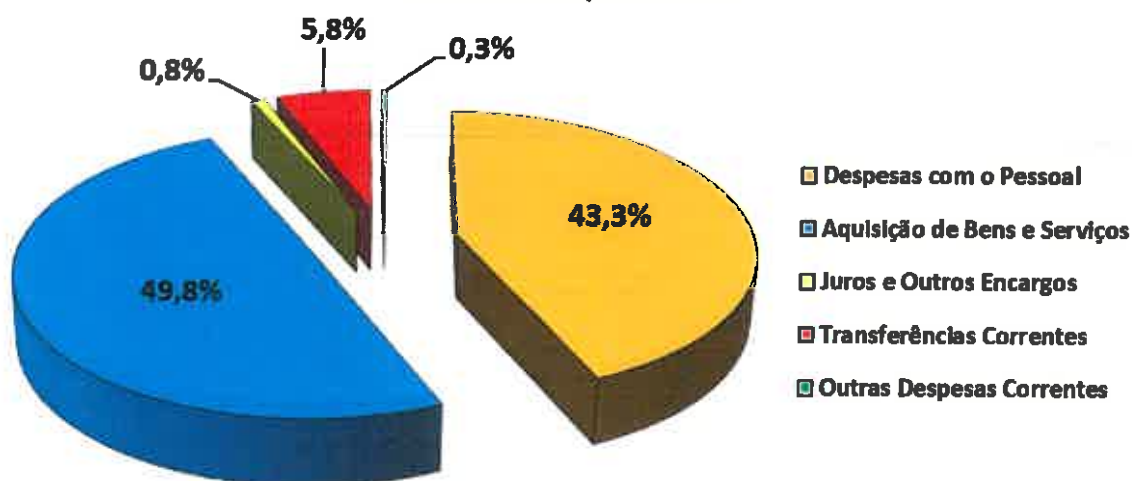
Quadro n.º 72
Estrutura da Despesa Corrente – Evolução (2013-2017)

Unidade: Euros

DESPESAS CORRENTES	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2016-2017	%Var.
Despesas com o Pessoal	3 538 967,82 €	3 609 526,91 €	3 590 468,24 €	3 810 851,93 €	3 635 435,71 €	- 175 416,22 €	-4,6%
Aquisição de Bens e Serviços	3 877 295,18 €	3 771 562,97 €	3 731 229,95 €	4 506 512,94 €	4 178 143,65 €	- 328 369,29 €	-7,3%
Juros e Outros Encargos	54 025,05 €	15 728,81 €	14 203,81 €	47 895,73 €	68 009,84 €	20 114,11 €	42,0%
Transferências Correntes	375 188,23 €	329 609,63 €	492 357,21 €	552 455,19 €	483 542,16 €	- 68 913,03 €	-12,5%
Outras Despesas Correntes	74 146,08 €	73 996,77 €	51 966,07 €	29 460,62 €	26 085,85 €	- 3 374,77 €	-11,5%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	7 919 622,36 €	7 800 425,09 €	7 880 225,28 €	8 947 176,41 €	8 391 217,21 €	- 555 959,20 €	-6,2%

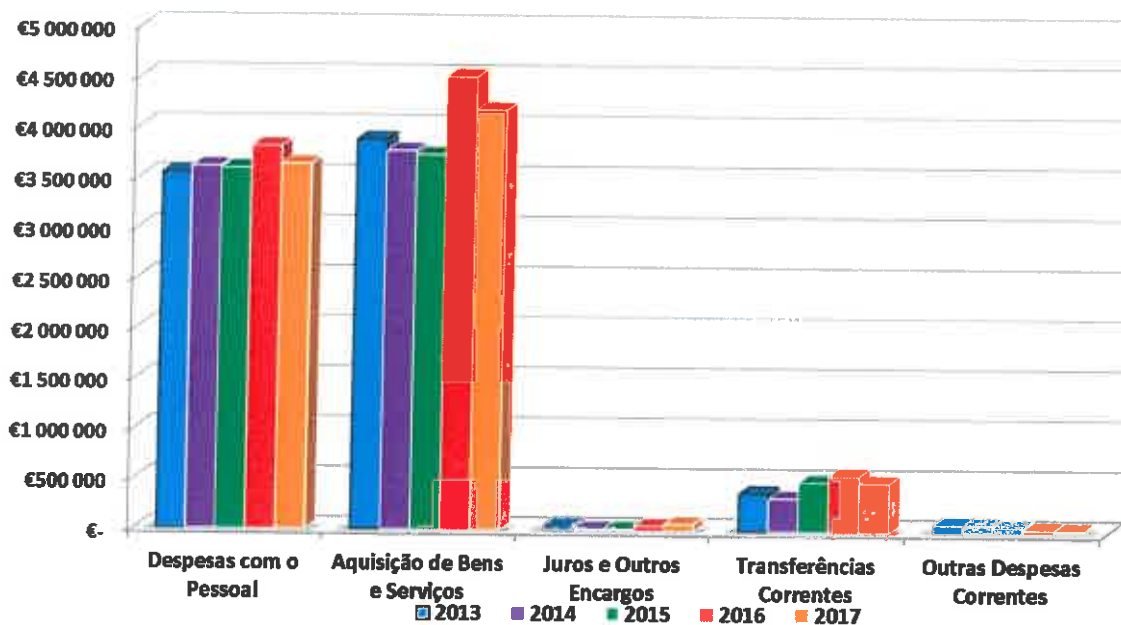
As principais componentes da despesa corrente são a aquisição de bens e serviços e a despesa com pessoal que, no seu conjunto, representam 93,12% do total da despesa corrente.

Gráfico n.º 20
Estrutura da Despesa Corrente



[Handwritten signature]

Gráfico n.º21
Estrutura da Despesa Corrente – Evolução (2013-2017)



As Despesas com Pessoal foram objeto de acompanhamento mensal por parte da Direcção-Geral das Autarquias Locais, no âmbito dos deveres de informação previstos no artigo 78º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro que Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Assim, nos termos da legislação em vigor, constituem despesas com pessoal as despesas tipificadas na rubrica “01-Despesas com Pessoal” (*peçoal CTFPTI, peçoal a termo resolutivo certo, peçoal em qualquer outra situação, titulares órgãos autárquicos, peçoal em regime de tarefa e avença...*), mas inclui também a aquisição de serviços com pessoas singulares relevadas na classificação “02 – Aquisição de bens e serviços.

Neste sentido apresentamos um quadro resumo com os dados comparativos relativamente ao ano anterior, donde ressalta o decréscimo de despesas com pessoal (-4,07%):

Quadro n.º 73
Despesas com o Pessoal – Evolução (2016-2017)

DESPESAS COM PESSOAL	2016	2017	Comparação
	Final período ano anterior	Final período ano corrente	
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)
Despesas com peçoal (total do agrupamento 01)	3 810 851,93 €	3 635 435,71 €	- 175 416,22 €
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)	57 400,30 €	75 501,60 €	18 101,30 €
TOTAL	3 868 252,23 €	3 710 937,31 €	- 157 314,92 €

Fonte: SIJAL

[Assinaturas manuais]

3.2.7. Evolução da Despesa de Capital

A despesa de capital paga no valor de 1.321.455€ compreende essencialmente as despesas com a aquisição de bens de capital (849.505€) e os passivos financeiros (198.740) que, em conjunto, representam cerca de 80% do total das despesas de capital do Município de Mira.

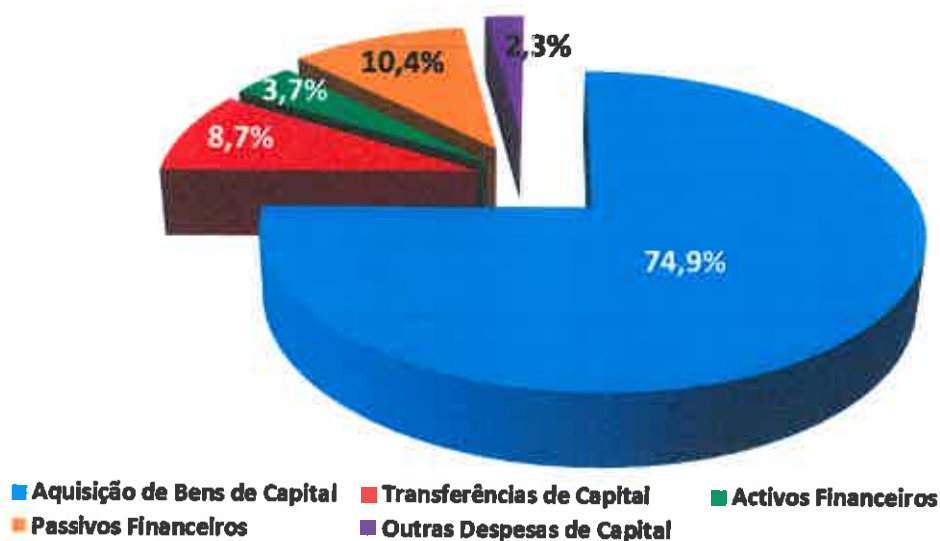
Quadro n.º 74
Despesas de Capital – Evolução (2013-2017)

Unidade: Euros

DESPESAS CAPITAL	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	%Var.
Aquisição de Bens de Capital	1 211 476,07 €	1 217 166,34 €	2 152 555,41 €	849 504,51 €	1 437 362,15 €	587 857,64 €	69,2%
Transferências de Capital	157 799,65 €	533 632,95 €	61 048,07 €	98 462,41 €	167 077,49 €	68 615,08 €	69,7%
Activos Financeiros	0,00 €	0,00 €	70 946,00 €	70 946,00 €	70 946,00 €	0,00 €	0,0%
Passivos Financeiros	510 987,40 €	554 161,84 €	197 756,46 €	198 740,24 €	199 256,84 €	516,60 €	0,3%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103 802,22 €	44 525,60 €	-59 276,62 €	-57,1%
TOTAL DESPESAS CAPITAL	1 880 263,12 €	2 304 961,13 €	2 482 305,94 €	1 321 455,38 €	1 919 168,08 €	597 712,70 €	45,2%

A análise do gráfico n.º 22 permite concluir que, nas despesas de capital, a *Aquisição de Bens de Capital*, foi a rubrica que aumentou mais em termos de valor, ou seja, de 2016 para 2017 o Município aumentou significativamente o investimento efetuado no Concelho (69,2%).

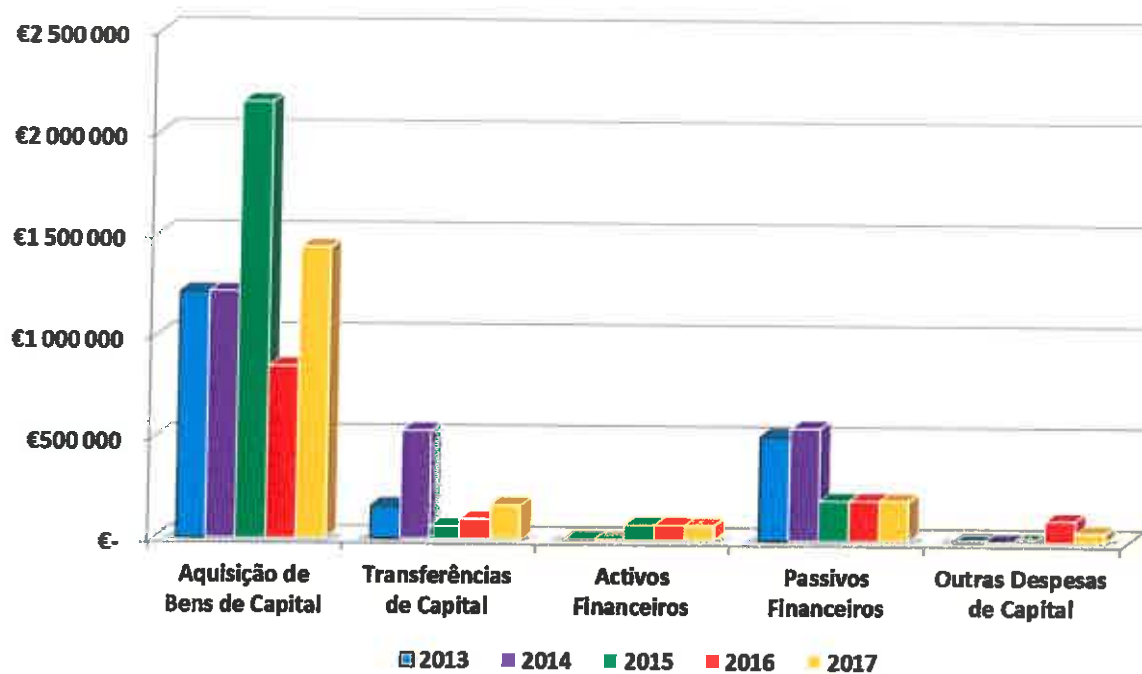
Gráfico n.º 22
Estrutura da Despesa de Capital



Handwritten signature and initials in blue ink.

O valor de Passivos Financeiros (199.256,84€), corresponde ao valor da amortização dos empréstimos, realizada durante o exercício de 2017.

Gráfico n.º 23
Estrutura da Despesa de Capital – Evolução (2013-2017)



[Assinatura manuscrita]

3.2.8. Indicadores de Natureza Orçamental

De acordo com os dados apresentados no quadro n.º 75, a poupança corrente alcançada em 2017 foi de 878.018,78€, o que representa um crescimento de 320,9% face a 2016. Este registo significa que o Município conseguiu aumentar a poupança corrente libertando dessa forma mais recursos para alocação à componente de capital (investimento) do orçamento camarário.

Quadro n.º 75
Poupança Corrente – Evolução (2013-2017)

Unidade: Euros

POUPANÇA CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	%Var.
Receita Corrente (1)	8 594 364,05 €	8 741 165,99 €	9 121 543,59 €	9 155 769,76 €	9 269 235,99 €	113 466,23 €	1,2%
Despesa Corrente (2)	7 919 622,36 €	7 800 425,09 €	7 880 225,28 €	8 947 176,41 €	8 391 217,21 €	- 555 959,20 €	-6,2%
POUPANÇA CORRENTE= (1)-(2)	674 741,69 €	940 740,90 €	1 241 318,31 €	208 593,35 €	878 018,78 €	669 425,43 €	320,9%

Quadro n.º 76
Peso das Despesas com Pessoal na Receita Corrente (2013-2017)

Unidade: Euros

PESO DAS DESPESAS COM PESSOAL NA RECEITA CORRENTE (%)	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017
Despesas com Pessoal	3 538 967,82 €	3 609 526,91 €	3 590 468,24 €	3 810 851,93 €	3 635 435,71 €	- 175 416,22 €
Receitas Correntes	8 594 364,05 €	8 741 165,99 €	9 121 543,59 €	9 155 769,76 €	9 269 235,99 €	113 466,23 €
TOTAL	41,18%	41,29%	39,36%	41,62%	39,22%	-2,40%

Quadro n.º 77
Receitas Próprias (2013-2017)

Unidade: Euros

RECEITAS PRÓPRIAS	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	%Var.
Impostos Indirectos	157 636,48 €	211 054,91 €	140 446,13 €	148 182,66 €	166 231,46 €	18 048,80 €	12,2%
Taxas, Multas e outras Penalidades	510 721,21 €	523 617,43 €	511 873,91 €	511 873,91 €	562 165,03 €	50 291,12 €	9,8%
Rendimentos de Propriedade	11 966,68 €	11 128,00 €	26 949,05 €	21 681,70 €	31 069,04 €	9 387,34 €	43,3%
Venda de bens e Serviços Correntes	1 445 020,67 €	1 495 111,97 €	1 572 103,82 €	1 727 890,96 €	1 616 101,61 €	-111 789,35 €	-6,5%
Outras Receitas Correntes	46 123,95 €	10 243,10 €	15 461,95 €	31 683,79 €	59 678,42 €	27 994,63 €	88,4%
TOTAL RECEITAS PRÓPRIAS	2 171 468,99 €	2 251 155,41 €	2 266 834,86 €	2 441 313,02 €	2 435 245,56 €	- 6 067,46 €	-0,2%

Quadro n.º 78
Tx de Cobertura da Despesa Total por Receitas Próprias (2013-2017)

Unidade: Euros

TX DE COBERTURA DA DESPESA TOTAL POR RECEITAS CONTROLADAS PELA AUTARQUIA	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2016-2017	%Var.
Receitas Próprias	2 171 468,99 €	2 251 155,41 €	2 266 834,86 €	2 441 313,02 €	2 435 245,56 €	- 6 067,46 €	-0,2%
Despesa Total	9 799 885,48 €	10 105 386,22 €	10 362 531,22 €	10 268 631,79 €	10 310 385,29 €	41 753,50 €	0,4%
(%)	22,16%	22,28%	21,88%	23,77%	23,62%		

A taxa de cobertura da despesa total por receitas controladas pela Autarquia é de 23,62%, podendo-se verificar a estabilização do indicador ao longo dos anos em análise.

Quadro n.º 79
Receitas vs Despesas de Funcionamento (2013-2017)

Unidade: Euros

RECEITAS FUNCIONAMENTO	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2016-2017	%Var.
Impostos Indirectos	157 636,48 €	211 054,91 €	140 446,13 €	148 182,66 €	166 231,46 €	18 048,80 €	12,2%
Taxas, Multas e outras Penalidades	510 721,21 €	523 617,43 €	511 873,91 €	511 873,91 €	562 165,03 €	50 291,12 €	9,8%
Venda de bens e Serviços Correntes	1 445 020,67 €	1 495 111,97 €	1 572 103,82 €	1 727 890,96 €	1 616 101,61 €	-111 789,35 €	-6,5%
Outras Receitas Correntes	46 123,95 €	10 243,10 €	15 461,95 €	31 683,79 €	59 678,42 €	27 994,63 €	88,4%
TOTAL RECEITAS FUNCIONAMENTO	2 159 502,31 €	2 240 027,41 €	2 239 885,81 €	2 419 631,32 €	2 404 176,52 €	- 15 454,80 €	-0,6%

Unidade: Euros

DESPESAS FUNCIONAMENTO	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2016-2017	%Var.
Aquisição de Bens e Serviços	3 877 295,18 €	3 771 562,97 €	3 731 229,95 €	4 506 512,94 €	4 178 143,65 €	-328 369,29 €	-7,3%
Outras Despesas Correntes	74 146,08 €	73 996,77 €	51 966,07 €	29 460,62 €	26 085,85 €	- 3 374,77 €	-11,5%
TOTAL DESPESAS FUNCIONAMENTO	3 951 441,26 €	3 845 559,74 €	3 783 196,02 €	4 535 973,56 €	4 204 229,50 €	-331 744,06 €	-7,3%

Unidade: Euros

RECEITA FUNCIONAMENTO / DESPESA FUNCIONAMENTO	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2016-2017	%Var.
Receitas Funcionamento	2 159 502,31 €	2 240 027,41 €	2 239 885,81 €	2 419 631,32 €	2 404 176,52 €	- 15 454,80 €	-0,6%
Despesa Funcionamento	3 951 441,26 €	3 845 559,74 €	3 783 196,02 €	4 535 973,56 €	4 204 229,50 €	-331 744,06 €	-7,3%
(%)	54,65%	58,25%	59,21%	53,34%	57,18%		

Este rácio mede o grau de cobertura das despesas com a aquisição de bens e serviços inerentes ao funcionamento do Município pelas receitas provenientes desse mesmo funcionamento. A análise do quadro n.º 79 permite verificar que em 2017 houve uma melhoria deste indicador.

Quadro n.º 80
Receitas vs Despesas de Estrutura (2013-2017)

Unidade: Euros

RECEITAS ESTRUTURA	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	%Var.
Impostos Directos	2 203 245,99 €	2 044 023,76 €	2 142 268,32 €	1 897 319,16 €	2 092 047,62 €	194 728,46 €	10,3%
Transferências Correntes	4 219 649,07 €	4 445 986,82 €	4 712 440,41 €	4 844 207,78 €	4 741 942,81 €	-102 264,97 €	-2,1%
TOTAL RECEITAS ESTRUTURA	6 422 895,06 €	6 490 010,58 €	6 854 708,73 €	6 741 526,94 €	6 833 990,43 €		

Unidade: Euros

DESPEAS ESTRUTURA	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	%Var.
Despesas com Pessoal	3 538 967,82 €	3 609 526,91 €	3 590 468,24 €	3 810 851,93 €	3 635 435,71 €	-175 416,22 €	-4,6%
Juros e Outros Encargos	54 025,05 €	15 728,81 €	14 203,81 €	47 895,73 €	68 009,84 €	20 114,11 €	42,0%
Transferências Correntes	375 188,23 €	329 609,63 €	492 357,21 €	552 455,19 €	483 542,16 €	-68 913,03 €	-12,5%
Passivos Financeiros	510 987,40 €	554 161,84 €	197 756,46 €	198 740,24 €	199 256,84 €	516,60 €	0,3%
TOTAL DESPEAS ESTRUTURA	4 479 168,50 €	4 509 027,19 €	4 294 785,72 €	4 609 943,09 €	4 386 244,55 €		

Unidade: Euros

Grau de Cobertura das Despesas de Estrutura pelos Impostos Directos e Transferências	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2016-2017	%Var.
Receitas Estrutura	6 422 895,06 €	6 490 010,58 €	6 854 708,73 €	6 741 526,94 €	6 833 990,43 €	92 463,49 €	1,4%
Despesas Estrutura	4 479 168,50 €	4 509 027,19 €	4 294 785,72 €	4 609 943,09 €	4 386 244,55 €	-223 698,54 €	-4,9%
(%)	143,39%	143,93%	159,61%	146,24%	155,81%		

Este indicador mede o grau de cobertura das despesas fixas do Município pela receita proveniente dos Impostos Directos e das Transferências Correntes. A observação do quadro n.º 80 permite constatar que, em 2017, as receitas de estrutura representaram 155,81% das despesas de estrutura, o que significa uma melhoria do desempenho face ao ano de 2016.

4. EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

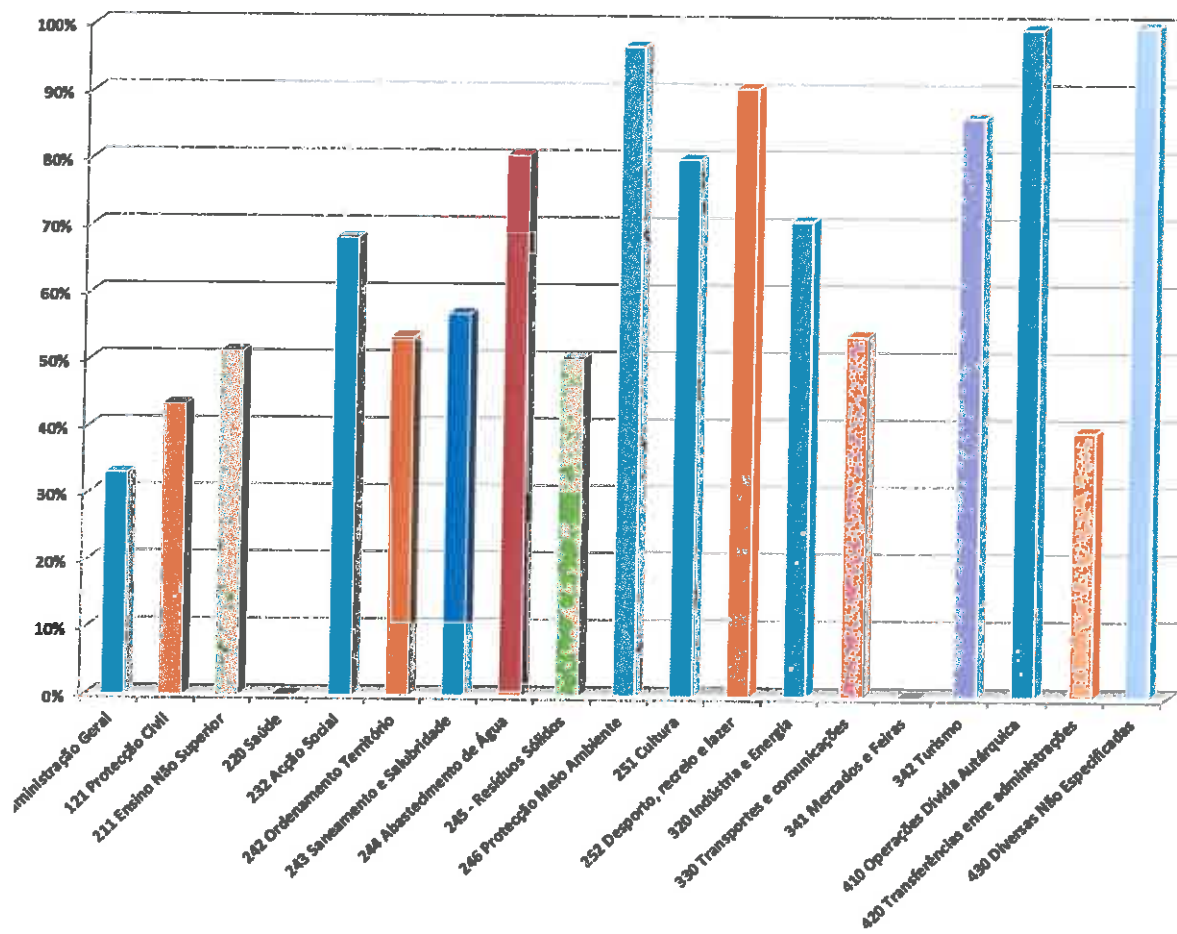
4.1. Execução das GOP

Pela análise do quadro n.º 81 verificamos que, no final do ano, registou-se uma taxa global de execução das GOP de 58,72%.

Quadro n.º 81
Execução Anual das Grandes Opções do Plano

EXECUÇÃO ANUAL GOP		ORÇADO	EXECUTADO	TX EXEC (%)	PESO RELATIVO (%)
1.Funções Gerais	111 Administração Geral	127 750,00 €	42 205,82 €	33,04%	1,19%
	121 Protecção Civil	258 203,73 €	111 975,07 €	43,37%	3,15%
2.Funções Sociais	211 Ensino Não Superior	503 620,00 €	258 338,44 €	51,30%	7,27%
	220 Saúde	1 740,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	232 Acção Social	107 115,00 €	73 078,95 €	68,22%	2,06%
	242 Ordenamento Território	1 552 329,04 €	830 395,64 €	53,49%	23,38%
	243 Saneamento e Salubridade	1 134 265,49 €	645 586,58 €	56,92%	18,17%
	244 Abastecimento de Água	94 321,00 €	76 044,23 €	80,62%	2,14%
	245 - Resíduos Sólidos	720 435,03 €	362 361,44 €	50,30%	10,20%
	246 Protecção Meio Ambiente	28 310,00 €	27 408,01 €	96,81%	0,77%
	251 Cultura	95 970,00 €	76 811,72 €	80,04%	2,16%
	252 Desporto, recreio e lazer	188 850,00 €	171 123,48 €	90,61%	4,82%
3.Funções Económicas	320 Indústria e Energia	688 500,00 €	488 098,69 €	70,89%	13,74%
	330 Transportes e comunicações	19 710,00 €	10 592,44 €	53,74%	0,30%
	341 Mercados e Feiras	80,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	342 Turismo	9 700,00 €	8 371,50 €	86,30%	0,24%
4.Outras Funções	410 Operações Dívida Autárquica	203 000,00 €	202 154,69 €	99,58%	5,69%
	420 Transferências entre administrações	244 315,17 €	96 655,45 €	39,56%	2,72%
	430 Diversas Não Especificadas	70 946,00 €	70 946,00 €	100%	2,00%
TOTAL		6 049 160,46 €	3 552 148,15 €	58,72%	100%

Gráfico n.º 24
Tx Execução das GOP - Estrutura



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4.2. Execução PPI

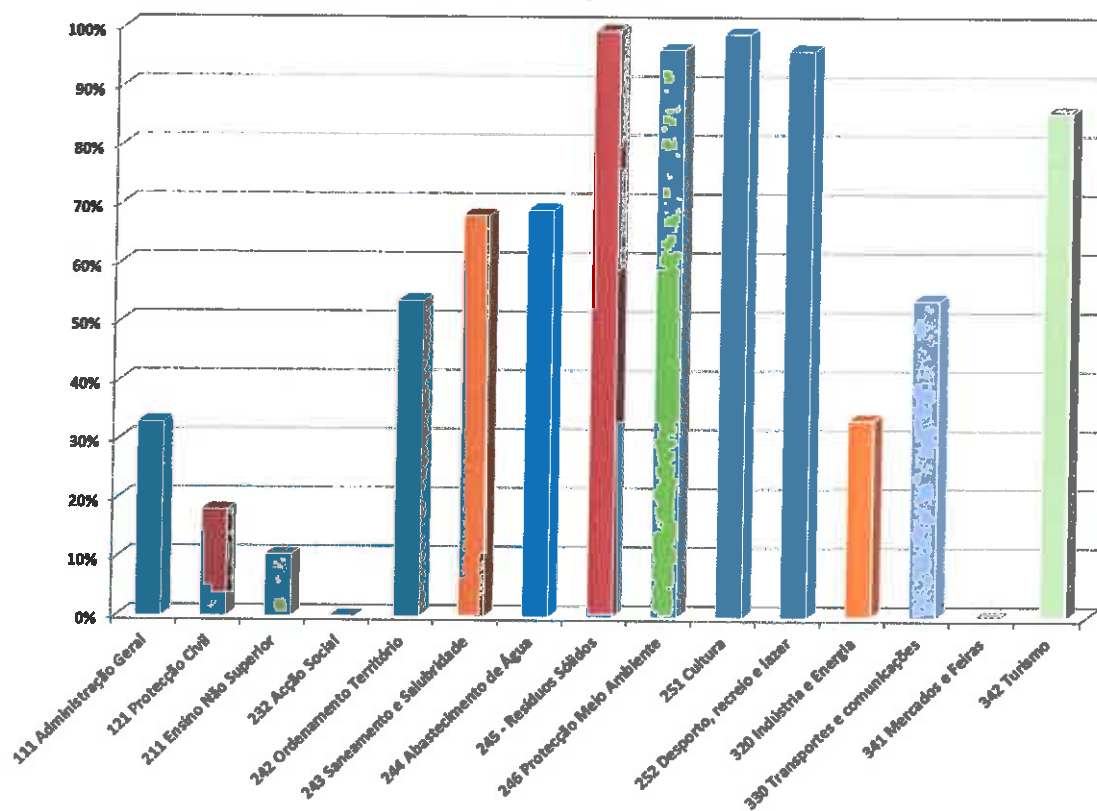
Como se verifica pelo quadro n.º 82 a taxa de execução global do PPI cifrou-se em 50,20%, o que representa um crescimento face ao verificado em 2016 (41,9%).

Quadro n.º 82
Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

EXECUÇÃO ANUAL DO PPI		ORÇADO	EXECUTADO	TX EXEC (%)	PESO RELATIVO (%)
1.Funções Gerais	111 Administração Geral	127 400,00 €	41 893,34 €	32,88%	2,91%
	121 Protecção Civil	150 070,65 €	27 057,17 €	18,03%	1,88%
2.Funções Sociais	211 Ensino Não Superior	166 210,00 €	17 401,20 €	10,47%	1,21%
	232 Acção Social	50,00 €	- €	0,00%	0,00%
	242 Ordenamento Território	1 535 644,04 €	822 996,58 €	53,59%	57,26%
	243 Saneamento e Salubridade	431 855,49 €	294 113,64 €	68,10%	20,46%
	244 Abastecimento de Água	14 361,00 €	9 908,88 €	69,00%	0,69%
	245 - Resíduos Sólidos	23 340,00 €	23 216,25 €	99,47%	1,62%
	246 Protecção Meio Ambiente	22 540,00 €	21 693,01 €	96,24%	1,51%
	251 Cultura	7 650,00 €	7 566,50 €	98,91%	0,53%
	252 Desporto, recreio e lazer	54 800,00 €	52 647,22 €	96,07%	3,66%
3.Funções Económicas	320 Indústria e Energia	300 250,00 €	100 396,42 €	33,44%	6,98%
	330 Transportes e comunicações	19 710,00 €	10 592,44 €	53,74%	0,74%
	341 Mercados e Feiras	40,00 €	- €	0,00%	0,00%
	342 Turismo	9 190,00 €	7 879,50 €	85,74%	0,55%
TOTAL		2 863 111,18 €	1 437 362,15 €	50,20%	100%



Gráfico n.º 25
Tx Execução do PPI - Estrutura
Tx Execução PPI



[Handwritten signature and initials]

4.3. Execução das Atividades Mais Relevantes

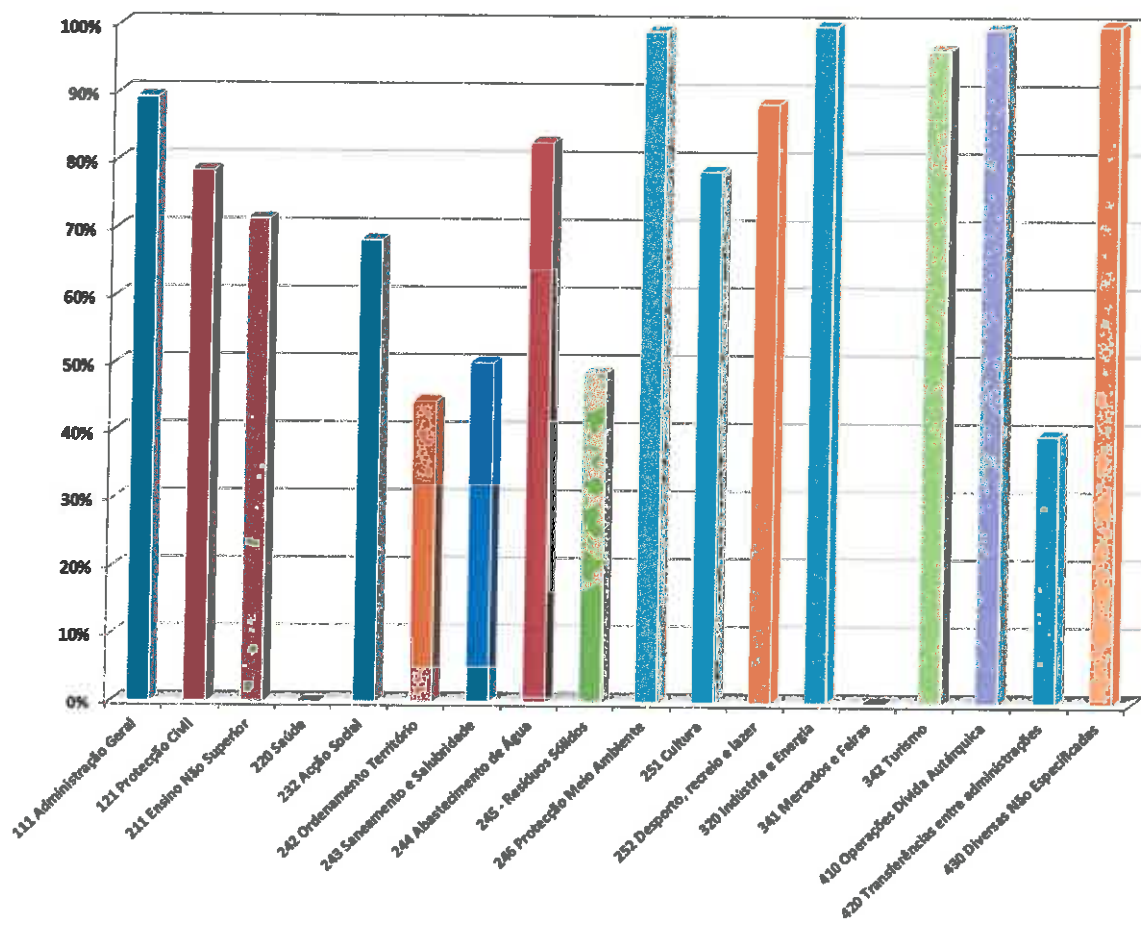
A Taxa de Execução das Atividades Mais relevantes cifrou-se em 66,38%.

Em termos funcionais, as Operações com a Dívida Pública (amortização de empréstimos) representaram 9,56%, a recolha de efluentes pela SIMRIA 16,62%, o Ensino Não superior 11,39% (referente ao Programa de Expansão e Desenvolvimento Escolar, Atividades de Animação e Apoio à Família para J.I. Agrupamento Escolas e Transportes Escolares) e Os Resíduos Sólidos, onde se destaca a atividade de recolha de lixo da ERSUC, 16,04%;

Quadro n.º 83
Execução Anual das Atividades Mais Relevantes

EXECUÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES		ORÇADO	EXECUTADO	TX EXEC (%)	PESO RELATIVO (%)
1.Funções Gerais	111 Administração Geral	350,00 €	312,48 €	89,28%	0,01%
	121 Protecção Civil	108 133,08 €	84 917,90 €	78,53%	4,02%
2.Funções Sociais	211 Ensino Não Superior	337 410,00 €	240 937,24 €	71,41%	11,39%
	220 Saúde	1 740,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	232 Acção Social	107 065,00 €	73 078,95 €	68,26%	3,46%
	242 Ordenamento Território	16 685,00 €	7 399,06 €	44,35%	0,35%
	243 Saneamento e Salubridade	702 410,00 €	351 472,94 €	50,04%	16,62%
	244 Abastecimento de Água	79 960,00 €	66 135,35 €	82,71%	3,13%
	245 - Resíduos Sólidos	697 095,03 €	339 145,19 €	48,65%	16,04%
	246 Protecção Meio Ambiente	5 770,00 €	5 715,00 €	99,05%	0,27%
	251 Cultura	88 320,00 €	69 245,22 €	78,40%	3,27%
	252 Desporto, recreio e lazer	134 050,00 €	118 476,26 €	88,38%	5,60%
3.Funções Económicas	320 Indústria e Energia	388 250,00 €	387 702,27 €	99,86%	18,33%
	341 Mercados e Feiras	40,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
	342 Turismo	510,00 €	492,00 €	96,47%	0,02%
4.Outras Funções	410 Operações Dívida Autárquica	203 000,00 €	202 154,69 €	99,58%	9,56%
	420 Transferências entre administrações	244 315,17 €	96 655,45 €	39,56%	4,57%
	430 Diversas Não Especificadas	70 946,00 €	70 946,00 €	100,00%	3,35%
TOTAL		3 186 049,28 €	2 114 786,00 €	66,38%	100%

Gráfico n.º 26
Tx Execução das AMR - Estrutura



[Handwritten signature]

4.4. Classificação Orgânica das Despesas

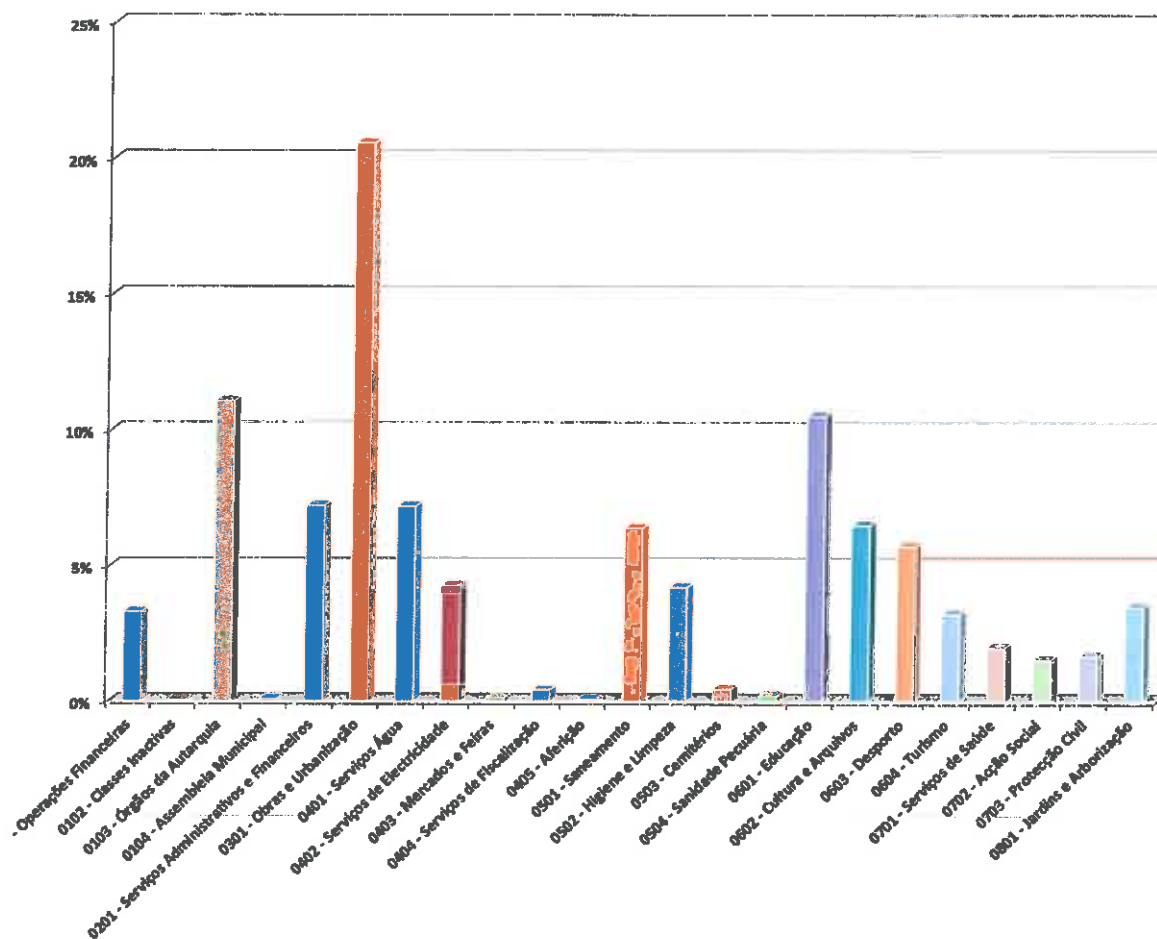
Tal como poderá ser constatado pela análise do quadro n.º 84, em termos de despesa por Classificação Orgânica, as rubricas que maior peso têm na estrutura de despesa do Município são as *Obras e Urbanização* (20,53%), a *Educação* (10,50%), o *Saneamento* (6,37%) e os *Serviços de Água* (7,17%).

Quadro n.º 84
Execução da Despesa por Orgânica

DESIGNAÇÃO	MONTANTE	PESO RELATIVO (%)
0101 - Operações Financeiras	338 302,68 €	3,28%
0102 - Classes Inactivas	5 346,01 €	0,05%
0103 - Órgãos da Autarquia	1 140 721,33 €	11,06%
0104 - Assembleia Municipal	8 172,92 €	0,08%
0201 - Serviços Administrativos e Financeiros	742 250,61 €	7,20%
0301 - Obras e Urbanização	2 116 838,96 €	20,53%
0401 - Serviços Água	738 933,94 €	7,17%
0402 - Serviços de Electricidade	438 389,20 €	4,25%
0403 - Mercados e Feiras	12 850,71 €	0,12%
0404 - Serviços de Fiscalização	43 990,80 €	0,43%
0405 - Aferição	6 364,41 €	0,06%
0501 - Saneamento	656 766,87 €	6,37%
0502 - Higiene e Limpeza	432 051,99 €	4,19%
0503 - Cemitérios	46 150,36 €	0,45%
0504 - Sanidade Pecuária	22 341,02 €	0,22%
0601 - Educação	1 082 094,27 €	10,50%
0602 - Cultura e Arquivos	666 783,14 €	6,47%
0603 - Desporto	588 404,87 €	5,71%
0604 - Turismo	330 365,78 €	3,20%
0701 - Serviços de Saúde	205 961,86 €	2,00%
0702 - Acção Social	158 520,23 €	1,54%
0703 - Protecção Civil	171 946,45 €	1,67%
0801 - Jardins e Arborização	356 926,94 €	3,46%
TOTAL	10 310 475,35 €	

A rubrica órgãos da Autarquia representa um peso de 13,52%, porque integra para além das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e parte das transferências correntes e de capital.

Gráfico n.º 27
Execução da Despesa por Orgânica



[Handwritten signature]

Durante o ano de 2017 o Município de Mira integrou um projeto de reengenharia de processos promovido pela CIM RC abrangendo todos os 22 Municípios e decorreram várias reuniões para a definição de fluxos processuais transversais a quase todos os serviços, dado que todos os processos administrativos da autarquia tramitam atualmente por via digital impõe-se, a necessidade de validação e/ou melhoria dos processos/procedimentos e atividades definidos.

Trabalhando para alcançar o desiderato de sermos reconhecidos por dinamizar mecanismos para a implementação da gestão de processos, promotores da racionalização da gestão e da efetiva modernização da Autarquia, capacitando-a para a melhoria contínua dos serviços e produtos prestados.

No contexto já descrito de continuidade e consolidação os serviços durante o ano de 2017 desenvolveram uma série de acções muito pragmáticas no gabinete de atendimento e espaço cidadão dirigidas a:

Fortalecer a eficácia e a eficiência da atividade administrativa da autarquia e do seu relacionamento com o cidadão;

Assegurar a gestão eficiente e eficaz dos recursos necessários ao funcionamento dos serviços municipais, em articulação com os restantes serviços da autarquia, de acordo com as linhas estratégicas do Município.

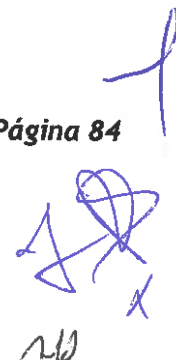
Assim, nas diversas áreas de atuação impôs-se a remoção de alguns entraves e deu-se início, na área de informática, ao processo de registo on line dos cidadãos, articulado já com a entrada em vigor do Novo Regulamento de protecção de dados, visando a ativação dos serviços on line, ora tal medida foi transversal a todos os serviços e divisões do Município. Traduzindo-se em concreto na redução dos prazos de resposta e na faculdade de os munícipes, no futuro, efetuarem pagamentos por referência multibanco.

Na área administrativa em especial nas feiras e mercados implementou-se os pagamentos por referência multibanco. Verificou-se ainda a diminuição aproximada de 10% no tempo de aprovação das atas dos órgãos municipais e procedeu-se à uniformização dos relatórios a remeter para a Assembleia.

Verificou-se ainda uma redução dos prazos na instauração dos processos de contraordenação, bem como, no rápido fornecimento de plantas de localização

O Município, com o novo site, irá estar habilitado, de forma célere e eficiente, a servir os cidadãos. De facto, uma grande parte dos serviços a prestar estavam dependentes deste "interface" que permitiu a interoperacionalidade de todos os sistemas, em produção visando a disponibilização de serviços on line, designadamente a funcionalidade de preenchimento e submissão de formulários, a consulta do estado dos processos, sendo igualmente possível num futuro próximo a emissão de faturação eletrónica.

O Município, ainda no campo de ação da Administração Geral, durante o ano de 2017, acompanhou as alterações ao quadro legislativo relativo às Autarquias Locais, assim como, promoveu e adotou as medidas adequadas à salvaguarda do interesse público, igualmente assegurou a aplicação de uma política municipal fundada em critérios de justiça e equidade social, e salvaguardou a necessária proteção aos mais carenciados, ao nível da determinação e aplicação das taxas e impostos municipais.



Foi ainda propósito do Município, numa vertente interna na Administração Geral, manter uma gestão de recursos humanos transparente e equitativa, atenta às necessidades dos serviços, disponível para os trabalhadores e potenciadora do seu desenvolvimento humano e profissional.

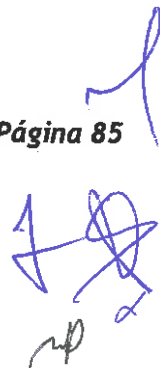
A gestão dos recursos humanos tem sido fortemente afetada e condicionada pelo actual quadro legislativo. Procurou-se utilizar todos os recursos, assegurando que o Município detivesse meios humanos em número, aptidão e qualificação essenciais ao cumprimento da missão de serviço público de qualidade. No final de 2017 o Município de Mira contava no seu Mapa de Pessoal com 195 trabalhadores, dos quais 185 com contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Foi desenvolvido 1 procedimento de concurso relativo a CTFP - tempo indeterminado (Sapadores).

Relativamente a gestão e acompanhamento dos estágios, foram rececionados pelos serviços 1 pedido de estágio profissional (na ordem Arquitectos) e 10 pedidos de estágios curriculares.

O Município no decurso de 2017 garantiu também a concretização de ações de formação, numa perspetiva de valorização das competências pessoais e profissionais dos trabalhadores, de modo a garantir uma prestação de serviços públicos de elevada qualidade, em consonância com os objetivos estratégicos delineados para 2017. Foram realizadas 36 ações de formação frequentadas por 138 formandos, num total 985 horas.

Foram igualmente desenvolvidos planos de saúde e medicina no trabalho em estreita colaboração com a CIM RC, no âmbito de um acordo quadro, em que foi celebrada uma prestação de serviços, a qual teve início em outubro de 2017 com a realização de exames médicos periódicos em número de 153 e testes complementares. Os restantes trabalhadores, em número de 24, irão completar os seus exames no presente ano. No que concerne a planos de segurança e bem-estar no trabalho, foram desenvolvidas algumas tarefas para ambientes mais amigos das pessoas, trabalhadores, utentes, munícipes. Por último destacamos ainda a prioridade dada à formação e à participação dos trabalhadores na definição das melhores práticas para a prestação do serviço público e em paralelo foi dada uma atenção especial aos trabalhadores da Autarquia, aos problemas sociais que enfrentaram, bem como às suas famílias



5.2. Proteção Civil

O SMPC tem como principal objetivo melhorar o seu desempenho, de forma a intervir de forma mais rápida e eficaz, elaborando para tal os planos prévios de intervenção e preparação, bem como outras ações -exercícios de simulacros. O SMPC desempenha um papel muito importante para o bem-estar de toda a população mirensa.

O Serviço Municipal de Proteção Civil, durante o ano de 2017, realizou várias atividades, planos e medidas para serem implementadas, entre elas destacam-se:

- Planos Integrados de Apoio Balnear da Praia de Mira e Praia do Poço da Cruz, cruciais para a segurança, bem-estar e confiança de todos utentes.
- Planos Prévios de Intervenção de diversos eventos como passagem ano, S. Tomé, Europeu de corta Mato e outros eventos municipais;
- Elaboração de Medidas Preventivas de escolas do município e de equipamentos municipais;
- Elaboração do Plano Operacional Municipal;

De forma a detalhar mais as atividades deste serviço, serão aqui identificadas as diversas intervenções a nível de monitorização, limpeza e segurança que permitiram o restabelecimento da normalidade das condições de funcionamento das vias rodoviárias, eletricidade e água, bem como a segurança de todos os munícipes de uma maneira geral. Assim o SMPC realizou as tarefas que a seguir se apresentam:

- Monitorização e acompanhamento dos níveis de caudais do sistema hídrico de Mira, bem como a remoção de detritos junto das principais estruturas;
- Desobstrução de pontos sensíveis no sistema hídrico (barragens, pontes) devido aos resíduos transportados aquando de elevada precipitação; —
- Monitorização dos cenários de agitação marítima, realizando o levantamento e comunicação às entidades competentes de fenómenos erosivos no concelho;
- Acompanhamento de alertas de aviso de risco de incêndio;
- Emissão de pareceres a eventos e outras atividades.
- Apoio no combate aos focos de incêndio registados no município de Mira;
- Ativação do Plano Municipal de Emergência;
- Acionamento de meios externos ao município para fazer face às necessidades durante o fogo de outubro de 2017;

- Participação em diversas reuniões, com entidades externas, no sentido da inventariação e restabelecimento da normalidade decorrentes do fogo de outubro de 2017;
- Elaboração de relatórios e levantamento de danos do fogo de 15 outubro de 2017;
- Participação em diversas ações de recuperação do pós emergência no concelho de Mira;
- Acompanhamento e fiscalização do lançamento de fogo de artifício em diversas festividades do concelho;
- Acionamento de equipas municipais para remoção de árvores em risco, lavagem de pavimento e sinalização prévia em vários cenários de emergência;
- Cortes de estrada em situações de emergência;
- Preparação do dispositivo de fogos florestais;
- Vigilância no âmbito do dispositivo de fogos florestais 2017;
- Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- Criação de uma Faixa de gestão de combustíveis ao longo da pista ciclo pedonal e outras áreas (envolvente da barrinha, parques de merendas, lagoa de Mira);
- Acompanhamento e coordenação de diversos eventos ocorridos no concelho;
- Colaboração na elaboração das medidas de autoproteção da Escola Secundária Dra. Maria Cândida;
- Elaboração de candidaturas no âmbito dos avisos 2020 na área dos riscos;
- Candidatura POSEUR – Execução da candidatura de faixas de gestão combustíveis apoiadas financeiramente na sua totalidade;
- POSEUR- Plano Inter Municipal de Adaptações Climáticas – acompanhamento;
- Monitorização do lançamento de fogo nas diversas festas;
- Acompanhamento e comunicação à EDP avarias e queda de linhas elétricas no concelho de Mira;
- Realização de vistorias, identificando e informando diversos edifícios em mau estado de conservação com vista à realização de obras de conservação ou demolição;
- Verificação dos sistemas de combate a incêndios (extintores) dos edifício municipais;
- Acompanhamento e participação nas atividades do Dia da árvore;

- Preparação e monitorização da época balnear (limpeza, vigilância e socorro), rodagem das areias realizadas pelo Exército Português;
- Remoção de areias acumuladas nas vias rodoviárias na Praia de Mira;
- Tratamento preventivo ou remoção de palmeiras infetadas com pragas de escaravelhos;
- Acompanhamento e participação na atividade “Deixa apenas a pegada”;
- Recolha animais mortos e captura animais errantes na via pública;
- Recuperação e resgate de animais marítimos que foram entregues no Centro de Recuperação de Animais em Quiaios;
- Destruição/eliminação de ninhos de vespa asiática;
- Participação de ninhos de vespa asiática através da plataforma SOS vespa;
- Acompanhamento da empreitada da 3ª fase do reforço do cordão dunar;
- Acompanhamento da empreitada da dragagem da barrinha;
- Elaboração do desdobrável da Campanha de sensibilização e alerta relativo à vespa asiática;
- Emissão de alertas e comunicados.

A nível de ações de formação os técnicos desta área participaram:

- Seminário/formação “Reporte de ocorrências no Litoral – procedimento operacional padrão”;
- Frequência de formação em resgate em chelas urbanas - criação e uma equipa entre município e bombeiros de Mira

A participação ativa e disponível dos colaboradores desta divisão e de outros do município permitiu dar resposta atempada a situações de risco, mitigação de riscos e sempre que necessário à reposição da normalidade na fase posterior ao cenário de emergência.

Sempre que estiveram em causa pessoas e bens, o SMPC, com a colaboração de agentes municipais ou com a ajuda dos agentes exteriores à Câmara, nomeadamente, Bombeiros, e GNR, promoveu a resolução de todas as situações com o menor impacto possível em termos humanos, materiais e financeiros.



No âmbito do Trânsito

A segurança no trânsito, faz de igual forma, parte das atividades da divisão, pelo que existem várias tarefas de manutenção que devem ser realizadas periodicamente.

Uma das tarefas executadas periodicamente pela DPCPOA é a verificação de toda a sinalização do concelho.

Atividades desenvolvidas no âmbito do Trânsito:

- Levantamento e substituição da sinalização rodoviária degradada em todo o concelho;
- Sinalização de locais de risco, como por exemplo buracos na via, aluimentos de pisos e quedas de árvores;
- Comunicação à IP de avarias e danos nos semáforos na EN 109;
- Sinalização e reparação de emergência de buracos nos pavimentos
- Interrupção rodoviária com a GNR local no âmbito de diversas atividades no concelho;
- Sinalização de segurança em eventos;

1
A
S
M

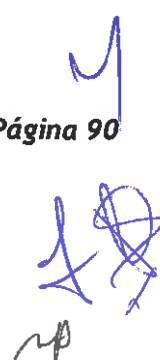
5.3. Planeamento e Ordenamento

Além dos serviços já identificados, também fazem parte da DPCPOA a área de Planeamento e Ordenamento.

Este serviço trabalha nomeadamente no desenvolvimento e dinâmica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), que estabelecem o uso do solo, através da sua classificação e qualificação, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNOT) e pelos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e a atribuição, gestão da toponímia e numeração de polícia. Os serviços prestados neste âmbito têm sempre em conta a importância da qualificação do território, atendendo a uma utilização sustentável dos recursos territoriais que permita contribuir positivamente para a qualidade de vida de todos os municípios, bem como para o desenvolvimento social, económico e cultural.

Assim, dando cumprimento a todas as normas legais de forma clara e precisa, que permitam disciplinar a atribuição e gestão da toponímia e numeração de polícia, bem como a implementação dos planos em vigor, as atividades desenvolvidas durante o ano 2017 foram:

- Reunião e envio de informação para a CTGA sobre os 3 parques de campismo para o Estudo de Impacte Ambiental;
- 2.ª alteração ao PPZIM Pólo II – proposta elaborada, aprovada e publicada na 2.ª série do Diário da República através do Aviso n.º 4311/2018, de 02 de abril;
- 3.ª alteração ao PDM de Mira – proposta elaborada, aprovada e publicada na 2.ª série do Diário da República através do Aviso n.º 14763/2017, de 07 de dezembro;
- Plano de Urbanização de Mira- proposta aprovada na Reunião de Executivo, datada de 23 de fevereiro de 2017 e publicada na 2ª Série do diário da República nº61, de 27 de março de 2017, através do Aviso nº3172/2017 e realizado o período de discussão preventiva.
- 4ª alteração ao PDM de Mira- A proposta foi alvo de aprovação na Reunião de Executivo, datada de 23 de fevereiro de 2017 e publicada na 2ª Série do Diário da República nº61, de 27 de março de 2017, através do Aviso nº3172/2017 e realizado o período de discussão preventiva.
- Envio de informação para a elaboração da EIA na área da Exploração Avícola;
- Levantamento da rede hidrográfica afetada pelos incêndios em conjunto com a Agência Portuguesa do Ambiente;
- Elaboração da Carta da REN e da Memória Descritiva e Justificativa no âmbito do processo de correção material da REN;
- Elaboração da carta de zonamento da alteração do Plano de Urbanização de Mira;
- Elaboração de cartas de apoio à DAF (venda ambulante) e DEFC (caminhadas e percursos);



- Elaboração de mapas: do cemitério de Mira, de zonas de abastecimento e de pontos de amostragem da qualidade da água, de toponímia do concelho para a metrologia, para a Candidatura da Regeneração da Vala da Corga, para a plantação do Dia da Árvore 2017, para a candidatura POSEUR, para a proposta de localização de contentores de roupa;
- Preparação da informação para a candidatura do ICNF – identificação das necessidades de intervenção de estabilização de emergência pós-incêndio e das infraestruturas afetadas;
- Elaboração de mapas da localização e das condicionantes para o Estudo de Impacto Ambiental da ZI Montalvo;
- Elaboração de mapas para o Gabinete do presidente;
- Instrução do processo de correção material da Reserva Ecológica Nacional para efeitos de publicação;
- Atendimento ao público no âmbito do ordenamento do território, numeração de polícia e cadastro predial, Defesa da Floresta;
- Emissão de 63 números de polícia mediante os pedidos de requerente;
- Informação de 64 números de polícia em processos de obras;
- Resposta a outros pedidos de informação (10) e a pedidos de informação sobre toponímia (2);
- Elaboração de Informações relativamente ao ordenamento/zonamento de projetos a sujeitar a candidaturas e de plantas do cadastro para o Gabinete de Apoio ao Presidente;
- Informação a um pedido de direito de preferência da Conservatória do Registo Predial de Mira e ao de um processo para Tribunal da Comarca de Coimbra – ministério Público;
- Informação de 42 certidões;
- Apoio ao Gabinete Florestal na cartografia e informação de processos;
- Procedimento para atribuição de 4 topónimo na Freguesia de Mira e na Freguesia de Praia de Mira;
- Atualização de bases de dados dos números de polícia;
- Atualização da base de dados da feira de Portomar e elaboração de mapas para a realização hasta pública;
- Atualização dos pontos de amostragem da qualidade da água e elaboração do respetivo mapa com das zonas de abastecimento de água;
- Envio de informação cartográfica para a CIM-RC para o desenvolvimento do planeamento do serviço de transportes públicos;
- Análise e validação das carreiras, que intersejam o Município de Mira, que se encontram na plataforma SIGGESC, para a CIM-RC;

- Realização de vistorias no âmbito de processos de obras particulares;
- Localização, apoio e impressão de plantas de apoio ao serviço de fiscalização;
- Transformação de algumas shapefiles para o novo sistema de coordenadas ETRS89 TM06;
- Georreferenciação dos estabelecimentos de alojamento local para integrar o sistema de informação geográfica do Turismo de Portugal;
- Verificação do funcionamento do site de SIG e indicação das anomalias;
- Ligação das bases de dados ao novo servidor SIG;
- Credenciação de administrador para operacionalizar a Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) da DGTerritorio;
- Incorporação nas equipas que procederam ao levantamento de ocorrências do incêndio de 15 de outubro;
- Realização de entrevista profissional de seleção para concurso;
- Preparação do material a fornecer aos alunos e participação na Atividade— “Verde Novo”

A nível de ações de formação os técnicos desta área participaram:

- Seminário/formação “Reporte de ocorrências no Litoral – procedimento operacional padrão”;
- Seminário “A Região e Centro do País, 10 anos depois do PNPO”;
- Formação “Ordenamento do Território: instrumentos e metodologias”

[Handwritten signature and initials in blue ink]

5.4. Serviço de Veterinário Municipal

O Médico Veterinário Municipal desempenha, dentro da área geográfica do município, um papel fundamental na prevenção e correção de fatores ou situações suscetíveis de causarem prejuízos graves à saúde pública, à economia ou ao ambiente.

São diversas as suas áreas de atuação: na defesa do bem-estar animal, da saúde pública, das condições hígio-sanitárias de toda a cadeia de produção alimentar entre outras.

As principais atividades desenvolvidas foram:

- Atendimento ao público no gabinete veterinário;
- Castração, no consultório médico veterinário municipal, de três animais errantes (1 gato e 2 cão) para adoção;
- Campanha de vacinação antirrábica- 121 vacinações e 49 identificações eletrónicas;
- Vacinação de 22 animais e identificação eletrónica de 5 canídeos no consultório Veterinário Municipal;
- Introdução de 144 registos de identificação animal na plataforma SICAFE;
- Identificação eletrónica de 12 animais errantes;
- Deslocação para a possível identificação de animais errantes em Portomar, Seixo, Mira, Praia de Mira, Ermida e Carapelhos;
- Captura de canídeos errantes: 65 adultos e 15 crias;
- 91 Deslocações ao "Abrigo do Carinho" para vacinação (91 antirrábicas, 160 vacinas polivalentes), identificação eletrónica (151) e realização de exames clínicos;
- Recolha e encaminhamento de 25 cadáveres (24 cães e 1 gato) na via pública;
- Recolha e encaminhamento de 10 cadáveres do "Abrigo do Carinho";
- Recolha de dois gatos;
- Assistência a 18 animais traumatizados (cães e gatos) na via pública;
- Colocação em quarentena de quatro canídeos- Vigilância clínica;



- Solicitação da GNR para avaliação de situações de intranquilidade provocada por canídeos (Portomar, Carromeu, Praia de Mira, Barra de Mira, Portomar, EN109, Carromeu, Seixo, Ermida, Mira, Carapelhos, Cabeças Verdes, Lagoa, Miróasis e Parque de Campismo Municipal) e solicitação por maus tratos a animais de exploração pecuária e a animais de companhia (canídeo);
- Solicitação pela GNR, para averiguação de uma agressão provocada por canídeo (Praia de Mira, Carromeu);
- Avaliação da situação sanitária, de dois canídeos, por solicitação da GNR (Arneiro e Casal de S. Tomé);
- Averiguação de um possível envenenamento de dois canídeos na Praia de Mira;
- Solicitação da GNR para captura de um cavalo;
- Avaliação da situação para controlo de ratos na Escola Básica do 2º Ciclo;
- Solicitação da ASAE para peritagem de géneros alimentares num talho;
- Vistoria a uma carrinha para venda ambulante de peixe;
- Inspeção bissemanal ao Mercado Municipal;
- Vistorias às feiras de Portomar e Mira;
- Avaliação da situação de risco para a realização da venda de aves na Feira de Portomar, em virtude do surto da gripe de aves;
- Vistoria conjunta para a realização de um evento (ENEE);
- Vistoria conjunta às condições estruturais e de funcionamento das instalações gastronómicas da Feira dos grelos e Praia de Mira, às festas da Corujeira, S. Tomé, Seixo e Portomar, Praia de Mira e Lentisqueira;
- Vistoria conjunta a uma unidade industrial de produtos à base de carne na Corujeira;
- Vistoria a 2 circos (Praia de Mira) e a uma matança tradicional do porco na Lentisqueira;
- Vistoria no âmbito do PACE, 5 talhos (Talho Novo, Eurocompras Seixo e da Praia de Mira) e uma peixaria (Peixaria Nosso Mar);
- Coordenação na distribuição de alimentos para animais afetados pelo incêndio de outubro de 2017 (Carapelhos, casal Sobreiro, leitões, Carromeu, Casal de S. Tomé, Arnelro e Mira).

5.5. Ensino Não Superior

No âmbito da educação o Município de Mira manteve em rigor o Contrato de Execução com o Ministério da Educação relativamente à descentralização de competências para os Municípios: pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, gestão do parque escolar nos jardins-de-infância, 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, mediante a transferência de verbas oriundas do Ministério da Educação;

O Município continuou a assegurar os prolongamentos de horário do 1.º ciclo do ensino básico, através do desenvolvimento do serviço de Componente de Apoio à Família, assim como na promoção de atividades em período de interrupção letiva, atividade que se foi evidenciando pelo número elevados de alunos que, de ano para ano, tem vindo a procurar o serviço. Já no pré-escolar, também assegurou com o serviço de Atividades de Animação e de Apoio à Família, onde para além da oferta de atividades de âmbito desportivo e artístico para enriquecimento do currículo formal, continuou a garantir o prolongamento de horário diário e ainda as interrupções letivas, incluindo a primeira quinzena do mês de agosto.

Manteve-se a preocupação de dotar todos os estabelecimentos de ensino públicos do concelho com mobiliário, equipamento e material didático e pedagógico, adequado ao desenvolvimento das atividades escolares e extra curriculares, apoio nas deslocações em visitas de estudo, assim como a prestação do serviço de refeições a todos os alunos dos Jardins de Infância, Escolas do 1º e 2º Ciclos (no caso dos Jardins de Infância e 1º Ciclo equiparou o escalão B ao A, assumindo a totalidade dos custos de faturação). Ainda assumiu os encargos decorrentes de legislação própria sobre os transportes escolares para as crianças e jovens em idade escolar obrigatória, salientando-se a efetivação do transporte de alunos do 1º Ciclo oriundos de localidades onde respetivos estabelecimento de ensino encerraram.

Continuou-se ainda com os habituais apoios ao nível da ação social escolar e transportes escolares, salientando-se ainda o apoio a transportes vários solicitados pelas escolas e encargos com protocolos e atividades das Unidades de Ensino Estruturado do Espetro do Autismo.

A referenciar, ainda, os protocolos com as quatro juntas de freguesia do concelho no âmbito da delegação de competências para resposta às necessidades imediatas que vão surgindo nos diversos estabelecimentos de ensino alvo de cada protocolo.

Foram também realizadas obras de melhoria do bloco C da Escola do 2º Ciclo, contemplando a sala da Unidade; a sala snoozee e a remodelação de uma sala para Bar.

Salienta-se, também, o desenvolvimento e apoio de atividades/ações de carácter lúdico e de educação ambiental, como “Festa de Natal”; o “Desfile de Carnaval”; ações de educação ambiental como “Vale a pena Verde Novo”, Azulitas – as bandeiras Azuis dos pequenitos, Deixa Apenas a Pegada; o “X Concurso Literário Jovem”; Concurso “Comunidades Vivas”; o a festa do Dia Mundial da Criança com o espetáculo da “Xana Toc-Toc” e o apoio às atividades de encerramento de ano letivo, que envolveram toda a comunidade escolar, entre outras.

5.6. Ação Social

O ano de 2017, no âmbito das ações e apoios sociais sob responsabilidade do município de Mira, demarcou-se pelo flagelo dos incêndios de 15 e 16 de Outubro, que obrigou a um trabalho diferenciado e a um apoio social imediato para muitas situações de privados e empresas, levando a uma redefinição de prioridades no trabalho das equipas multidisciplinares e à criação de um atendimento social de apoio às vítimas dos incêndios.

No âmbito do projeto de Rede Social, e ao abrigo do Regulamento de Apoio a Estratos Desfavorecidos do Município de Mira, continuaram a ser analisadas e desenvolvidas ações de apoio aos agregados carenciados, nomeadamente na vertente da reabilitação social, disponibilizando verbas para a aquisição de materiais de construção essenciais ao conforto e segurança das habitações em risco e apoios pontuais a famílias com manifesta carência económica e social.

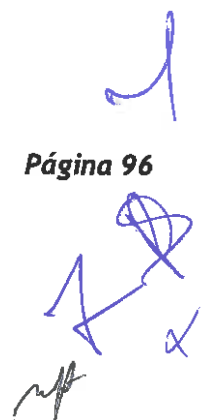
Foi renovada também a parceria com o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra – Serviço Local de Mira e desenvolvidos os programas de inserção, nomeadamente RSI (Rendimento Social de Inserção) e estabelecido o protocolo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas POAPMC, que visa a distribuição de produtos alimentares de primeira às famílias mais carenciadas e inseridas na plataforma do FEAC.

No âmbito da CPCJ, destaca-se o seu funcionamento com a realização de reuniões em comissão alargada e comissão restrita, o acompanhamento psicossocial, aplicação de medidas de promoção e proteção, a realização de atividades lúdicas e eventos destinados ao público infantil e o projeto “Tecer a prevenção”. Ainda a realização do 3º intercâmbio Mar & Douro, que em parceria e permuta com os municípios de Miranda do Douro e Mogadouro, proporcionaram 2 semanas de férias a jovens carenciados, distribuídas pelos 3 municípios em apreço.

De salientar, a continuação da oferta gratuita, à população em geral, mas idosos em especial, de um transporte público “Gira em Mira” que permite, em horário previamente divulgado, a deslocação ao centro da Vila, para tratar de assuntos diversos, dos munícipes das diversas localidades, funcionando como transporte de cariz social.

O Gabinete de Inserção profissional Municipal de Mira – GIP, no âmbito da sua atividade colaborou com diversas entidades, no sentido de apoiar nas inscrições e candidaturas a cursos e ações de formação visando a integração dos utentes no mercado de trabalho. Colaborou e responsabilizou-se pela submissão de diversas candidaturas a medidas de inserção de desempregados, bem como o seu acompanhamento processual.

Por fim, pretendendo proporcionar a todos os munícipes formas de envelhecimento ativo, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos seniores, o ano de 2017 foi marcado pelo início da Universidade Sénior que ministrou 13 disciplinas a um conjunto de cerca de 114 alunos.



5.7. Requalificação e Valorização do Território

No âmbito do PARU deu-se início à obra de regeneração da Vala da Corga, obra orçada em aproximadamente 600.000€

Também ao longo do ano de 2017 deram-se início a um conjunto de intervenções ao nível da recuperação da rede viária municipal, bem como a pavimentação de passeios.

5.8. Resíduos Sólidos

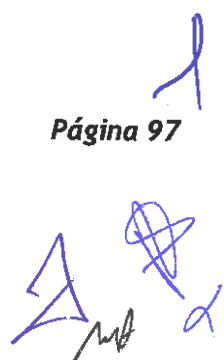
Esta rubrica compreende a atividade de recolha de lixo efetuada pela Ersuc. Houve também lugar à recolha de ferralha e “monos” pelos serviços da Câmara. Foi ainda realizado acompanhamento e levantamento de resíduos abandonados no concelho, nomeadamente os colocados por madeireiros em espaços públicos, através da aquisição de um contentor para depósito destes resíduos.

Elaboração proposta final do projeto de regulamento municipal de resíduos – atualização em 2017 com as alterações legislativas;

5.9. Proteção Meio ambiente e Conservação da Natureza

No âmbito do ambiente e durante o ano de 2017 foram desenvolvidas várias ações de requalificação, limpeza e educação ambiental, nomeadamente:

- Realização de candidaturas - Submissão à ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa – Bandeira Azul 2017 – Praia de Mira e Praia do Poço da Cruz;
- Candidatura ao Programa Nacional “Praia Acessível – Praia para Todos”, do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. relativo à Praia de Mira;
- Candidatura da Praia de Mira e Praia do Poço da Cruz ao Programa Praia Saudável, promovido pela Fundação Vodafone e apoiado pela ABAE;
- Participação na reunião preparatória para as candidaturas Bandeira Azul 2017 (ARHC-APA), realizando a apresentação: “BA Mira - 30 anos de evolução”;
- Atividades de Educação Ambiental (IV Plantar VERDE Novo) Programa Bandeira Azul da Europa envolvendo a atividade escolar, submissão do relatório à ABAE;



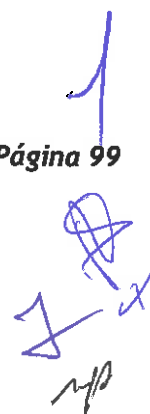
- Envio de indicadores económicos, sociais, ambientais e inquéritos referentes ao estudo/protocolo entre a ABAE e a Autarquia de Mira: “O Lado Verde da Bandeira Azul”;
- Limpeza, manutenção, plantação e arborizações em espaços verdes urbanos e florestais;
- Realização do Programa de Controlo da Qualidade da Água 2017 para submeter à aprovação do ERSAR;
- Monitorização e controlo da qualidade da água para consumo humano- Acompanhamento das análises laboratoriais do PCQA 2017 – Programa de Controlo da Qualidade da Água, aprovado pela ERSAR;
- Preenchimento e submissão à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR – dos indicadores da qualidade dos serviços de resíduos;
- Planeamento e construção de espaços verdes;
- Tratamentos fitossanitários e corretivos - Levantamento de resíduos volumosos;
- Envio de mapa Integrado à Agência Portuguesa do Ambiente, respeitante a resíduos perigosos produzidos em armazém municipal;
- Levantamentos de prejuízos provocados pelo fogo florestal em percursos pedestres de Mira, pista ciclo pedonal e suas infraestruturas;
- Participação na pré-apresentação do Programa/protocolo “O Lado Verde da Bandeira Azul”, sobre o estudo das valias económicas, sociais e ambientais da BA, realizando em Lisboa, contando com a participação de 6 municípios portugueses;
- Acompanhamento dos trabalhos limpeza e manutenção dos 6 percursos pedestres de Mira e de suas infraestruturas; _____
- Desenvolvimento de conteúdos informativos e promocionais para percursos pedestres de Mira;
- Dragagem da Barrinha - acompanhamento e fiscalização
- Cordão dunar – obra Polis da Ria – acompanhamento e fiscalização
- Participação no Seminário Nacional do Programa Bandeira Azul;

Ainda a nível da proteção ambiental-defesa da floresta, o trabalho desenvolvido pelos serviços florestais desta divisão tem sido notório, uma vez que os colaboradores afetos a este serviço têm vindo a ocupar um papel fundamental nas atividades que tem vindo a realizar nomeadamente em ações de prevenção, limpeza de áreas florestais e sensibilização no âmbito florestal;

Este trabalho não evitou a catástrofe que assolou o município já no final da época, no entanto estes serviços continuam a desenvolver trabalhos para repor e recuperar todo o património perdido, encetando tarefas de preservação na área não atingida.

Estes serviços elaboraram:

- Plano de atividades (2017) que inserem na plataforma do SISF
- Plano Operacional Municipal.
- Relatórios a remeter ao ICNF, com o registo da assiduidade dos Sapadores, despesas com combustível e gasolina para as máquinas, quilómetros efetuados e gastos com equipamentos;
- Pedido de apoio ao funcionamento do Gabinete Técnico Florestal.
- Reuniões da CMDFCI
- Campanhas de sensibilização realizadas em 2017. (dia da árvore, distribuição de trípticos informativos sobre queimas e queimadas durante o período crítico aos incêndios florestais a toda a população Concelho).
- Registo na plataforma do SGIF das intervenções realizadas cumulativas no Concelho no ano 2017 - intervenção em 49,38ha de gestão de combustíveis, intervenção em 3 pontos de água e 65 dias de vigilância, assim como do plano de atividades proposto para o ano de 2018;
- Registos das ocorrências (na plataforma do SGIF).
- Intervenções da EDP nas linhas elétricas de Média Tensão Mira-Zona Industrial, Mira-Febres e na linha de Alta Tensão Cantanhede – Mira, conforme planeadas no PMDFCI 2015 – 2019.
- Fiscalização de terrenos em mau estado fitossanitário e fiscalização no âmbito da operação ignição Zero da GNR.
- Fiscalização de terrenos em mau estado fitossanitário e alerta aos proprietários, mediante aviso de outros Municípios. Foram notificados, 128 proprietários.
- Alteração do PMDFCI 2015-2019 que enviaram ao ICNF, relativamente a regras de edificabilidade, aprovadas em reunião da CMDFCI.
- Ações de vigilância florestal em dias de alerta;
- Apoio ao combate a incêndios florestais;
- Limpeza de espaços florestais – faixas de gestão de combustíveis (FGC);



- Elaboração de Cartografia de apoio de decisão e informação digital para entrega com o POM ao ICNF, para validação de dados e utilização no PDDFCI.
- Pedido de autorização ao ICNF para poda de dois sobreiros, um na localidade da Ermida e outro na localidade do Corticeiro de Baixo
- Elaboração de editais e início de trabalhos de limpeza (linha elétrica de média tensão na estrada da Lagoa / Praia pela EDP, proprietários desconhecidos)
- Esclarecimento aos munícipes, colaboração com entidades, emissão de pareceres e participação em reuniões técnicas;

As ações de formação são fundamentais para o crescimento pessoal e profissional de cada trabalhador, assim, de forma a preparar e dotar os vários colaboradores com mais conhecimentos na área da comunicação, e resgate foram-lhes ministradas duas Formação em: utilização de rádios SIRESP, no âmbito do Serviço Público, na Lousã e resgate em cheias urbanas, em Valongo.



5.10. Cultura / Desporto, Recreio e Lazer

Destaca-se a realização dos eventos de carácter regular, nomeadamente: XI Feira dos Grelos da Região da Gândara; Marchas Populares Mira 2017; Festas do concelho em honra de São Tomé de Mira, sob o tema "100 anos do edifício Paços do Concelho"; Programa de Animação Cultural e Desportiva da Praia de Mira durante a época Balnear – Onda de Verão; XX Mostra Gastronómica da Região da Gândara; atividades no âmbito dos galardões Bandeira Azul à Praia de Mira e Praia do Poço da Cruz; V Mira Saudável; entre outros.

De especial referência o investimento e envolvimento com a realização dos Desfiles de Carnaval, e todo o investimento na Festa de Reveillon de Passagem de Ano, realizada na Praia de Mira, evento de grande relevo e divulgação a nível regional e nacional.

Foram igualmente realizados outros eventos, de carácter mais pontual, tais como exposições diversas, edição, apresentação e aquisição de livros, publicações de interesse municipal para a história e cultura do Município, concertos musicais e outros espetáculos.

No âmbito dos equipamentos culturais a destacar a permanente abertura ao público e realização de diversas atividades de dinamização do Museu do Território da Gândara, Museu Etnográfico/Posto de Turismo da Praia de Mira e Biblioteca Municipal.

Já no âmbito do Desporto, os equipamento do Complexo Desportivo (Pavilhão, Piscina e Estádio Municipal) foram disponibilizados às escolas, associações, Ipss's e público em geral, no sentido de estimular a prática desportiva e a integração social. Para esse efeito, foram ministradas aulas, efetuadas vigilâncias, adquiridos serviços de manutenção da qualidade da água e outros, salientando o cumprimento da exigência legal da existência em permanência de nadadores salvadores na Piscina Municipal.

Continuou em funcionamento o Centro de Marcha e Corrida Municipal e a pista de Cross, que trouxe ao Município novas modalidades e oferta de condições para provas desportivas atrativas de público fora da época alta, com especial relevância para o protocolo que deu origem à realização da Taça dos Clubes Campeões Europeus de Corta Mato.

Os Jogos sem Fronteiras, realizados na Piscina Municipal, marcaram o início do ano letivo com a envolvimento e grande afluência de toda a comunidade.

O Município continuou ainda com os habituais apoios ao nível do associativismo, para projetos pontuais e subsídios anuais, de acordo com as normas aprovadas, realçando que há associações e coletividades promotoras, em parceria com a autarquia, de eventos de grande impacto regional, tal como o Btt Rota das Lagoas, o Grande Prémio de Atletismo da Praia de Mira, a Regata Pescanova, entre outros.

A referenciar ainda a realização de eventos de abrangência Internacional e parceria com entidades externas credenciadas tal como a realização dos Campeonatos Internacionais de Columbofilia.



5.11. Turismo

No âmbito do Turismo evidencia-se o funcionamento, durante todo o ano, do Parque Municipal de Campismo da Praia de Mira, com oferta dos serviços de 21 unidades de alojamento complementar, destacando-se as despesas com a aquisição dos serviços inerentes (Pessoal, fornecimento de roupas, abastecimento de gás, eletricidade, manutenção, entre outros).

Para projeção externa e captação de novos públicos, o município continuou a participar ativamente na Feira Internacional de Turismo da Guarda, e no Encontro da Máscara Ibérica em Lisboa, bem como a colaborar com entidades externas que se propõem a divulgar os recursos turísticos da região.



6. CONCLUSÃO

A prestação de contas sendo um documento de índole técnica, isto é, a tradução em termos económico-financeiros da atividade desenvolvida ao longo do ano de 2017, importa efetuar uma análise sobre os seus dados por forma a avaliar a evolução da saúde financeira do Município.

No final do ano de 2017 será de destacar o facto do Município de Mira ter encerrado o ano com um Resultado positivo no valor de 936 mil euros, valor que se torna ainda mais significativo tendo em conta que é o melhor resultado alcançado desde 2009.

Do lado dos custos suportados pelo Município de salientar a redução em mais de cinquenta por cento (-54,5%) do valor dos juros pagos ao longo do ano, o que não deixará de ser um importante indicador da solidez financeira do Município. A este respeito de destacar ainda a redução em 25,85% da dívida a Instituições de Crédito de médio e longo prazo o que significa que, mantendo este ritmo de pagamentos à Banca, o Município poderá terminar o atual mandato autárquico, praticamente, sem qualquer dívida de médio e longo prazo. O impacto positivo na dívida total do Município poderia ter sido ainda mais expressivo caso, até ao final do ano, o Município tivesse recebido um conjunto de participações financeiras de projetos de investimento em curso no Município e co-financiados pelo Portugal 2020 (aproximadamente 300 mil euros).

No final do exercício económico de 2017, o valor do passivo total do Município de Mira registava um valor 217 mil euros inferior ao registado no ano anterior, valor que ainda se torna mais relevante tendo em consideração que, desde 2013, já foi possível reduzir o passivo em, aproximadamente, um milhão de euros (-7,4%).

A aposta estratégica assumida pelo Município de aproveitar ao máximo as oportunidades abertas pelo atual quadro comunitário de apoio (Portugal 2020) para efetuar um conjunto de investimentos estruturantes, nomeadamente, nos domínios da água e saneamento, atração do investimento e emprego e do turismo, está a ter reflexos nos resultados apresentados pelo Município. Assim será de destacar o aumento em 45,2% do valor das Despesas de Capital (Investimento) que, em 2017, atingiram quase os dois milhões de euros, resultado que, atendendo a uma estabilização do valor das receitas do Município, foi alcançado através de uma maior contenção ao nível das despesas correntes do Município.

No exercício económico de 2017 foi possível, mais uma vez, alcançar relevantes taxas de execução do Orçamento. Assim, ao nível da receita atingiu-se uma taxa de execução de 75,91% e na despesa de 75,82%, valores que só não foram mais elevados porque, tal como referimos anteriormente, no final do ano, existiam um conjunto de pedidos de pagamento que, no âmbito do Portugal 2020, se encontravam por validar por parte da autoridade de gestão.

Este indicador demonstra que o exercício orçamental na Câmara de Mira é hoje de grande rigor e exigência, isto é, o que é executado ao longo do ano está perfeitamente em linha com o que é orçamentado.

Da análise do presente relatório de gestão é possível ainda concluir que, mesmo num contexto de estabilização das receitas, e por essa via de maior pressão em termos de gestão orçamental, o Município continua a ter uma boa folga financeira, atestada pela grande capacidade de endividamento que ainda possui (8.968.308€).

Por outro lado, salientamos o cumprimento de uma meta muito importante na gestão da autarquia: a manutenção a 31.12.2017 da ausência de pagamentos em atraso.

O Executivo Municipal pretende continuar esta trajetória de grande rigor, consciente porém da grande dificuldade que hoje representa gerir uma Autarquia num contexto económico pautado por grandes desafios.

Portanto o caminho terá de continuar a ser, conter a despesa corrente, privilegiando dessa forma a canalização dos recursos municipais para a realização de investimentos estruturantes para o Concelho de Mira.

Só mantendo uma gestão equilibrada poderemos ter capacidade para tirar o máximo proveito das oportunidades criadas pelo atual Quadro Comunitário de Apoio (Portugal 2020)

O Executivo Municipal



7. NOTAS AO BALANÇO DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO E À

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2017

(Ponto 8.2 do POCAL)

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large '1' and a circled '2'.

NOTA INTRODUTÓRIA

As Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados integram os Anexos às Demonstrações Financeiras e são apresentadas nos termos do ponto 2.4 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), com o objetivo de “facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras, ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo”.

Nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 foi ainda tido em conta o pressuposto da continuidade das operações e os princípios previstos no ponto 3.2 do POCAL, nomeadamente do custo histórico, da prudência, da consistência, da especialização do exercício, da materialidade e da não compensação.

8.2.1 – Derrogações do POCAL

Não são usadas as contas da classe 3 – Existências.

Não existem dados para o apuramento de valores relativos a obras por administração direta.

Não estão registadas quaisquer provisões para clientes de cobrança duvidosa por dificuldade de padronização e interligação de aplicações informáticas, visto existir um histórico desde 1993 na aplicação de faturação de águas e registos desde do ano 1985 relacionados com taxas e prestações de serviços, sendo o valor global estimado na ordem de 150.000,00€.

Não tendo ainda implementada uma contabilidade de custos nos termos previstos no POCAL, o Município de Mira continua a utilizar a classificação orgânica para apurar os gastos das atividades.

8.2.2 – Comparabilidade do Balanço e da Demonstração de Resultados

Todos os dados são comparáveis com os do ano anterior.

8.2.3 – Critérios valorimétricos

A) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado foi valorizado nos termos do POCAL e do CIBE, ao custo de aquisição, acrescido de eventuais despesas com a sua aquisição, excetuando alguns bens do balanço inicial, cujo valor atribuído foi baseado em critérios técnicos adequados à sua natureza aquando do inventário inicial.

Como critério valorimétrico na contabilização dos bens adquiridos durante este exercício, foi utilizado o valor de aquisição ou de produção.

O método adotado para o cálculo das amortizações foi o das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril, que instituiu o CIBE.

B) INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As participações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, exceto a participação financeira na AIBAP que foi valorizada pelo método de equivalência patrimonial (capitais próprios vezes a percentagem de participação do Município).

C) CIRCULANTE

Como já foi referido, não são usadas as contas da Classe 3, logo não se aplicaram critérios.

D) DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

E) DISPONIBILIDADES

Os depósitos em instituições financeiras e os montantes constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos à ordem e a prazo.

Todas as importâncias estão tituladas em moeda "Euro" e pelo seu valor facial.

H) PROVISÕES

As provisões estão registadas pelo valor requerido nos processos judiciais contra o município.

I) – ESPECIALIZAÇÃO DE CUSTOS E PROVEITOS POR EXERCÍCIO

Explicitação dos movimentos ocorridos nas contas de Acréscimos e Diferimentos



I-a) ACRÉSCIMOS DE CUSTOS (conta 273): custos ainda não documentados mas que se devem incluir nas demonstrações financeiras do exercício (custos a incluir na Demonstração de Resultados; passivo a incluir no Balanço).

MAPA DE LANÇAMENTOS EM ACRÉSCIMOS DE CUSTOS			
Descrição dos Custos	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
	Conta Custos Acrescida	Acréscimos de Custos	
Subsídio de Férias - CT Indeterminado (anterior nomeação)	6421101	2732	107 079,08 €
Subsídio de Férias - CT Indeterminado	6421102	2732	54 381,33 €
Subsídio de Férias - CT Certo	642121	2732	3 480,00 €
Subsídio de Férias – Membros dos Órgãos Autárquicos	641	2732	12 395,47 €
Subsídio de Férias – Pessoal em Qualquer Outra Situação	642122	2732	2 087,67 €
Férias relativas a 2017 a liquidar em 2018 – CT Indeterminado (anterior nomeação)	6421101	2732	107 079,08 €
Férias relativas a 2017 a liquidar em 2018 – CT Indeterminado	6421102	2732	54 381,33 €
Férias relativas a 2017 a liquidar em 2018 – CT Certo	642121	2732	3 480,00 €
Férias relativas a 2017 a liquidar em 2018 – Membros dos Órgãos Autárquicos	641	2732	12 395,47 €
Férias relativas a 2017 a liquidar em 2018 – Pessoal em qualquer outra situação	642122	2732	2 087,67 €
Sub-Total			358 847,10 €
CGA s/ Subs. Férias a liquidar em 2018 – CTI (anterior nomeação)	6452	2739	26 051,05 €
Seg. Social s/ Subs. Férias a liquidar em 2018 - CTI	6453	2739	12 844,85 €
Seg. Social s/ Subs. Férias a liquidar em 2018 - PQS	6454	2739	3 336,59 €
CGA por subsídio de férias 2017 – CT Indeter. (anterior nomeação)	6452	2739	26 051,05 €
Seg. Social por subsídio de férias 2017 – CT Indeterminado	6453	2739	12 844,85 €
Seg. Social por subsídio de férias 2017 – CT Certo	6454	2739	3 336,59 €
Fatura 450038/1080 de Águas C Litoral de Dez-2017 só lançada em 2018	62234/651901	2739	43 676,85 €
Fatura 230000/0264 de Águas C Litoral de Dez-2017 só lançada em 2018	62234	2739	1 909,84 €
Fatura 230000/0269 de Águas C Litoral de Dez-2017 só lançada em 2018	62234	2739	1 564,50 €
Sub-Total			131 616,17 €
TOTAL			490 463,27 €

I-b) CUSTOS DIFERIDOS (conta 272): despesas ainda não consumidas, reduzindo os custos na Demonstração de Resultados e incluídas no ativo do Balanço.

MAPA DE LANÇAMENTOS EM CUSTOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
	Custos Diferidos	Contas de Custos	
Seguros ramo automóvel e outros	2729	62223	8 623,69 €
Seguro acidentes de trabalho	2729	646	2 099,90 €
TOTAL			10 723,59 €

I-c) ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS (conta 271): proveitos ainda não documentados mas incluídos na Demonstração de Resultados e consequentemente ativos no Balanço.

MAPA DE LANÇAMENTOS EM ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS			
Descrição dos Proveitos	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
	Acréscimos de Proveitos	Contas de Proveitos	
IMI de Dez-2017 só recebido em Jan-2018	2719	721010202	15 239,17 €
IUC de Dez-2017 só recebido em Jan-2018	2719	7210102032	19 596,54 €
IMT de Dez-2017 só recebido em Jan-2018	2719	721010204	27 827,70 €
IMI de 2017 a receber em 2018	2719	721010202	1 850 000,00 €
Participação no IRS de 2017 a receber em 2018	2719	7421114	377 724,00 €
TOTAL			2 290 387,41 €

I-d) PROVEITOS DIFERIDOS (conta 274): receitas que só devem ser considerados proveitos à medida que ocorrerem os respetivos custos, passivo no Balanço e proveitos na Demonstração de Resultados, na proporção em que ocorrem os custos.

MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Piscina Municipal			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			1 339 038,84 €
Reconhecimento do proveito, referente à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	19 406,36 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 19.406,36 € durante 68 anos (2018 – 2085)		1 319 632,48 €

Casa da Música			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			198 397,08 €
Reconhecimento do proveito, referente à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2 875,32 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 2.875,32 € durante 68 anos (2018 – 2085)		195 521,76 €

MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Abastecimento de Água IV Fase			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			60 928,95 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	12 185,79 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 12.185,79 € durante 04 anos (2018 – 2021)		48 743,16 €

Recuperação de Obras Danificadas pelas Intempéries			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			158 497,80 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	26 416,30 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 26.416,30 € durante 05 anos (2018 – 2022)		132 081,50 €

Pré-Escola da Praia			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			57 213,31 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	853,93 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 853,93 € durante 66 anos (2018 – 2083)		56 359,38 €

Pré-Lantisqueira			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			28 815,15 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	443,31 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 443,31 € durante 64 anos (2018 – 2081)		28 371,84 €

Centro Cultural da Praia de Mira			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER			199 710,92 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2 980,76 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 2.980,76 € durante 66 anos (2018 – 2083)		196 730,16 €

Escola de Cabeças Verdes			
Parte no saldo final de 2016 da conta 2745 – Proveitos Diferidos - FEDER			73 122,40 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	1 124,96 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos - FEDER	a considerar proveitos de 1.124,96 € durante 64 anos (2018 – 2081)		71 997,44 €

Porto Vale da Cane			
Parte no saldo final de 2016 da conta 2745111 – Proveitos Diferidos – Cooperação Téc.			42 111,00 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica	7983 – Transferências de Capital	4 679,00 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 2745111 – Proveitos Diferidos – Coop.Téc.	a considerar proveitos de 4.679,00 € durante 8 anos (2018 – 2025)		37 432,00 €

[Handwritten signature and initials]

MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Pavimentação de Estradas nas Freguesias do Concelho de Mira			
Parte no saldo final de 2016 da conta 2745111-Proveitos Diferidos-Cooperação Téc.			62 220,60 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	2745111-Proveitos diferidos - Coop. Técnica	7983-Transferências de Capital	6 913,40 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 2745111-Proveitos Diferidos-Coop.Téc.	a considerar proveitos de 6.913,40 € durante 8 anos (2018-2025)		58 307,20 €

Requalificação do Largo Feira Portomar			
Parte no saldo final de 2016 da conta 2745111-Proveitos Diferidos-Cooperação Téc.			124 518,00 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	2745111-Proveitos diferidos - Coop. Técnica	7983-Transferências de Capital	10 376,50 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 2745111-Proveitos Diferidos-Coop.Téc.	a considerar proveitos de 10.376,50 € durante 11 anos (2018-2028)		114 141,50 €

Passagem Inferior Percorso Pedonal - Ecomira I			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541-Proveitos Diferidos-FEDER			70 393,60 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541-Proveitos diferidos - FEDER	7983-Transferências de Capital	1 035,20 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541-Proveitos Diferidos-FEDER	a considerar proveitos de 1.035,20 € durante 67 anos (2018-2084)		69 358,40 €

Apoio da Pista Pedonal - Ecomira I			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541-Proveitos Diferidos-FEDER			35 436,30 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541-Proveitos diferidos - FEDER	7983-Transferências de Capital	528,90 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541-Proveitos Diferidos-FEDER	a considerar proveitos de 528,90 € durante 66 anos (2018-2083)		34 907,40 €

Prolongamento do Percorso Pedonal - Ecomira I			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541-Proveitos Diferidos-FEDER			38 744,19 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541-Proveitos diferidos - FEDER	7983-Transferências de Capital	4 304,91 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541-Proveitos Diferidos-FEDER	a considerar proveitos de 4.304,91 € durante 8 anos (2018-2025)		34 439,28 €

Abastecimento de Água ao Cabeço			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541-Proveitos Diferidos-FEDER			27 492,03 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541-Proveitos diferidos - FEDER	7983-Transferências de Capital	3 054,67 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541-Proveitos Diferidos-FEDER	a considerar proveitos de 3.054,67 € durante 8 anos (2018-2025)		24 437,36 €

Requalificação do Parque de Campismo			
Parte no saldo final de 2016 da conta 2745111-Proveitos Diferidos-Coop. Téc.			543 258,95 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	2745111-Proveitos diferidos - Coop. Técnica	7983-Transferências de Capital	8 357,83 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 2745111-Proveitos Diferidos-Coop. Téc.	a considerar proveitos de 8.357,83 € durante 64 anos (2018-2081)		534 901,12 €



MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Infraestruturas de Apoio à Pesca da Praia de Mira			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			460 127,03 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	41 829,73 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 41.829,73 € durante 10 anos (2018 – 2027)		418 297,30 €

Remodelação da Escola de Casal de S. Tomé			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			190 191,95 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2 926,03 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 2.926,03 € durante 64 anos (2018 – 2081)		187 265,92 €

Execução do 1º Relvado Sintético do Município de Mira			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			175 276,14 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	15 934,20 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 14.773,42 € durante 10 anos (2018 – 2027)		159 341,94 €

Correção do Traçado e Repavimentação da Variante Sul			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			403 127,19 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	33 593,93 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 33.593,93 € durante 11 anos (2018 – 2028)		369 533,26 €

Núcleo Museológico - (Iniciativas Valorização Litoral)			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			267 602,57 €
Recebimento de Financiamento em 2017	26823100307 – Fundos Comunitários – Participação Comunitária Projetos	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	27 895,17 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	4 552,82 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 4.552,82 € durante 64 anos (2018 – 2081)		290 944,92 €

Clube Náutico - (Iniciativas Valorização Litoral)			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			137 125,62 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	9 794,69 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 9.794,69 € durante 13 anos (2018 – 2030)		127 330,93 €

Instalações Sanitárias Praia de Mira - (Iniciativas Valorização Litoral)			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			36 717,04 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2 622,65 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 2.622,65 € durante 13 anos (2018 – 2030)		34 094,39 €

MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Polo Educativo Zona Sul			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			278 450,43 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	3 814,39 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 3.814,39 € durante 72 anos (2018 – 2089)		274 636,04 €

Infraestruturas Energia Elétrica – Ampliação Requalificação Z.I. Polo II			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			362 074,86 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	25 862,49 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 25.862,49 € durante 13 anos (2018 – 2030)		336 212,37 €

Saneamento Areal			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			41 873,99 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2 791,60 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 2.791,60 € durante 14 anos (2018 – 2031)		39 082,39 €

Saneamento Casal Sobreiro – Largo Portomar			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			90 895,06 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	6 492,50 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 6.492,50 € durante 13 anos (2018 – 2030)		84 402,56 €

Saneamento Agricultura			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			142 169,07 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	11 847,42 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 11.847,42 € durante 11 anos (2018 – 2028)		130 321,65 €

Saneamento Casal S. Tomé – Carrameu Baixo			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			317 368,97 €
Parte no saldo final de 2016 da conta 274542 – Proveitos Diferidos – Fundos de coesão			13 565,71 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	17 631,60 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274542 – Proveitos diferidos – Fundos de coesão	7983 – Transferências de Capital	753,66 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 17.631,60 € durante 17 anos (2018 – 2034)		299 737,37 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274542 – Proveitos Diferidos – Fundos de coesão	a considerar proveitos de 753,66 € durante 17 anos (2018 – 2034)		12 812,05 €

137

MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Remodelação do Polo Educativo da Praia de Mira			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			145 861,69 €
Recebimento de Financiamento em 2017	26823100307 – Fundos Comunitários – Participação Comunitária Projetos	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	8 135,26 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	2 298,46 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 2.177,04 € durante 66 anos (2018 – 2083)		151 698,49 €

Campo de Tiro			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			375 191,55 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	22 070,27 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 22.070,27 € durante 16 anos (2018 – 2033)		353 121,28 €

Equipamento do Campo de Tiro			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			58 932,20 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	29 466,10 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 29.466,10 € durante 1 anos (2018 – 2018)		29 466,10 €

Requalificação Frente Mar			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			152 771,56 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	8 487,31 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 8.487,31 € durante 17 anos (2018 – 2034)		144 284,25 €

Requalificação Urbana Centro Aldeias			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			75 754,89 €
Recebimento de Financiamento em 2017	26823100307 – Fundos Comunitários – Participação Comunitária Projetos	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	4 430,11 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	4 454,72 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 4.454,72 € durante 17 anos (2018 – 2034)		75 730,28 €

Requalificação do Bairro da Valeira			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			66 464,75 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	7983 – Transferências de Capital	3 692,49 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 3.692,49 € durante 17 anos (2018 – 2034)		62 772,26 €

#REF1			
Recebimento de Financiamento em 2017	26823100307 – Fundos Comunitários – Participação Comunitária Projetos	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	209 923,82 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	11 662,43 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER	a considerar proveitos de 11.662,43 € durante 18 anos (2018 – 2035)		198 261,39 €

MAPA DE LANÇAMENTOS EM PROVEITOS DIFERIDOS			
	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR
Regeneração da Vaia da Corga (em curso)			
Recebimento de Financiamento em 2017	26823100307 – Fundos Comunitários – Participação Comunitária Proletos	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	64.526,92 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274541 – Proveitos Diferidos – FEDER			64.526,92 €

Remodelação da Rede de Saneamento Existente – 1ª Fase			
Parte no saldo final de 2016 da conta 274542 – Proveitos Diferidos – Fundos de Coesão			232.946,78 €
Reconhecimento dos proveitos, ref. à amortização de 2017	274542 – Proveitos diferidos – Fundos de coesão	7983 – Transferências de Capital	12.941,49 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274542 – Proveitos Diferidos – Fundos de Coesão	a considerar proveitos de 12.941,49 € durante 17 anos (2018 – 2034)		220.005,29 €

Fecho do Sistema de Saneamento de Águas Residuais no Casal e Ermida (em curso)			
Recebimento de Financiamento em 2017	26823100307 – Fundos Comunitários – Participação Comunitária Proletos	274542 – Proveitos diferidos – Fundos de Coesão	63.774,34 €
Parte no saldo final de 2017 da conta 274542 – Proveitos Diferidos – Fundos de Coesão			63.774,34 €

RESUMO - Saldo Final em 2016	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	6.065.767,23 €
	274542 – Proveitos diferidos – Fundos de Coesão	246.512,49 €
	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica e Financeira	772.108,55 €
	274 – Proveitos Diferidos	7.084.388,27 €

RESUMO - Entradas em conta em 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	314.911,28 €
	274542 – Proveitos diferidos – Fundos de Coesão	63.774,34 €
	274 – Proveitos Diferidos	378.685,62 €

RESUMO - Saídas para proveitos do exercício de 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	337.036,24 €
	274542 – Proveitos diferidos – Fundos de Coesão	13.695,15 €
	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica e Financeira	90.326,79 €
	274 – Proveitos Diferidos	381.058,12 €

RESUMO - Saldo Final em 2017	274541 – Proveitos diferidos – FEDER	6.043.642,27 €
	274542 – Proveitos diferidos – Fundos de Coesão	296.591,68 €
	2745111 – Proveitos diferidos – Coop. Técnica e Financeira	741.781,82 €
	274 – Proveitos Diferidos	7.082.015,77 €

8.2.4 Cotações utilizadas na conversão para euros das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originalmente expressas em moeda estrangeira.

Nada a assinalar

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

- Por critérios valorimétricos diferentes dos estipulados no POCAL;

Nada a assinalar

- Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;

Nada a assinalar

- Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

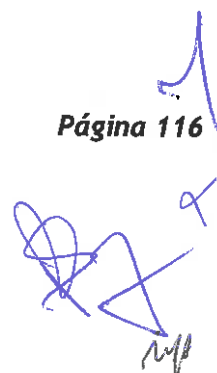
Nada a assinalar

8.2.6 Comentários às contas 431 – «Despesas de instalação» e 432 – «Despesas de investigação e desenvolvimento».

Todos os valores constantes da conta 431 estão completamente amortizados.

Relativamente à conta 432 não houve qualquer movimento a registar ao longo do ano.

8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes no balanço e nas respetivas amortizações e provisões.



Município de Mira							
Ano:	2017	Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)					
Até à data:	31-12-2017						
Rubricas	Saldo Inicial	Revolução/Aliquota	Aumentos	Atenuações	Saldo Inicial + Transfer.	Saldo Final	
431 Terras e recursos naturais	4 454 147,83	0,00	0,00	0,00	0,00	4 454 147,83	
432 Edifícios	9 361,36	0,00	0,00	0,00	0,00	9 361,36	
433 Outras construções e infraestruturas	19 141 786,77	0,00	0,00	0,00	1 252 570,68	20 394 357,45	
434 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
435 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
436 Instalações em curso	685 046,23	0,00	1 686 886,34	0,00	1 252 570,68	1 143 131,46	
437 Adiantamentos por conta de instalações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	24 284 306,21	0,00	1 686 886,34	0,00	0,00	25 971 192,55	
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	78 630,35	0,00	0,00	0,00	0,00	78 630,35	
433 Projeções industriais e outras técnicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
434 Instalações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
435 Adiantamentos por conta de instalações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	78 630,35	0,00	0,00	0,00	0,00	78 630,35	
431 Terras e recursos naturais	77 426 874,53	0,00	0,00	84 684,70	0,00	77 342 189,83	
432 Edifícios e outras construções	16 304 988,15	0,00	0,00	0,00	141 068,83	16 446 056,98	
433 Equipamento técnico	2 383 120,83	0,00	63 886,56	0,00	0,00	2 447 007,39	
434 Equipamento de transporte	76 573,95	0,00	12 630,25	0,00	0,00	89 204,20	
435 Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
436 Equipamento administrativo	1 607 003,78	0,00	47 684,70	0,00	-4 477,20	1 650 211,28	
437 Títulos e valores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
438 Outros investimentos incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
439 Instalações em curso	254 111,33	0,00	144 247,83	0,00	191 098,63	445 210,42	
440 Adiantamentos por conta de instalações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	181 347 573,08	0,00	267 638,01	84 684,70	-4 477,20	181 826 079,99	
411 Planos de capital	1 234 648,13	144 687,24	0,00	0,00	0,00	1 379 335,37	
412 Derivações e títulos de participação	490 118,24	0,00	0,00	0,00	0,00	490 118,24	
413 Investimentos em terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
414 Investimentos em imóveis, edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
415 Outros investimentos incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
416 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
417 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
418 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
419 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
420 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
421 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
422 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
423 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
424 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
425 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
426 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
427 Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	1 727 466,38	144 687,24	0,00	0,00	0,00	1 872 153,62	

Bens do Domínio Público:

Foram transferidos 1.252.570,68€ de obras em curso para bens do domínio público:

Nº Inventário	Conta		Descrição	Valor (€)
I - 808	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Corr Traçado e Reparação da Variante Sul (Grande Reparação)	106 980,71 €
I - 571	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Infraestrutura Ponte Vala da Cana – Reconstrução de Muro (GR)	39 243,22 €
I - 1216	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Pavimentação da Estrada Circular ao Lago do Mar	54 672,67 €
I - 1232	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Vedação de Terreno Junto à Freguesia da Praia de Mira	27 644,53 €
I - 1234	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Reforço da Fundação de Passadiços Pista Pedonal	27 844,08 €
I - 1235	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Recuperação de Passadiços Videira – Praia de Mira	35 653,63 €
I - 1217	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Pavimentação de Diversos Arruamentos Município de Mira	81 860,12 €
I - 1218	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Requalificação da Rua dos Molceiros	99 850,95 €
I - 1229	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Execução de Passeios em Arneiro e Cabeço Redondo	66 521,51 €
I - 1230	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Execução de Passeios na Localidade de Portomar	83 571,03 €
I - 1219	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Reforço Pavimentos em Diversos Arruamentos - Mira	174 376,64 €
I - 1233	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Execução de Muro de Vedação na Rua Corgo da Moita	4 225,16 €

Nº Inventário	Conta		Descrição	Valor (€)
I - 1220	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Pavimentação de Arruamentos na Freguesia de Mira	103 875,98 €
I - 1221	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Pavimentação de Diversos Arruamentos	40 682,80 €
I - 1222	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Pavimentação de Arruamentos na Freguesia de Mira	94 409,40 €
I - 1238	45301	Viadutos, Arruamentos e Obras	Conservação/Reparação de Estradas	16 102,22 €
SUBTOTAL				1 057 514,65 €

I - 1223	45302	Sistemas de Drenagem de Águas	Execução de Saneamento na Rua dos Forninhos	33 180,88 €
I - 1224	45302	Sistemas de Drenagem de Águas	Execução de Saneamento Ermida – Imposição APA	8 479,89 €
I - 1225	45302	Sistemas de Drenagem de Águas	Remodelação da Rede de Saneamento – 2ª Fase	26 129,11 €
I - 1227	45302	Sistemas de Drenagem de Águas	Execução de Esgoto na Ligação das Instalações Sanitárias Presa	2 119,99 €
I - 1226	45302	Sistemas de Drenagem de Águas	Reparação/Substituição de Coletor de Saneamento Rua Monteiro	54 060,00 €
SUBTOTAL				123 969,87 €

I - 1236	45304	Iluminação Pública	Equipamento Elétrico Posto Transformação ZI Polo II	26 091,90 €
I - 1237	45304	Iluminação Pública	Reparação de 11 Armários em Baixa Tensão na ZI Polo II	13 094,34 €
SUBTOTAL				39 186,24 €

I - 1231	45305	Parques e Jardins	Requalificação do Jardim do Balro Norte	21 480,12 €
SUBTOTAL				21 480,12 €

I - 1228	45309	Sinalização e Trânsito	Marcas Rodoviárias Av. Arrais Batista Cera e Av. Cidade Coimbra	10 419,80 €
SUBTOTAL				10 419,80 €

TOTAL 1 252 570,68 €

Imobilizações Corpóreas:

Terrenos e Recursos Naturais:

- Alienação Imobilizado Bruto – 84.684,70€ - Valor contabilístico dos seguintes bens:

Nº Inventário	Conta		Descrição	Comprador	Valor Contabilístico(€)	Valor Venda (€)
I – 1053	421	Terrenos e Recursos Naturais	Lote nº 1 Montalvo	Vuurvast	34 480,58 €	43 080,00 €
I – 1054	421	Terrenos e Recursos Naturais	Lote nº 2 Montalvo	Vuurvast	32 015,39 €	40 000,00 €
I – 855	421	Terrenos e Recursos Naturais	Lote nº 44 ZI Polo II	Litoral Regas	2 825,43 €	32 050,00 €
I – 1064	421	Terrenos e Recursos Naturais	Lote nº 42 e 43 PP ZI Polo II	Centrolub	15 363,30 €	60 170,00 €
TOTAL					84 684,70 €	175 300,00 €

Edifícios e Outras Construções:

- Grandes reparações nos seguintes bens:

Nº Inventário	Conta		Descrição	Valor (€)
I – 568	422103	Inst Desportivas e Recreativas	Substituição do Revestimento Cerâmico da Piscina Municipal	46 818,90 €
I – 992	422106	Escolas	Recuperação Escola Básica Integrada de Mira	144 247,93 €
TOTAL				191 066,83 €

Conta 423 - Equipamento Básico: foram adquiridos diversos bens e valorizados outros – valor total de aquisição 63.686,56€.

Conta 424 – Equipamento de Transporte: 12.038,85€ - foram efetuadas algumas reparações em equipamentos e adquiridas em estado usado um ciclomotor vespa tricarro matrícula 21-EC-29, Nissan Cabstar matrícula 92-51-SR e Mitsubishi L 200 04-BD-16 matrícula 04-BD-16

Conta 426 - Equipamento Administrativo: foram adquiridos diversos bens – valor total das aquisições 47.684,73€. Destacando-se a aquisição de equipamentos informáticos, computadores, software, equipamento de rede informática e diverso equipamento administrativo, como estantes, secretárias, etc.

Foram abatidos os bens do nº 12768 aa 12784 – Equipamento informático para oferta ao Projeto Comunidades Vivas no valor de 4.477,20€

Conta Investimentos Financeiros – Conta 4113:

Foi aplicado o método de equivalência patrimonial à participação na AIBAP – Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque. Constava no balanço do ano anterior pelo valor de 1.119.111,14€.

No final de 2017, os capitais próprios desta associação eram de 1.415.363,85€, o que, multiplicados pela participação do município de mira (89,29%), corresponderá a 1.263.778,38€.

A reavaliação no valor de 144.667,24€ nesta participação resulta na diferença de 1.263.778,38€ (valorização ao MEP em 2017) menos 1.119.111,14 (valorização ao MEP em 2016).

8.2.8 Desagregação dos mapas do ativo bruto e das amortizações e provisões apresentados.

Dada a extensão dos mapas, estes são apresentados em fascículo "Inventário de bens, direitos e obrigações".

Município de Mira					
Ano:	2017	Amortizações e Provisões			Unidade: Euros
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	468,07	468,07	0,00	936,14
Outras construções e infraestruturas	4853	8.070.259,84	948.985,21	0,00	9.019.244,85
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	0,00
		8.070.727,71	949.453,28	0,00	9.019.180,99
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	78.590,35	0,00	0,00	78.590,35
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
		78.590,35	0,00	0,00	78.590,35
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	2.617.014,87	275.348,01	0,00	2.892.362,88
Outras construções	48222	956.953,58	133.447,37	0,00	1.090.400,95
Equipamento básico	4823	1.929.878,90	135.272,95	0,00	2.065.151,85
Equipamento de transporte	4824	818.285,04	25.305,45	0,00	843.590,49
Ferramentas e utensílios	4825	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	4826	1.349.824,41	163.837,02	0,00	1.513.661,43
Tarax e vestimenta	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	0,00	0,00	0,00	0,00
		7.470.537,85	733.203,77	0,00	8.203.741,62
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00

Reforço de amortizações – 1.680.657,05€: resulta da amortização anual dos bens pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, que instituiu o CIBE.

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Nada a assinalar

8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Nada a assinalar

8.2.11 Quadro discriminativo das reavaliações

Nada a assinalar

8.2.12 Imobilizações corpóreas em poder de terceiros e implantadas em propriedade alheia

Nº Bem	Descrição	Entidade com a posse	Valor Actual (€)
I - 735	Infraestruturas de Apoio à Pesca da Praia de Mira	Docapesca	605 427,22 €
I - 398	Terreno sito em Cabeço destinado a infraestruturas de cariz social	Associação Cicloturística do Cabeço	30 325,86 €
I - 397	Terreno sito em Cabeço destinado a infraestruturas de cariz social	Associação Cicloturística do Cabeço	24 541,91 €
I - 376	Terreno com cedência direito de superfície ao Centro de Dia do Seixo	Centro Social e Paroquial de Seixo de Mira	240 000,00 €
I - 6	Terreno com cedência direito de superfície ao Centro de Dia do Seixo	Cercimira – Cooperativa Cidadãos Inadaptados	400 000,00 €
I - 1	Escola Primária de Carapinhos	Confraria dos Nabos e Companhia	23 680,00 €
I - 745	Terreno Sito na Cova do Marco - Lentisqueira	Centro Paroquial Solidariedade Social de Mira	37 500,00 €
I - 253	Escola Primária do Corticeiro de Baixo	Liga de Melhoramentos de Corticeiro de Baixo	23 360,00 €
I - 530	Edifício do Centro Cultural e Recreativo da Praia de Mira	Centro Cultural e recreativo da Praia de Mira	321 283,01 €
M - 7615	Planetário Digitalis	EMIR – Associação Cultural e Desportiva	0,00 €
Bens nas Instalações da Cruz Vermelha:		Cruz Vermelha	
M - 7671	Impressora HP Officejet J6410	Cruz Vermelha	0,00 €
M - 7671	Impressora HP Officejet J6410	Cruz Vermelha	0,00 €
M - 7676	Secretária Intermédia CZ 49 MLM Maple 79	Cruz Vermelha	0,00 €
M - 7677	Bloco Suspenso 2 Gavetas Med. Cinza	Cruz Vermelha	0,00 €
M - 7678	Canto Curvo 90º CZ MLM Maple	Cruz Vermelha	0,00 €
M - 7679	Secretária Intermédia D CZ 49 MLM Maple 79 P	Cruz Vermelha	0,00 €



Nº Bem	Descrição	Entidade com a posse	Valor Actual (€)
M - 7680	Armário AT 922 + XPT 100 CZ48 MD	Cruz Vermelha	0,00 €
M - 7681	Armário AT 972 + XPT 100 CZ48 MD67 PT	Cruz Vermelha	0,00 €
M - 7682	Cadeira Rodada com Costa Média e Braços	Cruz Vermelha	0,00 €
I - 531	Edifício do Apolo de Pista	AAMARG	44 243,05 €
	Bens do Apolo de Pista:	AAMARG	
M - 6462	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6463	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6464	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6465	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6466	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6467	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6468	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6469	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6470	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6471	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6472	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6473	Taburete medula	AAMARG	0,00 €
M - 6474	Mesa Chipre marca amat 3	AAMARG	0,00 €
M - 6475	Mesa Chipre marca amat 3	AAMARG	0,00 €
M - 6476	Mesa Chipre marca amat 3	AAMARG	0,00 €
M - 7698	Electrobomba submersível	AAMARG	0,00 €
M - 7699	Electrobomba submersível	AAMARG	0,00 €
M - 7730	Estante em folha de pinho	AAMARG	0,00 €
I - 8	Escola Primária de Leitões	Associação Cultural e Recreativa Leitões	39 816,26 €
I - 251	Escola Primária de Cavadas	Comissão de Melhoramentos das Cavadas	55 872,27 €
I - 10	Escola Primária de Seixo	Freguesia de Seixo	50 880,00 €
	Casa Gandraesa de Carromeu	Associação de Melhoramentos e Cultural de Carromeu	
I-507	Terreno da Casa da Música – Contrato Comodato	Banda Filarmónica Ressurreição de Mira	65 721,57 €
I-567	Edifício da Casa da Música – Contrato Comodato	Banda Filarmónica Ressurreição de Mira	308 663,18 €
I-931	Instalações do Clube Náutico – Contrato Comodato	Associação Clube Náutico da Praia de Mira	162 446,50 €
I-1011	Campo de Tiro de Mira – Contrato de Comodato	Associação de Caçadores de Mira	796 969,68 €
M-11126	Equipamento do Campo de Tiro	Associação de Caçadores de Mira	42 779,40 €
I - 994	Ampliação do Circuito de Distribuição do Campo de Tiro	Associação de Caçadores de Mira	29 688,10 €
I - 1040	Sistema Rega	Associação de Caçadores de Mira	14 059,00 €
I - 357	Terreno da Escola Primária da Ermida	Corpo Nacional de Escutas – Agrup. 1231 Mira	8 000,00 €
I - 20	Escola Primária da Ermida	Corpo Nacional de Escutas – Agrup. 1231 Mira	32 000,00 €
I - 365	Terreno Pré-Primária Barra de Mira	Comissão de Melhoramentos da Barra de Mira	21 583,80 €
I - 255	Instalações Pré-Primária da Barra de Mira (Contrato Comodato 27/2017)	Comissão de Melhoramentos da Barra de Mira	95 927,92 €
Total			3 474 768,73

8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira

Nada a assinalar

8.2.14 Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Existem bens móveis inseridos no inventário inicial, que pela sua idade e pelo seu estado de uso, foi impossível de avaliá-los pelo custo de aquisição ou por critérios técnicos. Por esse motivo foi-lhes atribuído valor zero.

8.2.15 Identificações dos bens do domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Todos os terrenos afetos ao domínio público não são passíveis de serem amortizados.

8.2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades.

PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS									
ENTIDADE PARTICIPADA		TIPO DE ENTIDADE	CAE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO NO FINAL DO EXERCÍCIO		FORMA DE REALIZAÇÃO DO CAPITAL		
DESIGNAÇÃO	NIF				Valor Nominal Subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios monetários (montante)	Em Espécie (montante)
ACL - Águas Centro Litoral	503929441	SA	37 002	39 974 969,00 €	80 330,00 €	0,20	80 330,00 €	80 330,00 €	—
Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro, SA	503004405	SA	38 212	8 500 000,00 €	49 865,00 €	0,59	23 905,00 €	23 905,00 €	Aumento de capital SIMRIA
WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	506053628	SA	63 990	1 375 750,00 €	2 500,00 €	0,18	2 500,00 €	2 500,00 €	—

PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS								
ENTIDADE PARTICIPADA		TIPO DE ENTIDADE	CAE	CAPITAL	CONTRIBUIÇÃO			Obs.
DENOMINAÇÃO	NIF				EM N	FORMA DE REALIZAÇÃO		
						Meios monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
AIBAP – Ass. Da Incubadora do Beira Atlântico Parque	506297373	ASU	94 995	579 561,57 €	- €	1 263 778,38 €		Aplicação Método Equivalência Patrimonial
UAC – Unidade de Acompanhamento e Coordenação dos Municípios de Condeixa-a-Nova	507994795	ASU	94 995	15 000,00 €	- €	5 000,00 €		
CIM-RC	508354617	CIFG	84 130	250 000,00 €	10 463,03 €	10 463,03 €		Em N - Quota paga pelo Município em 2017 – 4,19% referente ao Valor Total de Quotas
AIRC	501378669	AMFE	94 110	209 091,09 €	- €	3 292,07 €		Quota Inicial
ANMP	501627413	AMFE	63 110	1 503 181,74 €	4 815,78 €	4 815,78 €		Em N - Quota paga pelo Município em 2017 – 0,32% referente ao Valor Total de Quotas

Fundo de investimento		Tipologia	Data de criação	Denominação e sede da sociedade	Valor global do Fundo de investimento	Denominação e sede da entidade	Situação líquida do fundo		Unidades de participação detidas no Fundo da				Obs.
Denominação	N.I.P.C.						01.01	31.12	Início do período de relato		Final do período de		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	Valor	%	Valor	%	14
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Colectivas de Direito Público	31/12/2014	DGTF	650 000 000,00 €		354 727,24 €	283 781,24 €	496 619,24 €	50%	496 619,24 €	50%	CAE 84114

8.2.17 Indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores dos elementos incluídos nas contas de «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

Nada a assinalar

8.2.18 Indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores nominais e valores de balanço dos elementos incluídos nas contas de «Outras aplicações financeiras»

Nada a assinalar

8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com critérios valorimétricos adotados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Nada a assinalar

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Nada a assinalar

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Nada a assinalar

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço.

Nada a assinalar.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia.

Nada a assinalar

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Nada a assinalar

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Nada a assinalar

8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.



8.2.26 - Contas de Ordem

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
090	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	914.840,66		27.400,00		942.240,66	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	28.836,34				28.836,34	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	887.004,32		27.400,00		914.404,32	
09323	Prestadas por Outros Credores	28.125,00				28.125,00	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				103.559,69		103.559,69
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				103.559,69		103.559,69
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Aconadas				25.848,76		25.848,76
09341	Aconadas a Fornecedores de c/c						
09342	Aconadas a Fornecedores de Imobilizado				25.848,76		25.848,76
09343	Aconadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		914.840,66		27.400,00	129.408,45	942.240,66	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receta virtual)						
0921	A responsabilidade do Tesoureiro	122.136,86			5.683,25	116.453,61	
0922	A responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança		122.136,86		0,00	5.683,25	116.453,61	
Total		1.036.977,52		27.400,00	135.091,70	929.267,87	

8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício.

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	0,00	0,00	0,00
292	Provisões para Riscos e Encargos	1.528.140,79	780.000,00	748.140,79
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00

Houve uma redução da provisão para riscos e encargos no valor de 1.528.140,79€ relacionada com o afastamento da insolvência da AIBAP – Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque.

Constitui-se uma provisão de 780.000,00€ referente aos processos 307/12.4BECBR - Ação Administrativa Comum (288.798,28€) e 573/12.5BECBR - Ação Administrativa Comum (491.201,72€) requeridos pelo empreiteiro Construções Júlio Lopes, SA, atualmente Contec, SA no âmbito da empreitada de Correção do Traçado e Repavimentação da Variante Sul.

8.2.28 Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 «Fundo Patrimonial», constantes do balanço.

MUNICÍPIO DE MIRA				
ANO 2017		Unid: €		
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Fundos Próprios				
51 Património	90 083 413,49 €			90 083 413,49 €
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	1 119 111,14 €	144 667,24 €	99 757,92 €	1 164 020,46 €
571 Reservas Legais	11 644 105,17 €			11 644 105,17 €
5911 Resultados Transitados de 2013	- 1 743 128,83 €			- 1 743 128,83 €
5914 Resultados Transitados de 2016	- 779 630,14 €	1 893 490,70 €		1 113 860,56 €

- Aumento de Ajustamentos de partes de capital em empresas: 144.667,24€ - resultante da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial à participação na AIBAP (Conta 4113 Participações em empresas privadas a 55);
- Diminuição da conta ajustamentos de partes de capital em empresas: aplicação do método de Equivalência Patrimonial aos resultados líquidos positivos da AIBAP $111.723,51€ \times 89,29\% = 99.757,92€$ (Conta 55 a 788 Outros proveitos e ganhos financeiros);
- Aumento de resultados transitados de 2016: em 2017 o município fez a especialização dos proveitos referentes ao IMI e Participação no IRS, e para que as demonstrações de resultados sejam comparáveis, tornou-se necessário reduzir as contas de proveitos 721010202 IMI no valor de 1.531.352,70€ e 742114 Participação no IRS 377.724,00€ (ambos impostos de 2016, cobrados em 2017) por contrapartida de resultados transitados (1.893.490,70€).

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Como já foi referido, o município não utiliza as contas da classe 3 – Existências

Município de Mira		Ano: 2017
(Exemplo de estrutura)		(unidade: EUR)
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00
Regularizações de Existências	0,00	0,00
Existências Finais	0,00	0,00
Custos no Exercício		

[Handwritten signature and initials]

8.2.30 Demonstração da variação da produção.

Ano: 2017

Demonstração da Variação da Produção

Unidade: Euro

Movimentos	Produtos acabados e Intermediários	Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos	Produtos e trabalhos em curso
Existências Finais	33	0,00 34	0,00 35
Regulalizações de Existências	383	0,00 384	0,00
Existências Iniciais	33	0,00 34	0,00 35
Aumento/Redução no Exercício		0,00	0,00

8.2.31.a) Demonstração dos resultados operacionais

Município de Mira

Demonstração de Resultados Operacionais

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
61	Custo das mercadorias vendidas	0,00 €	0,00 €	7111	Venda de mercadorias	0,00 €	0,00 €
62	Fornecimentos e serviços externos	4 296 196,83 €	4 322 725,45 €	7112+7113	Venda de produtos	494 948,16 €	538 587,83 €
641+642	Remunerações do pessoal	2 797 359,81 €	3 129 483,08 €	712	Prestações de serviços	609 648,49 €	604 375,67 €
643 e 648	Encargos sociais	816 300,28 €	908 339,23 €	713	Rendas e alugueres	453 943,65 €	558 561,56 €
63	Transf. E subsídios correntes concedidos	484 618,96 €	544 905,33 €	715	Reembolsos vendas prestações de serviços	-488,29 €	-817,36 €
66	Amortizações do exercício	1 680 657,05 €	1 648 939,82 €	716	Anulação vendas e prestação de serviços	0,00 €	-268,48 €
67	Provisões do exercício	780 000,00 €	0,00 €	72	Taxas	3 191 237,20 €	2 547 330,05 €
65	Outros custos e perdas operacionais	69 511,23 €	55 375,09 €	75	Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €
				73	Proveitos suplementares	0,00 €	0,00 €
				74	Transferências e subsídios obtidos	5 153 493,92 €	5 290 404,70 €
				76	Outros proveitos e ganhos	0,00 €	0,00 €
Total Custos e Perdas Operacionais		10 924 644,16 €	10 609 762,00 €	Total Proveitos e Ganhos Operacionais		9 902 783,13 €	9 538 173,97 €
Resultados Operacionais		-1 021 861,03 €	-1 071 581,03 €				

Os resultados operacionais embora negativos melhoraram em cerca de 50.000,00€.

Do lado dos custos regista-se uma diminuição de cerca de 330.000,00€ nas remunerações do pessoal devido ao fato de no ano 2017 não terem ocorrido indemnizações a trabalhadores como tinha ocorrido em 2016.

A diminuição dos encargos sociais em cerca de 90.000,00€ também seguiram esta linha.

Regista-se um aumento de provisões do exercício fruto dos processos judiciais movidos pela Júlio Lopes, SA descrito no ponto 8.2.17.

Regista-se também um aumento de outros custos e perdas operacionais em cerca de 14.000,00€ consubstanciando-se em taxas de recursos hídricos, taxas de gestão de resíduos, taxa de audiovisual e taxa de controlo da qualidade de água.

No respeitante aos proveitos regista-se uma diminuição de cerca de 44.000,00€ na venda de produtos, essencialmente água, lembrando que por motivos da calamidade pública dos incêndios do dia 15 e 16 outubro 2017, o Município decidiu não cobrar a valor dos consumos na fatura de água de outubro 2017 aos consumidores.

Quanto às rendas e alugueres regista-se uma diminuição de cerca de 100.000,00€, fruto da contabilização em 2016 da renda do 4º trimestre de 2015 da concessão da rede de energia elétrica em baixa tensão à EDP.

Regista-se um aumento de cerca de 644.000,00€ nos proveitos das taxas, fruto, essencialmente da estimativa de acréscimos de proveitos em 2017 do montante de IMI a cobrar em 2018, estimativa feita pelo valor orçamentado, e pelo aumento de proveitos com impostos indiretos e taxas em cerca de 72.000,00€.

Regista-se também uma diminuição dos proveitos com transferências e subsídios obtidos em cerca de 135.000,00€.

8.2.31.b) Demonstração dos resultados financeiros

Município de Mira							
Demonstração de resultados financeiros							
Ano: 2017							
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
551	Juros suportados	28.230,00	61.952,41	781	Juros obtidos	0,00	3,88
552	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	17.448,01	15.769,82
553	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	13.821,03	5.911,00
554	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
555	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
557	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
558	Outros custos e perdas financeiros	2.547,40	2.817,98	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	100.049,51	-43.116,89		Outros proveitos e ganhos financeiros	99.757,92	0,00
		130.826,96	21.681,73			130.826,96	21.681,73

Os resultados financeiros tiveram uma melhoria em cerca de 143.000,00€.

Do lado dos custos, destaca-se a diminuição dos juros suportados em cerca de 32.000,00€, essencialmente porque em 2016 se suportou montante idêntico em juros com um processo judicial dum trabalhador, fato que já não ocorreu em 2017.

Nos proveitos sobressai um aumento de 99.757,92€, correspondendo ao ajustamento da valorização da participação na AIBAP pelo método da equivalência patrimonial neste mesmo montante, como já referido anteriormente.

Há também a registar um aumento de cerca de 7.500,00€ nos rendimentos de imóveis.

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Município de Mira							
Demonstração dos Resultados Extraordinários							
Ano: 2011							
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
891	Transferências de capital concedidas	181.282,62	111.502,28	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
892	Dívidas insolvíveis	3.096,03	399,05	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
893	Perdas em extensões	0,00	0,00	793	Ganhos em extensões	0,00	0,00
894	Perdas em imobilizações	4.477,20	31.486,40	794	Ganhos em imobilizações	90.615,30	26.919,39
895	Multas e Penalidades	667,32	2.142,75	795	Benefícios de penalidades contratuais	5.310,88	10.878,04
896	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	1.528.140,79	125.908,95
897	Correções relativas a exercícios anteriores	44.525,66	103.802,22	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
898	Outros custos e perdas extraordinárias	5.330,06	6.217,03	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	470.283,43	427.203,94
	Resultados extraordinários	1.887.960,41	335.078,58				
		2.097.350,20	590.808,32			2.097.350,20	590.808,32

Os resultados extraordinários são bastante positivos, contribuindo essencialmente para o aumento verificado a ocorrência da anulação da provisão constituída para a possibilidade de insolvência da AIBAP no montante de 1.528.140,79€

Do lado dos custos extraordinários verificamos um aumento nas transferências de capital concedidas em cerca de 70.000,00€ decorrente essencialmente dos lançamentos das transferências para o Clube Náutico e Centro Paroquial do Seixo dos correspondentes "Orçamentos Participativos".

Verifica-se uma redução das perdas em imobilizações em cerca de 27.000,00€ pelo fato de em 2017 não ter existido um montante de doações de imobilizado tão elevado como aconteceu em 2016, em que se doou um terreno à UPAS – Praia de Mira.

Regista-se também uma redução de outros custos e perdas extraordinárias em cerca de 60.000,00€, pelo motivo de neste ano se terem restituído 44.525,66€ à Agência de Desenvolvimento e Coesão, IP referentes à ampliação da Z.I. Polo II (CENTRO-07-0963-FEDER-014002) e, no ano 2016, se ter restituído uma importância recebida a título de comparticipação financeira da Operação POVT-12-0154-FCOES-000101-D01 no valor de 103.802,22€.

Do lado dos ganhos extraordinários verificamos um aumento em cerca de 63.000,00€ fruto da venda de 4 lotes de terreno no Montalvo e ZI Polo II, conforme quadro abaixo.

Nº Inventário	Conta		Descrição	Comprador	Valor Contabilístico(€)	Valor Venda (€)
I – 1053	421	Terrenos e Recursos Naturais	Lote nº 1 Montalvo	Vuurvast	34 480,58 €	43 080,00 €
I – 1054	421	Terrenos e Recursos Naturais	Lote nº 2 Montalvo	Vuurvast	32 015,39 €	40 000,00 €
I – 855	421	Terrenos e Recursos Naturais	Lote nº 44 Zi Polo II	Litoral Regas	2 825,43 €	32 050,00 €
I – 1064	421	Terrenos e Recursos Naturais	Lote nº 42 e 43 PP Zi Polo II	Centrolub	15 363,30 €	60 170,00 €
TOTAL					84 684,70 €	175 300,00 €

Destaca-se a redução de amortizações e provisões (1.400.000,00€) pelo fato já mencionado no primeiro parágrafo deste ponto.

Por último regista-se um aumento em cerca de 43.000,00€ nos outros proveitos e ganhos extraordinários

8.2.33 Listagem de processos judiciais em curso

Processos Judiciais Pendentes em Fevereiro de 2018				
N.º e Tipo de Processo	Autor/Requerente	Réu/Requerido	Objeto/ Causa de pedir	Probabilidade de resultado
990/06.0 BECBR – Acção Adm. Especial	Glória Rodrigues - Funcionária	Município de Mira	Nullidade de deliberações de Câmara	Remoto *
394/11.2 BECBR – Acção Administrativa Comum	Ana Elvira Polares Maduro e outros	Município de Mira	Pedido de indemnização por responsabilidade civil extracontratual - €1.200.000	Remoto *
307/12.4 BECBR - Acção Administrativa Comum	Construções Júlio Lopes, SA	Município de Mira	Empreitada de correção do traçado e repavimentação da Variante Sul - Indemnização € 288.798,28	Transação *
573/12.5 BECBR - Acção Administrativa Comum	Construções Júlio Lopes, SA	Município de Mira	Empreitada de Correção do traçado e repavimentação da Variante Sul - Indemnização € 491.201,72	Transação
241/13.0 TBMIR - Execução	Município de Mira	Elisabete da Costa Borges	Execução da quantia (41.983,86)	Remoto por falta de bens da executada *
132/17.6 BECBR	Carlos Alberto Machado de Sousa e esposa	Município de Mira	Ação de Responsabilidade civil por factos ilícitos (41.492,50€)	Remoto
Acção Administrativa Comum				
Proc. 304/15.8 BECBR	Mª Madalena Requiça	Município de Mira	Nullidade de despacho de alvará de obras	Remoto **
Ac. Administrativa Especial				Aguarda despacho saneador

*Processos transitados do executivo anterior

**Processos Iniciados no actual mandato

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DE CONTRA-ORDENAÇÃO PENDENTES EM FEVEREIRO DE 2018				
N.º e Tipo de Processo	Autoridade	Arguido/Requerido	Objeto	
41/10 – Processo Administrativo	Ministério Público	Município de Mira	Denúncia dos vereadores da oposição PSD	*
19/2012 – Processo Administrativo	Ministério Público – TAF Coimbra	Município de Mira	Denúncia da Comissão Política do PSD Mira	*
NUICO/001789/12.0EACBR	ASAE	Município de Mira	Parque Infantil de Portomar	*
NUICO/001435/13.0EACBR	ASAE	Município de Mira	Parque Infantil de Mira – Jardim do Visconde	*
NUICO/001367/13.6EACBR	ASAE	Município de Mira	Parque de Campismo Municipal de Mira	*
NUICO 001415/13.0BECBR	ASAE	Município de Mira	Parque Infantil Corujeira	**
NUICO 000084/15.7EACBR	ASAE	Município de Mira	Parque Infantil Colmeal	**
AUTO 272791229	ANSR	Município de Mira	Matrículas de máquinas novas	**
Proc. CO/000164/14	IGAMAOT	Município de Mira	Óleos alimentares	**
Proc. 109/2016DSAJAL	CCDR	Município de Mira	Campo de Tiro	

8.2.34 Planos de pagamento

No final de 2017 o Município tinha celebrado dois planos de pagamento com a Ersuc – Resíduos Sólidos do Centro (323.518,11€ a pagar em prestações de Janeiro de 2018 a Dezembro de 2019), SA e Águas do Centro Litoral, SA (355.898,36€ a pagar em 24 prestações mensais com início em janeiro 2018 e fim em dezembro 2019).

